



<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.300</p> <p>10 minutos</p> <p>F1: [1965]</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Comparação da Carga Tributária da Guanabara com a de Outros Estados Brasileiros</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Discurso de membro não identificado do governo estadual. Comparação entre a carga tributária do estado da Guanabara e a de outros estados brasileiros. Prestação de contas da aplicação dos impostos arrecadados</p>			<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Comparação da Carga Tributária da Guanabara com a de Outros Estados Brasileiros</p> <p>Orador não identificado, alguém do governo Carlos Lacerda compara a Carga Tributária da Guanabara com a de outros estados brasileiros. Conclui que a Guanabara foi um dos estados que menos tinha aumentado a carga tributária, entre 1960 e 1965. Afirma que a União ficava com a maior parte dos recursos derivados dos impostos. Demonstra a aplicação do dinheiro dos impostos na construção de escolas, hospitais, casas populares e na obra da adutora do Guandu.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.301</p>			<p>Nada escrito e gravado</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.302</p> <p>F1:</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1</p>		<p>F1: 18/08/1965</p>	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Governador Carlos Lacerda - Seu Talão Vale um Milhão Praça Saens Peña (Tijuca)</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.303</p> <p>F1: 08:03min</p> <p>F1: 1967/1969</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Discursos Proferidos no Estaleiro Escawagina</p> <p>2. Temas</p> <p>Faixa 1 Entrega do navio <i>Frota Norte</i> à Marinha Mercante brasileira, lançamento ao mar do navio <i>Itaquifé</i>, discurso da esposa do presidente da República, d. Iolanda Costa e Silva, madrinha do referido navio, propagandas da rádio, caderneta de poupança da Letra SA, comerciais e execução de músicas</p>			<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Discursos Proferidos no Estaleiro Escawagina. O locutor da rádio Jornal do Brasil anuncia que o presidente da República participaria de duas solenidades dos estaleiros da Escawagina. A primeira era a cerimônia de entrega do navio “Frota Norte” à Marinha Mercante; a segunda seria o lançamento ao mar do navio Itaquifé, cuja madrinha era d. Iolanda Costa e Silva. D. Iolanda Costa e Silva discursa, batizando o navio e desejando que Deus guardasse a embarcação, protegendo seus tripulantes e a todos que nele viajassem.</p> <p>Observação: Aos 53 segundos o áudio apresenta propagandas da rádio, entre elas a da nova caderneta de poupança da Letra SA, e depois vários trechos da programação da rádio, entre programas, comerciais e execução de músicas, em áudios gravados uns por cima dos outros.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.304</p> <p>F1: 07:40min F2: 07:42min</p> <p>F1: 11/09/1965 F2:</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Exposição do Governador Carlos Lacerda sobre a Coordenação do Plano de Orçamento, no Palácio Guanabara</p>			<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Exposição do Governador Carlos Lacerda sobre a Coordenação do Plano de Orçamento, no Palácio Guanabara</p> <p>Carlos Lacerda discursa sobre o custo das obras realizadas no estado da Guanabara. Ele fala sobre o que se estava fazendo, para um levantamento completo do que se chamava “mobilidade da população”, isto é, como a população se mexia,</p>



1.2 Faixa 2

Continuação da Faixa Anterior

2. Temas

2.1 Faixa 1

Custos das obras públicas realizadas pelo governo do estado, levantamento completo da mobilidade da população e dos serviços públicos estaduais, resposta às críticas da oposição aos pedidos de financiamento do governador ao governo federal, repartição da carga tributária entre as esferas estadual e federal de governo, destacando a situação particular da cidade-estado, no contexto da federação

2.2 Faixa 2

Discurso de Carlos Lacerda comentando a carga tributária do estado do estado da Guanabara e o tamanho da parcela que era repassada à União, comparação entre a arrecadação dos estados da Guanabara e de São Paulo, crítica à concentração dos recursos provenientes do Fundo Rodoviário no âmbito do governo federal, crítica ao jornal *O Globo* por noticiar uma suposta falência do governo estadual

como ela vivia, como ela se transportava, como ela ia trabalhar, onde trabalhava, para onde se deslocava, onde se divertia, como saía e entrava na cidade...Lacerda diz que somente depois desse levantamento era que se poderia fazer planejamento. Explica que planejamento era isso, levava alguns anos para se fazer, para se conhecer as necessidades reais da população, no que dizia respeito a serviços como água, alimentação, transportes, energia, telefone, escolas e hospitais. O governador esclarece que era isso que se estava fazendo na coordenação de planos e orçamentos da Secretaria de Governo. Lacerda acha curioso o seguinte: os governos federais do Brasil recebiam dinheiro do povo americano, através da Aliança para o Progresso, e ele nunca havia visto ninguém dizer que o povo americano dava esmola ao governo federal, nem ninguém pensar que o governo brasileiro devia aderir a tudo que o governo americano quisesse, só pelo fato de estar recebendo financiamento. Porém, quando um governo brasileiro devolvia a um estado brasileiro uma parte do que lhe tomara pela inflação e uma parte do que ele arrecadava em impostos do seu trabalho, apareciam uns engraçados para dizer: “mas como o governador ousa criticar um presidente que está dando esmolas à Guanabara?” Lacerda diz que era preciso modificar esta idéia! Acrescenta que dos impostos pagos pela população da Guanabara, 33% ficavam com o estado e 67% com o governo federal, ou seja, o cidadão que pagasse 1000 cruzeiros de impostos veria 670 cruzeiros irem para as mãos do governo federal e 330 cruzeiros, apenas, para serem investidos em todos os serviços estaduais e municipais na Guanabara. Lacerda salienta que não era contra o estado dar dinheiro ao governo federal, mas achava justo que o governo federal devolvesse parte desse dinheiro sob forma de financiamento. Conclui se referindo à Guanabara como a “vaca leiteira” da União!

Faixa 2

Continuação da Faixa Anterior.

O governador da Guanabara, Carlos Lacerda, discorre sobre a arrecadação de impostos no estado e o repasse de parte da arrecadação ao governo federal, além da necessidade de investimento da União no estado, devolvendo parte do arrecadado em impostos, para que o estado tivesse condições de arrecadar cada vez mais. Ele compara a situação da Guanabara com a situação de São Paulo. Enquanto que na Guanabara apenas 33% dos impostos arrecadados ficavam com o estado, sendo que 67% eram repassados à União, em São Paulo 55% ficavam com o estado e 45% eram repassados ao governo federal. Sobre a arrecadação federal na Guanabara, entre 1961 e 1964, ressalta tinha sido de 799 bilhões de cruzeiros; deste valor, 754



			<p>bilhões foram para o governo federal e 45 bilhões ficaram na Guanabara. Lacerda fala sobre o imposto sobre combustíveis e lubrificantes que formavam o Fundo Rodoviário. Diz que no período acima referido a arrecadação no estado tinha sido de 80 bilhões, sendo que destes, 13 bilhões e 600 milhões ficaram na Guanabara, ou seja, apenas 17% haviam ficado “para o povo da Guanabara, para as estradas da Guanabara, para as avenidas da Guanabara, para os subúrbios da Guanabara, para os trabalhadores da Guanabara, para os transportes da Guanabara”... Enquanto que quase 83% foram para a União. Acrescenta o governador que quando o estado pedira uma parte desse montante emprestado, adiantado por conta da cota do ano seguinte, e não dado, salienta, o <i>O Globo</i> disse que o governo da Guanabara estava arrebatado, arruinado, pedindo esmolas, que o governador destruía a Guanabara...Conclui taxativamente ao dizer que o que estava reclamando era de direito do estado, pois era o que o estado havia produzido.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.305</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Homenagens e Agradecimentos</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Discurso de um membro não identificado do governo estadual, homenagens e agradecimentos a diversos secretários e dirigentes de órgãos públicos estaduais, entre os quais são citados: Salvador Mandim, Luís Carlos Vital, Enaldo Cravo Peixoto e o procurador geral Cordeiro Guerra., criação da Companhia Estadual de Telefones (CETEL). remoção de favelas e construção de conjuntos habitacionais populares, desenvolvimento de serviços públicos, vitórias jurídicas do procurador geral do estado, obras realizadas pela SURSAN e pelo DER</p>	F1: 05:23min	F1: [1963/1965]	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Homenagens e Agradecimentos</p> <p>Uma pessoa se dirigindo ao general Salvador Mandim, dizendo que foi em sua Secretaria que se concentraram os maiores desafios da administração de Carlos Lacerda: o telefone, o bonde, o transporte, a energia. Menciona que Mandim voltava para a vida privada, como general da reserva, mas retornava com os mais calorosos votos de felicidade e agradecimento, pois que então se inaugurava uma obra que ele havia feito em 6 meses: o telefone que, em tempo recorde e sem recursos, a CETEL (Companhia Telefônica do Estado), que estava sob sua jurisdição, entregava ao povo. Fala também sobre Luís Carlos Vital, secretário de Serviços Sociais, antigo administrador regional da Lagoa e da Penha, substituto de Sandra Cavalcante, responsável pela “admirável obra de favelas e de casas”, entregando ao povo da Guanabara cerca de 20 mil casas de seu conjunto. Ele dá ao secretário os seus “efusivos e sinceros agradecimentos”. Sobre Enaldo Cravo Peixoto, a ele se refere como uma figura admirável de servidor público, a cujo dinamismo e capacidade de execução devia o Rio de Janeiro a sua transfiguração e transformação. Ressalta que ele teria que ser elogiado como secretário de Obras, como presidente da SURSAN (Superintendência de Urbanismo e Saneamento) e como secretário de Turismo. Diz que Enaldo havia realizado a tarefa maior, pois fora na Secretaria que as obras se multiplicaram, sendo ele sempre havia sido eficiente e trabalhador. Cita também, felicitando e agradecendo, o dr. Cordeiro Guerra, secretário e procurador geral da Justiça, cuja dedicação ao serviço público permitira ao estado grandes vitórias judiciárias, ao lado de Eugênio Sigaud,</p>



			Romeu Loures, presidente da COHAB (Companhia de Habitação do Estado da Guanabara); dr. Jorge Bauer, diretor-presidente do DER (Departamento de Estradas de Rodagem) que, com a SURSAN, era o responsável por grandes obras realizadas no Rio de Janeiro, além de Nelson Mufarrej, ex-presidente do IPEG (Instituto de Pensões e Aposentadorias do Estado da Guanabara) .
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.306	F1: 59:00min F2:01:00:06min	F1: [1977] F2: [1977]	<i>Faixa 1</i> Realizações da Gestão de Teresinha Saraiva na SMEC (Secretaria Municipal de Educação e Cultura) Terezinha Saraiva esclarece que não se tratava de um encontro formal, entre a secretária e seus diretores. Ressalta que aquele era um encontro de operários do mesmo ofício: a educação. Ela fala do esforço de cada trabalhador na construção de uma escola. Salaria que tudo que tinha sido programado para 1976 fora realizado, e que nem mesmo as dificuldades os fizera recuar, pois que diante delas nunca vacilaram ou pararam, sempre seguindo em frente, com a obstinação de quem sabia o que queria. Ela diz que havia programado, em 1976, o cumprimento da obrigatoriedade escolar, e que era muito importante fazê-la tornar-se uma realidade, pois era um preceito constitucional. Sobre o decreto 263, de 02 de janeiro de 1976, a secretária explica que só fora liberado após os resultados do censo. Em síntese, o decreto dispunha que, na cidade do Rio de Janeiro, todas as crianças, de 7 a 14 anos, deveriam estudar. Ela fala de outro decreto que criara a Bolsa da Obrigatoriedade Escolar, pois havia um problema, um paradoxo geográfico na cidade do Rio de Janeiro: lugares onde havia escolas, mas poucas crianças e outros lugares com muitas crianças, mas poucas escolas. Terezinha enfatiza que o Rio de Janeiro era o único município no Brasil que tinha uma bolsa instituída para oferecer escola a qualquer criança que não encontrasse vaga em uma escola próxima à sua residência, numa distância mínima de 3Km. Sobre a Resolução 24, de 12/01/1976, ela fala do estabelecimento de normas da obrigatoriedade escolar. Ela fala também da Resolução 25, que estabelecia normas para concessão de bolsas da obrigatoriedade escolar. Acrescenta que o município do Rio de Janeiro atendia, satisfatoriamente, à obrigatoriedade escolar, conseguindo provar isso junto ao Conselho de Contas do Município, e que tiveram uma concessão especial única no país: poder estender os recursos destinados ao Primeiro Grau às crianças de 6 anos, podendo com isso antecipar a escolarização, atendendo às crianças de 6 e, até, de 5 e 4 anos. Ela menciona o trabalho dos inspetores da obrigatoriedade escolar, exaltando os números atingidos por eles. Comenta sobre o combate à evasão escolar, trabalho também feito
1. Assunto			
1.1 Faixa 1 Realizações da Gestão de Teresinha Saraiva na SMEC (Secretaria Municipal de Educação e Cultura)			
2.2 Faixa 2 Continuação da Faixa Anterior			
2. Temas			
2.1 Faixa 1 Decreto 263, de 02 de janeiro de 1976, resultados do censo, normas para concessão de bolsas da obrigatoriedade escolar, Conselho de Contas do Município, antecipar a escolarização, trabalho dos inspetores, combate à evasão escolar, expansão e melhoria da rede física escolar, prestação de contas, recursos do BNH e do PREMEM, prioridades do Distrito de Educação e Cultura, supervisão, documentos técnico-pedagógicos., supervisão central, regional e local, Assessoria de Supervisão da Estrutura do Departamento Geral de Educação, publicações da Secretaria de Educação, recuperação paralela, atualização e o desenvolvimento dos professores, classes de adaptação, educação especial, Moral e Cívica., necessidades nutricionais dos alunos, merenda escolar testada pelo Instituto Annes Dias			
2.2 Faixa 2 Ações da Prefeitura na área de educação, relação escola e comunidade, bolsas de estudo, redução da evasão escolar,			



balanço de 1976, passas da CTC, ampliação do número de bibliotecas municipais, bibliotecas volantes, atenção ao Planetário e ao Centro Educacional Calouste Gulbenkian, “cultura a céu aberto”, Plano Cultural de Ação Integrada do Departamento de Cultura, valorização do magistério, concessão de direitos e vantagens, concursos para remoção e admissão de pessoal, questão do salário, prestação de contas, instalação de um subsistema de comunicação audiovisual, circulação de experiências, instalação de 10 Centros Regionais de Multimeios, educação especial, extinção do terceiro turno, melhoria do nível de ensino, ampliação dos eventos culturais, Ailda de Souza Dias, subsecretária, fala sobre a política educacional, os requisitos indispensáveis ao processo de planejamento, exame crítico dos resultados obtidos, e cita as ações do Plano Educacional em 1977

pelos inspetores que iam à casa dos alunos evadidos. Acrescenta dados sobre a expansão e melhoria da rede física escolar, programada em 1976. A secretária explica que sua exposição constituía uma prestação de contas sobre o trabalho que tinha sido feito no decorrer do ano de 1976, em comparação com o que fora proposto, e que fazia isso com muita satisfação, diante daqueles que junto dela puderam acompanhar o trabalho. Assinala que no início de 1976, as perspectivas davam conta da construção de 25 escolas, com recursos provenientes do convênio com o BNH (Banco Nacional da Habitação) e 7 escolas de um convênio com o PREMEX (Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio). Esclarece que eram convênios do antigo estado da Guanabara, que haviam sido ratificados, dando início à construção das escolas. Ela fala, ainda, da reforma de outras 250, das quais duas delas constituíam grandes reformas, de obras de manutenção da rede escolar e distribuição de mobiliário novo. Explica que todo o trabalho havia obedecido rigorosamente a um escalonamento de prioridades, provenientes do Distrito de Educação e Cultura, e resultava da opinião dos diretores de escola. Ela destaca outros trabalhos previstos para o início de 1976, na área de educação. Exalta os números das obras em termos de utilização de material e escolas recuperadas. Cita cifras referentes aos gastos com as obras, de cada etapa de todo o trabalho da Secretaria de Educação, no que dizia respeito à construção e recuperação das escolas. Ela recorda que, em 1976, havia sido prometido, em termos de expansão e melhoria do ensino, uma assistência técnica que se dividiria em dois momentos: a supervisão e os documentos técnico-pedagógicos. Salienta que tinha colocado em funcionamento, naquele ano, no município do Rio de Janeiro, uma estratégia nova de supervisão, criando três níveis na supervisão: o central, o regional e o local. O primeiro, representado pela Assessoria de Supervisão da Estrutura do Departamento Geral de Educação; o segundo, a equipe de supervisores de apoio do Distrito de Educação e Cultura e o terceiro, dois supervisores alocados em cada uma das escolas. A secretária menciona a integração das oito séries do ensino primário, os documentos regulamentais que foram prometidos no ano de 1976, e acrescenta que, além dos que ela citava na exposição, pôde oferecer outros documentos que não estavam previstos. Cita as publicações que foram produzidas pela Secretaria de Educação, que seriam entregues aos profissionais da educação no município do Rio de Janeiro, sendo impressas logo no início de 1977. Ela diz que havia tentado colocar em funcionamento a recuperação paralela, considerando que a recuperação entre períodos era apenas uma



possibilidade de fazer alguma coisa, mas que quem não conseguia um trabalho de aprendizagem o ano inteiro, não seria em poucas horas, ao final do ano, que iria aprender. Portanto, para a secretária, a recuperação correta era aquela que se fazia paralelamente ao processo ensino aprendizagem. Em termos de recursos humanos, ela alude à oferta de cursos que permitissem a atualização e o desenvolvimento dos professores da rede municipal. Diz que a estratégia da Secretaria, de saída, fora a descentralização. Fala sobre a instituição de pólos de inscrição e execução dos cursos, e do número de professores que tinham passado pelos cursos, assegurando que fora um número expressivo, mas reconhecendo que ficara aquém daquilo que a Secretaria poderia ter feito, em termos de desenvolvimento de recursos humanos. Acredita que a dificuldade tinha sido a clientela que se inscrevia, mas não frequentava o curso. Sobre o pré-escolar, ela manifesta um particular interesse pelo atendimento a esta faixa etária. Adverte que muitas carências eram impossíveis de serem recuperadas após instaladas. Mas, cita os números atingidos pela SME (Secretaria Municipal de Educação) no que dizia respeito ao pré-escolar, no ano de 1976. Promete a ampliação de matrículas. Discorre sobre a baixa produtividade da primeira para a segunda série, em 1975, e das ações realizadas para a solução deste problema no ano seguinte, pois, para a secretária, qualquer sistema educacional que apresentasse um índice muito alto de reprovação na primeira série era um sistema falido em termos de produtividade. Explica que haviam partido então para uma nova estratégia, voltada para os alunos que chegavam às escolas do município e que, no primeiro mês, vigorara o período de observação. Terezinha Saraiva fala da inovação do município do Rio de Janeiro no que concernia à instituição das classes de adaptação, a partir da permissão dada pelo Conselho Estadual para fazer este experimento, que visava preparar a criança com dificuldades para ingressar na primeira série. Enfatiza que não era intuito promover as crianças das classes de adaptação diretamente para a segunda série, mas que tinham ocorrido casos, no ano de 1976, em que as crianças conseguiram suprir todas as suas carências e ainda a aprendizagem exigida para a aprovação na primeira série. Comenta as ações realizadas nas escolas para a prática da educação física, como a redistribuição de professores, por exemplo. Sobre a educação especial, ela assinala a expansão de oportunidades e oferecimento de cursos na área. Ressalta que, em 1976, realizaram atendimento a 12.592 alunos, com os casos crônicos recebendo orientação, inclusive, através do programa de treinamento e orientação aos pais. Acrescenta que tinham sido realizados 18 cursos, montadas 30 salas de aparelhagem



eletrônica para surdos, distribuídos materiais pedagógicos e desportivos. Acrescenta a reestruturação de cinco centros de avaliação psicossocial, a montagem de sete núcleos de atendimento ao deficiente, a ampliação do atendimento domiciliar e a aceleração do trabalho de profissionalização, através dos 4 centros ocupacionais. Acrescenta que montaram uma central de informações, na Assessoria de Educação Especial, onde havia um cadastro atualizado. Além disso, 307 escolas da rede abrigaram alunos especiais. Terezinha diz que o ano de 1976 foi, para a SME, um ano marcadamente pedagógico. Menciona a superação das dificuldades, e salienta que as ações tinham sido voltadas para a melhoria da qualidade de ensino. Fala também na elaboração das bases do ensino de primeiro grau, no ano de 1976, pelos professores de turma e da necessidade do ensino de Moral e Cívica, pois civismo, para a secretária, era exemplo, e devia ser ensinado na escola a todo momento e não como uma disciplina separada. Discorre sobre os projetos Tiradentes e Independência, dois projetos na área de educação cívica, elaborados no ano de 1976. Narra as estratégias de orientação educacional e comenta o trabalho do orientador educacional citando números, exaltando-os, por conta da ampliação do número de profissionais. Ressalta a importância da oferta de merenda escolar de diferentes tipos, de acordo com a seriação e com as necessidades nutricionais dos alunos. Salienta que as merendas oferecidas pelas escolas do município eram verdadeiras refeições. Menciona o custo das merendas e esclarece como elas chegavam às escolas, depois de testadas pelo Instituto Annes Dias e após atingir um índice de aprovação de 70% nas escolas escolhidas para testá-las. Enfatiza que os diretores das escolas eram os responsáveis pela perfeita elaboração, pela correta distribuição, pela certa estocagem dos gêneros na sua dispensa, pela constante verificação na elaboração da merenda. Acrescenta que contava com os diretores das escolas para que, em 1977, fossem reduzidos os problemas relacionados à merenda escolar.

Faixa 2

Continuação da Faixa Anterior

A secretária Municipal de Educação, Terezinha Saraiva, expõe as ações da Prefeitura do Rio de Janeiro na área de educação, no ano de 1976. Ela fala sobre a relação entre escola e comunidade e a criação de círculos de pais e professores. Menciona que o balanço, em 1976, com relação a tais atividades, fora bastante alentador. Assinala que aconteceram visitas, palestras, festas, excursões, doações, orientação profissional, prática de esportes, etc. que foram realizadas numa integração entre escola e família.



Acrescenta dados sobre bolsas de estudo, outra assistência ao educando oferecida ao município do Rio de Janeiro. Orgulha-se da redução da evasão escolar. Explica que no fim do ano tinham sido aplicados 1.836.600,00 cruzeiros do orçamento para aquisição de 1.800.000 passes da CTC (Companhia de Transportes Coletivos) para beneficiar uma média de 6 mil alunos que residiam longe dos seus locais de estudo. Reconhece que não conseguira estender o benefício aos transportes da rede particular, mas diz que estava iniciando contato para ver se, em 1977, ampliava o benefício. Sobre a cultura, ela fala na ampliação do número de bibliotecas municipais, com a inauguração de 37 novas unidades e com o trabalho das bibliotecas volantes, nos bairros do subúrbio que não tinham bibliotecas, além de organização de festas e uma atenção especial dada ao Planetário e ao Centro Educacional Calouste Gulbenkian. Salienta que nenhuma casa de espetáculo ou de cultura ficou de posse do município do Rio de Janeiro, então recentemente criado com a fusão dos antigos estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. Esclarece, então, que partiu para fazer “cultura a céu aberto”, levando cultura, portanto, àquele que não tinha a possibilidade de frequentar casas de espetáculo. Destrincha as ações do Plano Cultural de Ação Integrada do Departamento de Cultura, e cita cada um dos eventos que tinham sido realizados em 1976. Em termos de política de pessoal, ela destaca que, em 1976, estava programada a valorização do magistério, concessão de direitos e vantagens, concursos para remoção e admissão de pessoal. Considera que nenhuma reforma teria condições de êxito, se não enfrentasse, realística e audaciosamente, a questão do salário do magistério. Reconhece que o baixo salário afastava o professor da escola, gerava desinteresse por uma profissão que passava por um processo de amesquinamento, e que, portanto, era urgente e profundamente necessário rever a política salarial do magistério. A secretária, no entanto, acredita que apesar das dificuldades, sabia que podia contar com o melhor magistério do país, que era o magistério do município do Rio de Janeiro. Ela exalta os professores municipais e a valorização destes promovida pelos governos, desde o período de Carlos Lacerda. Acrescenta que tal valorização podia ser mencionada de cabeça erguida por ela, por toda a sua equipe e pela Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Acha, também, que era da maior importância que o professor se auto valorizasse, sendo este um ponto muito importante a levantar. Acrescenta o significado da realização de concursos para admissão e remoção de professores. Terezinha Saraiva enfatiza que tudo havia sido feito com apenas 25% do orçamento de 1.500.000,00 de cruzeiros,



destinados pela Prefeitura do Rio de Janeiro à educação, pois 75% era gasto para pagamento de pessoal. Ela fala em milagre e diz que a educação no município do Rio de Janeiro era, de fato, prioritária, pois tinha 46% do orçamento da Prefeitura, sendo que a obrigação era de 20%. Assegura que a prestação de contas da Secretaria tinha sido fácil, pois tudo que fora programado havia sido cumprido e ainda tinham feito mais! Diz que a SME, em convênio com o PREMEM (Programa de Expansão e Melhoria do Ensino Médio), órgão do Ministério da Educação, estava instalando um subsistema de comunicação audiovisual, para suprir as unidades escolares de informações técnicas e de material adequado ao desenvolvimento pleno do currículo de primeiro grau. Para garantir a circulação de experiências, a incorporação de novas abordagens metodológicas no processo ensino/aprendizagem e a perfeita integração dos recursos humanos e materiais do projeto, a Secretaria instalaria 10 Centros Regionais de Multimeios, treinando especificamente o pessoal que neles operaria. Ela esclarece que isso não estava prometido no início do ano de 1976. Registra a dificuldade encontrada com a falta de equipamentos e professores, no que concernia à educação especial e relata as ações da Secretaria nesse sentido. Exalta os números, em termos de ampliação da oferta de vagas nas escolas municipais. Salienta que terminara o ano de 1976 com 735.526 alunos e que seriam oferecidas, na reabertura de matrícula, em 1977, 37.949 vagas, um número menor do que o previsto, mas que evidencia a meta da Secretaria que era a melhoria do nível de ensino, já que buscava-se reduzir o quantitativo da primeira série, fazendo com que as turmas não tivessem mais do que 30 alunos. Refere-se ao aumento das turmas do jardim de infância e à extinção do terceiro turno nas escolas. Sobre a evasão, ela elogia a redução, de 8,8% para 3,2%, de acordo com Terezinha, um recorde até então no Brasil. Ela é taxativa em dizer que não adiantava ter crianças nas escolas, não adiantava se gabar de ter quase 800 mil crianças matriculadas. O que ela desejava saber era quantas crianças das quase 800 mil haviam concluído a oitava série, pois isto sim, era o que media a qualidade do ensino. Ao fim de sua exposição, ela assinala que tinha um duplo desafio a enfrentar em 1977: fazer mais e melhor. Ela defende a ação conjunta, em integração, em união, para o êxito do trabalho e alcance dos objetivos. Acredita que os resultados obtidos seriam o ponto de partida para orientação do trabalho a ser feito. Ela menciona os objetivos: escolas para todos, redução da evasão, aumento do percentual de aprovação, melhoria do nível de ensino e ampliação dos eventos culturais. Exalta o trabalho daqueles que se dedicavam à obra da



educação no município do Rio de Janeiro e fala em esforço conjunto, discorre sobre a importância e responsabilidade de cada um, agradece a presença de todos e diz que esperaria pelo próximo encontro.

Observação: o discurso da secretária de Educação encerra-se aos 00:39:02, quando há um corte e entra outro áudio com a gravação do discurso da subsecretária, Ailda de Souza Dias. As informações são as que se seguem.

Ela defende que o que tinha sido apresentado representava o sucesso das ações da Secretaria. Fala sobre as perspectivas de 1977 como um novo desafio para todos e em transmissão da esperança, com uma dose de crença no espírito de realização, que tinha sido encontrado em todos os profissionais presentes. Refere-se ao conceito de planejamento, no que dizia respeito à política educacional e suas diretrizes. Defende um processo dinâmico, contínuo, aberto e reajustável, interativo que culminasse em ações e decisões no ato de planejar. Liga o conceito a outros que com ele mantinham relação, como controle e avaliação. Cita os requisitos indispensáveis ao processo de planejamento, como unidade, continuidade e flexibilidade, e a existência de cinco momentos do processo: estudo da situação-problema; definição de objetivos e metas; exame da viabilidade técnico-financeira da ação pretendida, compatibilização com a política educacional adotada; montagem de mecanismos operacionais e seu devido acionamento; exame crítico dos resultados obtidos (avaliação formativa, durante o processo, e avaliação somativa, ao final). Ela expõe o que deveria ser mantido, o que deveria ser reformulado e o que deveria ser criado, em termos de linhas de ação, no Plano Educacional em 1977:

- Cumprimento e fiscalização da obrigatoriedade escolar dos 7 aos 14 anos, diminuindo ou atenuando os índices de evasão;
- Adoção de medidas que visassem à expansão e melhoria crescente do processo ensino/aprendizagem;
- Expansão do atendimento ao pré-escolar;
- Integração do ensino particular ao planejamento educacional da Secretaria;
- Estímulo ao currículo pleno das escolas, considerando o interesse dos alunos e os recursos da comunidade;
- Promoção através de mecanismos adequados, constante atualização e aperfeiçoamento de recursos humanos, de modo mais racional e objetivo;



· Desenvolvimento de uma correta política de pessoal, valorizando o magistério e, sobretudo, o trabalho do professor de turmas;

· Incentivo aos programas de saúde, educação física, educação religiosa, artística e cívica;

· Ampliação de oportunidades de educação para o excepcional;

· Ampliação dos programas de assistência ao educando;

· Promoção de atividades culturais na escola e na comunidade.

E define os objetivos a serem alcançados com as diretrizes supracitadas:

· Desenvolvimento de uma política setorial de alfabetização, visando a melhoria do índice de rendimento da primeira para a segunda série;

· Estímulo ao desenvolvimento do trabalho na primeira série, com uma assistência constante ao professor e ao aluno;

· Montagem, já em 1977, de um mecanismo de acompanhamento sistemático do rendimento do aluno de primeira série, quer estivesse ele na primeira ou na segunda série;

· Atenção especial às áreas e/ou componentes que constituíssem maiores dificuldades para professor;

· Solução de alguns aspectos ligados à melhoria da supervisão educacional, como a assistência técnica direta ou indireta e a elaboração de documentos;

· Racionalização do atendimento às unidades escolares, em termos de manutenção da rede e distribuição de mobiliário e equipamento, visando a minimizar o processo burocrático e otimizar a aplicação de recursos, através de estudo criterioso de prioridades;

· Dinamização do funcionamento dos caminhões-oficina;

· Dinamização do processo administrativo para concessão de vantagens legais aos servidores, estudo para concessão automática;

· Racionalização da distribuição de merendas, material de expediente e material paradidático;

· Descongestionamento da rede oficial, buscando



			<p>medidas administrativas que visassem à melhoria do rendimento, diminuição de três turnos nas escolas, diminuição de rodízios, diminuição do número de alunos/turma, além da expansão do atendimento através da concessão de bolsas de obrigatoriedade escolar.</p> <p>No fim do áudio, ela fala dos números previstos para a educação em 1977, em termos de quantidade de estabelecimentos, inauguração de novas escolas, oferta de vagas e concessão de bolsas, programação orçamentária e proveniência dos recursos financeiros.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.307</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 As Realizações da Gestão de Teresinha Saraiva na SMEC</p> <p>1.2 Faixa 2 Aspectos da Política Educacional da SMEC</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Emprego dos recursos orçamentários e extra-orçamentários da pasta, convênios com o INEP, o CENESP e o BNH, construção de novas escolas, a previsão de obras para 1977, valor dos investimentos aplicados e as reformas estruturais realizadas nas escolas da rede municipal, expansão e melhoria da qualidade do ensino, desenvolvimento do apoio técnico-pedagógico, atualização do magistério, novas metodologias de ensino, política de valorização do magistério, promoção de cursos de atualização e aperfeiçoamento, papel dos Distritos de Educação e Cultura (DEC's) na elaboração e execução de projetos de treinamento, tarefas da Assessoria de Desenvolvimento de Pessoal, organização de cursos em módulos, cursos voltados para as atividades artísticas e esportivas, integração escola-comunidade, condições de nutrição e aprendizagem</p>	<p>F1: 40:20min F2: 06:34min</p>	<p>F1: [1977] F2: [1977]</p>	<p><i>Faixa 1</i> As Realizações da Gestão de Teresinha Saraiva na SMEC Terezinha Saraiva, secretária Municipal de Educação, fala sobre a utilização dos recursos orçamentários e extra-orçamentários para a melhoria da educação no município do Rio de Janeiro. Cita os convênios com o INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira), o CENESP (Centro Nacional de Educação Especial) e com o BNH (Banco Nacional de Habitação) (deste resultou a construção de 25 novas escolas). Ela fala das medidas tomadas pela Secretaria Municipal de Educação e sobre a programação de obras para 1977. Diz que na área de cultura seriam aplicados 5.650.000,00 cruzeiros, refere-se às reformas estruturais necessárias e que seriam feitas em diversas escolas, como limpeza de caixas d'água, construção de muros, troca de mobiliário, etc. Entretanto, ela reconhece que muitas escolas não puderam ser enquadradas no plano de obras de 1977., devido à limitação dos recursos disponíveis. Ela menciona a expansão e a melhoria da qualidade de ensino, oferecendo aos professores apoio técnico-pedagógico que lhes permitissem desenvolver, da melhor maneira possível, o processo de ensino aprendizagem. Menciona que para esse fim, a Secretaria havia programado, para o ano de 1977, o aprimoramento da assistência técnica indireta. Ela comenta a reedição das bases do currículo para o primeiro grau e a necessidade de atualizar o professor em termos de novas metodologias, como, por exemplo, o tratamento dispensado a alunos especiais. Salienta o desenvolvimento dos recursos humanos e a descentralização na execução de cursos de treinamento e aperfeiçoamento de diretores, supervisores, orientadores e professores, que permitiria, a nível regional, desenvolver-se uma programação de treinamento, que atendesse e enriquecesse os professores e especialistas da Secretaria Municipal de Educação. Explica que competiria ao Distrito de Educação e Cultura elaborar os projetos de treinamento e encaminhá-los aos Departamentos Gerais de Educação e Cultura</p>



2.2 Faixa 2

Educação permanente e contínua, papel da escola no desenvolvimento do educando, nova metodologia docente, reflexões sobre a linguagem dos alunos e dos professores e seu aproveitamento nas atividades escolares, ênfase na criação de diversas oportunidades de comunicação oral durante o processo de alfabetização. desenvolvimento da eficiência oral do aluno na leitura e na escrita, crítica à disposição tradicional das salas de aulas, defasagem entre planejamento e prática docente, descontinuidade do processo de alfabetização pelos professores das séries seguintes, crença do professor na eficácia da nova metodologia.

que, após compatibilizá-los com o seu plano de ação, deveriam remetê-los à Assessoria de Desenvolvimento de Pessoal da Subsecretaria, para analisá-los e incluí-los no planejamento geral da SME, até o mês de maio do ano de 1977. Ela registra a oferta de cursos por meio de módulos de ensino e esclarece que tais módulos seriam aplicados por uma equipe, do Distrito de Educação, especialmente treinada pelo órgão central, a Assessoria de Desenvolvimento de Pessoal da Subsecretaria. Terezinha menciona a oferta de cursos ligados mais diretamente a atividades culturais e artísticas, que propiciariam, inclusive, maior integração entre escola e a comunidade, uma vez que não se destinariam apenas aos professores das escolas municipais, mas a toda comunidade. Ela cita estudos, pesquisas e experimentos com o corpo discente como, por exemplo, a pesquisa, financiada pelo INEP/MEC (Ministério de Educação e Cultura), sobre o estado nutricional dos alunos analfabetos, matriculados em 1977, nas escolas da rede municipal. A pesquisa visava a proceder com o levantamento do estado nutricional dos alunos de primeira série das escolas municipais; investigar as causas coadjuvantes da desnutrição, através de inquérito socioeconômico nutricional, junto às famílias das crianças; avaliar os benefícios da assistência alimentar; estudar as relações existentes entre nutrição e aprendizagem.

Faixa 2

Aspectos da Política Educacional da SMEC

Uma voz feminina, que parece a de Terezinha Saraiva, expondo para um grupo de educadores. Ela discorre sobre educação permanente e contínuo crescimento e desenvolvimento do aluno, deforma que ele fosse capaz de superar-se num completo ajustamento à vida que ele teria que enfrentar. Acredita que caberia à escola atentar para o fato de que deveria explorar todo o material verbal trazido pela criança, e que caberia ao professor considerar que todo aluno, independente de seu meio, chega à escola com uma linguagem oral eficiente, pois, mais ou menos, ele consegue se comunicar. Aconselha o professor a utilizar a eficiência oral do aluno, como meio de chegar até ele, como uma eficiência complementar. Ela comenta a metodologia do professor e projetos que poderiam ser instituídos para facilitar o trabalho do mestre. Lança alguns questionamentos, à guisa de reflexão: A escola explora o material verbal trazido pelo aluno? Ou a expressão espontânea é considerada carente, indigente? Responde que os alunos não eram incentivados, suas experiências e interesses não eram aproveitados em exercícios de linguagem oral. Pergunta: A escola utilizava, nas atividades de comunicação professor-alunos, um nível de vocabulário que fosse compreensível



			<p>à criança? Responde que, como se via, o ideal era usar a eficiência oral que o aluno levava para a escola, como meio de desenvolver uma eficiência complementar na leitura e na escrita; Faz outra pergunta: A escola enfatizava todas as oportunidades de comunicação oral, durante o processo de alfabetização? Ela responde que algumas vezes, e acrescenta que até mesmo a disposição tradicional das salas de aula, em que os alunos se davam as costas e apenas o professor era visto de frente, prejudicava toda essa estratégia. Ela reconhece que havia momentos em que isto era necessário, mas, muitas vezes, os alunos precisavam comunicar-se entre si e uma disposição em círculos, ou em grupos, neste caso, era bastante desejável; Novas perguntas: a escola possibilita ao aluno a prática de linguagem verbal em diferentes situações curriculares, tornando mais rica e precisa a sua capacidade de comunicação? A integração curricular, com uma metodologia adequada, existe no documento-planejamento, mas não é uma realidade vivida na sala de aula? Os professores, das séries seguintes à primeira, sentem-se responsáveis pela continuidade deste tipo de trabalho? Ou, eles consideram que a partir de segunda série tudo está encerrado, e a linguagem oral passa a não ser valorizada e apenas a preocupação corretiva, gramatical, de interpretação de textos, num tipo de linguagem adulta, os preocupa? As metodologias previstas no planejamento curricular são facilitadoras do propósito de integração, tão importante para o êxito da alfabetização? Ela acentua que era isso que se esperava, que os professores fossem auxiliados a conscientizar-se da necessidade de uma linha de ação, em que se valorizasse a comunicação oral e que se considerasse a alfabetização não apenas como domínio de mecanismos. Salienta que a integração curricular requeria o uso de metodologias apropriadas, requeria que o professor acreditasse numa alfabetização desenvolvida nos moldes propostos.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.308</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Palestra do Professor Joel Alves sobre As Diversas Abordagens do Fato Social em Estudos Sociais e Palestra do Professor Orlandino Pereira de Jesus sobre a Educação e a Estruturação do Pensamento Matemático na Escola.</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Conceito de fato social,</p>	<p>F1: 52:45min</p>	<p>F1: [1977/1978]</p>	<p><i>Faixa 1</i> Palestra do Professor Joel Alves sobre As Diversas Abordagens do Fato Social em Estudos Sociais e Palestra do Professor Orlandino Pereira de Jesus sobre a Educação e a Estruturação do Pensamento Matemático na Escola. Assume a palavra, para iniciar a palestra, o professor Joel Alves. Ele cita o tema a ser desenvolvido: as diversas abordagens do fato social em Estudos Sociais. Adverte que é um assunto bastante rico e que poderia ser conduzido por um sem número de caminhos. Passa a fazer uma rápida fundamentação teórica do fato social para depois estabelecer algumas abordagens do conteúdo eleito pelos diversos campos das Ciências Sociais. Ele conceitua fato social e a dependência do indivíduo a ele, que era</p>



caracterização de fato social, classificação dos fatos sociais em Comte, Durkheim e Pontes de Miranda, as transformações entre o fim do século XIX e o começo do século XX, comparação entre o começo e o final do século XX. caracterização do período entre o fim do século XIX e o começo do século XX, geração de empregos para os jovens e automação da produção, papel da Educação na formação da nova geração.

Segunda parte: Palestra do professor Orlandino Pereira de Jesus sobre o papel do educador e a sua contribuição na formação do educando, luta pela valorização profissional do magistério, principais conceitos da Matemática, aspecto filosófico do trabalho do matemático, natureza da linguagem matemática aplicada à escola.

profundamente marcada, e argumenta que o fato social é um produto das relações entre os indivíduos. Estabelece o fato social como a origem das relações humanas e também como um processo interativo. Elege algumas características do fato social e explica-as. Esclarece a elaboração de classificações do fato social por alguns cientistas sociais e a utilização de critérios para fazê-lo. Escolhe três teóricos: Augusto Comte, que parte do simples para o complexo, e do geral para o particular, ao analisar o fato social; Émile Durkheim, do qual ele cita o critério de antecedência histórica, exemplificando com o aspecto religioso, jurídico, econômico, etc.; e o jurista brasileiro, Pontes de Miranda, que estabelece uma classificação numa ordem decrescente de mando dos aspectos. Todavia, o professor reconhece que estava longe de esgotar a teorização do fato social nesses três teóricos. Ele justifica a escolha do tema dizendo ser o o mais rico e que poderia propiciar o tipo de comunicação que ele estava mantendo com os alunos. Ele discorre sobre o período compreendido entre o fim do século XVIII, todo o XIX e o início do século XX. Defende que em História os séculos poderiam ter mais de 100 anos, para explicar que o período compreendido tinha sido o depositário das grandes transformações porque vinha passando a humanidade. Ele cita as revoluções, não somente no campo industrial, mas em outros, como a agricultura, o comércio, o crédito, bancos, legislação social, seguros, etc. Ele fala um pouco sobre o contexto industrial da época, final do século XIX e início do século XX, até a eclosão da Primeira Guerra. Relata uma nova forma de colonizar no período denominado “paz armada”, um período de competição. Comenta as mudanças no campo geográfico, as transformações econômicas engendradas pela Revolução Industrial, seus reflexos na sociedade da época, com a acentuação do êxodo para os grandes centros urbanos e as relações diplomáticas entre os países, diante das novas posições políticas. Menciona a interação de novos contextos culturais. Ele menciona a busca de uma vida melhor pelo homem contemporâneo e cita a *Belle Époque* como um período de atmosfera sufocante para o homem, num momento de questionamento de seu ser. Discorre sobre o progresso técnico-científico desenfreado, que gerara uma euforia na sociedade e compara o homem da virada do século XIX para o século XX, com o homem do século XX caminhando para o século XXI, no que dizia respeito às suas ansiedades na busca pelo bem-estar. Expõe a necessidade de geração de empregos para os jovens de então, de maneira a garantir o futuro das nações. Acredita que os jovens deveriam ser educados para funções úteis, que contribuíssem para o desenvolvimento do



			<p>país e que fossem uma solução para a ansiedade do homem. Ele fala do homem do século XX e de sua ansiedade. Fala que era obrigação do homem gerar empregos para todos no futuro, em trabalho e produção para o bem-estar do homem e da procura deste homem por novas forças de trabalho. Ele considera que seria preciso que o homem tivesse consciência de que participava de um fato social maior. E pergunta: “Educação para quê?” É nesse ponto que, para o professor, define-se uma das posições da escola brasileira. Registra a relação entre o homem e a máquina no campo do trabalho e suas implicações na geração de empregos. Propõe uma formação realista para os jovens, sendo estes educados para funções úteis, que contribuíssem para o desenvolvimento econômico-social do país. Explica que ao elaborar o trabalho, tinha usado uma linha de ação. Primeiro, havia teorizado, sumariamente. Saiu da posição do fato social em face do homem, procurando defini-lo e caracterizá-lo. Lembrou critérios de classificação de um determinado fato para, finalmente, escolher um exemplo dentre muitos e aplicar um jogo de abordagens do campo de Ciências Sociais.</p> <p>Observação: a exposição termina aos 00:39:34 e a ela se segue uma salva de palmas de 18 segundos, começando a falar o professor Orlandino Pereira de Jesus sobre o papel do educador e o que ele tinha a oferecer ao educando. Menciona a luta do educador pelo seu lugar e pelo restabelecimento de seu exemplo. Acredita que o professor nunca deveria subestimar a si próprio, a seus colegas e ao educando. Agradece na preparação do trabalho e saúda a todos os presentes. Relata as aspirações do homem e as motivações do meio em que estava inserido. Explicita os conceitos da matemática e menciona o aspecto filosófico do trabalho do matemático, e da natureza da linguagem da matemática, impostos nas escolas aos alunos, de acordo com a idade deles, com um rigor menor ou maior.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.309</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Correspondente Globo – 3 Primeiras Edições</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Gravação de várias edições do informativo de rádio <i>Correspondente Globo</i>, transmitidas no dia 01 de janeiro de 1969</p>	F1: 27:00min	F1: 01/01/1969	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Correspondente Globo – 3 Primeiras Edições Gravação de várias edições do informativo de rádio <i>Correspondente Globo</i>, transmitidas no dia 01 de janeiro de 1969.</p> <p>Observação: a partir dos 00:18:09 começa a execução de músicas, que vai até o fim da fita.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.310</p>	F1: 23:15min	F1: 1975/1979	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>O Marketing na SMEC (Secretaria Municipal de</p>



<p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 O <i>Marketing</i> na SMEC</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Importância da SMEC para a Prefeitura, uso do <i>marketing</i> na promoção institucional da SMEC, proposta de realização de um estudo de <i>marketing</i> institucional, trabalho de “relações públicas” dos agentes educacionais nas escolas e nas comunidades, criação de novos setores na SMEC ligados ao <i>marketing</i> institucional.</p>			<p>Educação e Cultura)</p> <p>Um assessor da Secretaria Municipal de Educação, jornalista, manifestando que gostaria de rapidamente, em poucas palavras, propor algumas coisas que poderiam ser feitas em conjunto. Diz que a Secretaria, a seu ver, era o carro-chefe da Prefeitura, de onde o prefeito tiraria todos os resultados de sua administração. Ele menciona a importância do marketing no sucesso de qualquer produto. E esclarece que se pretendia fazer, na Secretaria, um estudo de marketing, para que o produto da Secretaria fosse bem divulgado, difundindo a Secretaria, e o trabalho por ela realizado, conjugadamente. Acrescenta que, nesse trabalho, a iniciativa pessoal de cada um deveria ser estimulada, e pede a ajuda dos que trabalhavam no órgão, para um trabalho de relações públicas internas, nas escolas e com a comunidade – pais e alunos -, fato que ele considerava mais importante do que uma matéria no jornal. Ele diz que tinha 4 setores a ativar na Secretaria: um de relações públicas; um de propaganda; um de informação; e um de promoção. Sobre a promoção, ele argumenta que ela precisava ser feita conjugadamente, de modo a evitar que na elaboração de um calendário promocional, no dia X, d. Fulana fizesse um trabalho em Copacabana e, naquele mesmo dia, na mesma hora, alguém fizesse alguma coisa em Realengo. Sobre informação, ele acredita que era o que menos interessava, mas que era preciso pôr as notícias no jornal, e a propaganda seria feita em três procedimentos: filme, cartaz e stickers. Ele discorre sobre a importância do trabalho em equipe na Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.311</p>			<p>Não está digitalizada Nada escrito</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.312</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1a Posse de 106 Auxiliares de Coletoria no Dia do Funcionário Público – Palácio Guanabara</p> <p>1.2 Faixa 1b Programa sobre a Criação da Agência Internacional de Energia Atômica – Voz da América</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1a Manutenção da paridade entre o servidor federal e o estadual, tratamento dado pelo governo aos funcionários do estado da Guanabara, atender os não</p>	<p>F1a: 8min F1b: 17min</p>	<p>F1a:28/10/1963 F1b: [1963]</p>	<p><i>Faixa 1a</i> Posse de 106 Auxiliares de Coletoria no Dia do Funcionário Público – Palácio Guanabara Carlos Lacerda fala sobre a manutenção da paridade entre o servidor federal e o servidor estadual da Guanabara. Lembra que os cargos de direção e as funções de chefia no estado eram, quase sempre, superiores ao tratamento dado aos correspondentes no funcionalismo federal. Conta que a prioridade do governo tinha sido atender aos trabalhadores que não tinham figurado na Lei de Classificação. Explica que o governo já permitia que esse servidor pudesse, pelo seu progresso e pela sua capacidade, ter acesso as diferentes carreiras do serviço público. Assegura que era preciso libertar o trabalhador da semiescravidão do salário mínimo. Acredita que o governo poderia apresentar-se tranquilo no dia do funcionário público e que se considerava, provisoriamente, membro da classe dos servidores do estado. Alega que entendia os que se tornaram servidores por nomeação, porque não</p>



<p>incluídos na Lei de Classificação, possibilidade de progressão funcional, valorização das empresas públicas estadual.</p> <p>2.2 Faixa 1b Programa radiofônico da Voz da América sobre a criação da AIEA</p>			<p>havia concursos públicos como os havia então. Afirma que o seu governo fez mais pelos servidores públicos do que qualquer outra administração da cidade. Lacerda considera que as companhias ligadas ao governo da Guanabara eram iguais ou superiores às companhias privadas. Cita o exemplo da Companhia de Telefone e da Companhia de Transportes Coletivos que, segundo ele, ofereciam serviços superiores aos ofertados pela Ligth.</p> <p><i>Faixa 1b</i> Programa sobre a Criação da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) – Voz da América Programa de rádio sobre a criação da AIEA, alternando a narração com depoimentos de especialistas em energia atômica.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.313</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Entrevista do Governador Lacerda na TV Paulista</p> <p>1.2 Faixa 2 Entrevista do Governador Lacerda na TV Paulista</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Lacerda avalia a “Revolução” de 1964, causas da chamada “Revolução”, esvaziamento político do Congresso Nacional e do Poder Legislativo, possibilidade de eleições e a candidatura de Lacerda, subida do dólar, críticas à política econômica do governo revolucionário e a Roberto Campos, distanciamento da equipe econômica da realidade brasileira, “duelo” entre estruturalistas e financistas, Quarto Centenário do Rio de Janeiro.</p> <p>2.2 Faixa 2 Farpas de Lacerda em relação ao governo revolucionário, plano de abastecimento da Guanabara, críticas de Lacerda à composição dos ministérios do governo revolucionário, críticas à equipe e à política econômica do ministro Roberto Campos</p>	<p>F1: 70 min F2: 25 min</p>	<p>F1: [1964/1965] F2: [1964/1965]</p>	<p><i>Faixa 1</i> Entrevista do Governador Lacerda na TV Paulista - Programa Por quê O apresentador, Arruda Júnior, pergunta a Carlos Lacerda porque se havia feito uma “Revolução” no Brasil. O governador responde que a “Revolução” não podia deixar de ser feita porque o Brasil estava ameaçado de perder a paz, a liberdade e a sua possibilidade de melhorar. Lacerda adverte que era muito cedo para se desesperar e muito tarde para perder a paciência com a “Revolução”. O jornalista diz que a “Revolução” havia provocado um esvaziamento do Congresso e do Poder Legislativo. Pergunta se o preço pago pelo Congresso não era muito alto e se não seria melhor criar uma Constituinte. Lacerda considera que o Congresso havia se esvaziado antes, tornando a “Revolução” indispensável. Alega que o Congresso havia sido dominado por uma oligarquia política e econômica que usava o vocabulário da democracia e a mecânica da democracia para deixar de pé um sistema herdado da antiga ditadura. Lacerda afirma que o Congresso precisava se aproximar mais dos interesses do povo e que o Poder Legislativo precisava fazer a sua própria reforma. Arruda Júnior lembra que logo que voltou ao Brasil Lacerda havia feito duras críticas ao governo revolucionário. Mas, observa que o governador tinha poupado o presidente de suas críticas mais recentes e pergunta se, com todos os poderes que a “Revolução” dera ao presidente, ele não deveria ser responsabilizado inclusive pelos erros apontados por Lacerda, recentemente. O governador concorda, mas ressalta que estes erros não eram nem irremediáveis, nem intencionais. Lembra que não ressaltava apenas o presidente, mas a “Revolução” e alguns membros do seu governo, também. Apenas considera difícil levar a frente uma “Revolução” com tão poucos revolucionários no governo. Um telespectador</p>



pergunta se o governador iria licenciar-se do governo para assumir um cargo no governo federal. Lacerda retruca que não. Outro telespectador pergunta se haveria eleições e se Lacerda seria candidato. Lacerda diz que se houvesse eleição, seria candidato, e como iria haver eleições, ele seria candidato. Mais uma pergunta de um telespectador: Porque a “Revolução” mudara de rumo? Lacerda diz que a “Revolução” não mudara de rumo, mas ainda não encontrara todo o seu rumo. Um telespectador pergunta porque o dólar tinha subido? Lacerda argumenta que não era especialista no assunto, mas supunha que o dólar estava alto porque estava em falta no Brasil. Aproveita para criticar o ministro do Planejamento que, no Plano Econômico do Governo, defendera que não se deveria investir em modernização das indústrias brasileiras, pois isso poderia acarretar desemprego. Lacerda retruca que não entendia como um economista formado em Harvard pensava como os ludistas (movimento contrário à mecanização introduzida com a Revolução Industrial). Assegura que Roberto Campos estava pregando o medo ao progresso. O apresentador pergunta se faltava, à equipe econômica do governo, mais contato com a realidade brasileira. Lacerda concorda e diz que o Brasil estava sendo governado principalmente pelos assessores e quem tinha sido assessor a vida inteira não sabia comandar. Comenta que seria bom que estas pessoas tivessem mais contato com a realidade brasileira e ressalta que era o que estava tentando fazer o ministro Otávio Bulhões. Acredita que o Brasil estava assistindo a um duelo entre os economistas estruturalistas e os financistas. Segue-se a apresentação de gravação de música dos “Demônios da Garoa”, em homenagem ao governador Carlos Lacerda e à população da Guanabara no Quarto Centenário da Cidade do Rio de Janeiro.

Faixa 2

Entrevista do Governador Lacerda na TV Paulista. O apresentador pergunta se o governador não considerava lastimável que a Guanabara fosse o único estado a ter uma ideia sobre abastecimento. Lacerda responde que a Guanabara era um estado eminentemente consumidor, que só produzia 5% do que consumia, por isso a sua preocupação com o abastecimento. Menciona que a Guanabara era o menor estado do Brasil, mas tinha tradição e responsabilidade. Argumenta que tinha a vantagem de ser jornalista, por se inteirar dos assuntos com rapidez. Lacerda considera que não era nenhum bicho de sete cabeças acabar com o problema do abastecimento no Brasil. Afirma que não era possível fazer a “Revolução” e continuar a cometer os mesmos erros de 30 anos atrás. Pergunta como os trabalhadores podem



			<p>levar a sério a “Revolução”, quando o ministro do Trabalho que eles encontravam tinha sido assessor dos antigos ministros do Trabalho. Lacerda diz que quando via Amaral Peixoto, depois de tantos anos, voltar à circulação como líder nacional, perguntava se a “Revolução” não estava atrasada alguns minutos no meridiano de Greenwich. Acredita que era hora de se preparar uma nova geração de homens públicos, que o país estava cansado das mesmas caras e da falta de ideias. O jornalista pergunta porque não tinha acontecido o aumento do salário mínimo. Lacerda, então, lê um documento em que o ministro Roberto Campos alerta para o risco de que o aumento do salário mínimo provocasse desemprego. Lacerda alega que esta ideia era reacionária e, sobretudo, irracional. Uma vez que o salário era condição de consumo e o consumo era condição de produção. Pergunta de um espectador do auditório sobre o que ele achava a respeito da atuação dos outros ministros do governo Castelo Branco, excetuando-se o do planejamento, Roberto Campos. Ele responde que a melhor definição que tinha ouvido sobre a atuação de Milton Campos no Ministério da Justiça fora a de Júlio de Mesquita: “Pedir a um jurista, com vocação de magistrado, que fosse o ministro da Justiça de uma “Revolução”, era como pedir a uma superiora de um colégio de freiras que organizasse um <i>ballet de striptease</i>. Considera que este era o problema, o homem certo no lugar errado. Quanto aos outros, preferia não comentar.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.314</p> <p>1. Assunto</p> <p>1. Faixa 1 Reunião Plenária das Classes Produtoras</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Comentários sobre as lutas políticas nacionais, defesa da democratização autêntica das associações profissionais de trabalhadores e empresários, crítica à eleição de comunistas para a direção da CGT, os efeitos da crise institucional do país sobre a Guanabara, comentários sobre impostos estaduais, críticas à imprensa oposicionista, informações sobre os empréstimos pleiteados junto ao BID, criação da CETEL</p>	F1: 25 min	F1: [1963]	<p><i>Faixa 1</i> Reunião Plenária das Classes Produtoras O governador Carlos Lacerda agradece a presença de todos na reunião. Alega que era falsa a ideia de que estava havendo, no Brasil, uma luta entre a extrema esquerda e a extrema direita. Lacerda argumenta que os dois extremos estavam irmanados, assim como no início da Segunda Guerra, nazistas e comunistas se uniram. Lacerda afirma que os democratas desejavam que as associações profissionais dos trabalhadores, como as das classes dirigentes das empresas, tivessem uma vida real, uma autenticidade, se expressassem através de uma composição autenticamente democrática. Mas, alerta para a transformação dos pelegos de ontem nos pelegos de então. Acredita que a Segunda Confederação de Trabalhadores do Continente Americano tinha sido entregue à direção e à orientação da Quinta Coluna comunista. Adverte que o resultado desta entrega iria ser uma sucessão de greves ilegais, comandadas pelos comunistas. Fala sobre o esforço do seu governo para dar uma estrutura sólida ao estado da Guanabara. Porém, alega que a instabilidade institucional, administrativa e política do governo federal impediam que este esforço tivesse pleno êxito. Defende a mudança</p>



			de critério da cobrança do imposto predial pelo seu governo e garante que o único imposto aumentado na sua gestão tinha sido o imposto de vendas e consignações. Lacerda afiança que a alíquota do imposto predial não fora alterada, apenas tinha sido alterado o conceito para o seu lançamento. Acusa os jornais de estarem comemorando o fato do Banco Interamericano de Desenvolvimento ainda não ter concedido empréstimos pleiteados pela Guanabara, com vistas à realização de obras da água, esgoto e recuperação das favelas. Ressalta que os projetos já tinham sido aprovados, mas o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) estava esperando apenas a aprovação da taxa d'água para que o governo pudesse garantir o pagamento dos empréstimos. Explica a decisão do governo do estado de criar uma nova companhia de telefone, mas sem desprezar a concessionária em funcionamento. Por isso, propõe uma associação de interesses, em que a atual concessionária fosse sócia da futura. Defende-se da pecha de direita, que considerava uma expressão vaga e cada vez mais anacrônica. Questiona se Perón era de direita ou de esquerda, se Fidel Castro era de direita ou de esquerda. Lacerda diz que os democratas, que sofriam os efeitos da esquerda e da direita, diziam que os que se pareciam se juntavam, e se uniam sempre contra a democracia.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.315 Assunto	F1a: 15 min F1b: 13 min F2: 21 min F3: 16 min F4: 12 min F5: 55 min F6: 30 min F7: 20 min	F1a: 15/05/1963 F1 b: 15/05/1963 F2: 28/03/1963 F3: 20/05/1963 F4: 30/08/1962 F5: 28/01/1964 F6: 15/05/1963 F7: 21/04/19631.	<i>Faixa 1a</i> Entrega das Chaves ao Clube Humaitá e Entrega das Chaves à U.M.E O governador Carlos Lacerda fala sobre a doação do estado de um prédio para ser sede de uma associação que congregava sargentos e sub-oficiais da Marinha. menciona que era defensor da liberdade, que só sobrevivia onde existisse e se manifestasse a autoridade legítima. Advoga que não havia sociedade organizada em que as Forças Armadas não assentassem na disciplina. Elogia os sargentos do Clube Humaitá. O presidente do Clube Humaitá, o sargento Raimundo Silva Pereira. Agradece ao governador do estado por proporcionar esta nova sede ao clube. Acrescenta que o clube ministrava cursos para os associados ampliarem seus conhecimentos para a vida militar e também proporcionarem dias melhores para seus familiares e entes queridos. O almirante Sílvio Heck explicita sua satisfação e o dever de publicamente manifestar o justo reconhecimento ao governo do estado da Guanabara. Lembra que a reivindicação de uma sede para o clube era antiga, mas nunca tinha sido acatada por outros governantes, até que Lacerda a atendeu. O almirante lamenta o aumento do custo de vida. Assinala que estavam presentes à cerimônia os verdadeiros sargentos, sub-oficiais e praças, aqueles que não formavam com os que no sábado haviam pregaram a insubordinação e a revolta.
1.1.1 e 1.1.2 Faixa 1a e 1b Entrega das Chaves ao Clube Humaitá e Entrega das Chaves à U.M.E			
1.2 Faixa 2 Inauguração da Nova Sede da Universidade do Estado da Guanabara			
1.3 Faixa 3 Posse dos Novos Defensores do Estado			
1.4 Faixa 4 Inauguração da Escola Júlio de Mesquita			
1.5 Faixa 5 Homenagem ao Deputado Raul Brunini no Leme Shye			
1.6 Faixa 6 Inauguração da Escola Luiz Camilo			
1.7 Faixa 7			



Inauguração do Túnel Major Vaz

2. Temas

2.1.1 Faixa 1a

Doação de prédio para sede da Associação dos Sargentos e Sub-oficiais da Marinha, papel da disciplina nas Forças Armadas, agradecimentos do presidente do Clube Humaitá ao governador Lacerda, agradecimentos do ministro Sílvio Heck ao governador pela doação do prédio e reafirmando o papel das Forças Armadas, discurso de encerramento do governador Lacerda

2.1.2 Faixa 1b:

Doação de prédio-sede para entidade estudantil democrática, defesa da participação política dos estudantes, crítica à diretoria da UNE, elogios ao espírito de luta e á mentalidade democrática dos estudantes cariocas, discurso do presidente da UME, agradecimentos e compromisso com o regime democrático.

2.2 Faixa 2

Apoio do governo do estado à expansão e à consolidação da UEG, importância do Hospital Universitário das Clínicas para o ensino médico, prioridades da UEG, importância da revolução cultural e técnica, cobrança do compromisso das universidades com a expansão da cultura, defesa de uma base doutrinária para o progresso e o desenvolvimento do país, relação entre riqueza de um país e existência escolas, relação entre a expansão da miséria e a dominação do comunismo, ofensiva comunista no campo editorial.

2.3 Faixa 3

Discurso de Carlos Lacerda, posse aos selecionados no concurso, reconhecimento do mérito pessoal dos aprovados e do empenho e dedicação do Procurador Geral de Justiça e assessores na realização do concurso, elogios aos aprovados e

Afirma que o povo podia ficar tranquilo, que as Forças Armadas iriam cumprir com o seu dever. O governador Carlos Lacerda agradece o discurso do Almirante e a presença de todos. Agradece também o discurso do presidente do clube e deseja que tenha anos de êxito, felicidade e prestasse serviços aos seus associados e às suas famílias.

Faixa 1b

Entrega das Chaves à UME (União Metropolitana dos Estudantes)

Carlos Lacerda manifesta sua felicidade por receber estudantes no Palácio Guanabara. Diz que o governo entregava o prédio com sacrifício, mas com enorme prazer para sede da UME. Lacerda menciona a proibição, pela Constituição, do governo do estado doar prédios, mas ressalta que o governador podia fazer a cessão de imóveis. Lembra que a UME fora despejada da UNE, por ter uma diretoria democrática. Considera que os estudantes deveriam estudar, mas também deveriam aprender fora das escolas, na Universidade da vida. Espera que a UNE voltasse a ser uma organização democrática e não uma organização da Quinta Coluna, com estudantes profissionais pagos por Moscou, treinados em Praga ou em Cuba, para matarem-se uns aos outros. Saúda o espírito de luta e a compreensão democrática dos estudantes da UME. O presidente da UME, José Antabe, elogia o discurso do governador e afirma que os estudantes estavam muito satisfeitos com a realização de um sonho. Assinala que a sede iria permitir que a UME atendesse melhor aos estudantes universitários. Ele garante que os estudantes não permitiriam a mudança do regime democrático no Brasil.

Faixa 2

Inauguração da Nova Sede da Universidade do Estado da Guanabara

O governador Carlos Lacerda reitera o apoio do governo do estado à expansão e à consolidação da UEG (Universidade do estado da Guanabara). Menciona a importância que o governo atribuía à recuperação e entrada em pleno funcionamento do Hospital das Clínicas que representava uma doação justa do estado à Universidade. Diz que a UEG tinha conseguido o que a Universidade do Brasil tentava havia 20 anos, dar ao ensino médico um hospital de clínicas. Considera que uma das prioridades seria levar a Universidade ao maior número dos que a ela não tinham podido ascender e trazer para a Universidade o maior número dos que a ela tinham conseguido chegar. Menciona que seria uma atribuição da Divisão Cultural da Reitoria da UEG, que seria responsável também por buscar recursos e colaboração para a Universidade. Lacerda afirma



à banca examinadora do concurso, discurso do Procurador Geral de Justiça, reconhecimento do espírito e dos propósitos democráticos do governo do estado na realização do concurso, discurso do defensor público, referência à origem do Ministério Público, a exemplaridade do concurso do estado da Guanabara.

2.4 Faixa 4

Rotineiro na inauguração de escolas, relação entre democracia e educação, importância do nome dado às escolas estaduais, homenagem prestada a Júlio de Mesquita. E a obra realizada pelo jornalista

2.5 Faixa 5

Discurso de Oliveira Belo em nome do Diretório Regional da UDN, exaltando qualidades de Carlos Lacerda, discurso de Raul Brunini agradecendo elogios, discurso do deputado Arnaldo Nogueira como representante da bancada federal da UDN, discurso do deputado estadual Domingos D'Ángelo, em nome da bancada estadual da UDN, discurso da secretária estadual de Serviço Social, Sandra Cavalcante, discurso de orador não identificado

2.6 Faixa 6

Dados biográficos de Luiz Camillo, organização do Centro de Documentação, Arquivo e Biblioteca do Itamaraty, Manifesto dos Mineiros, oposição ao fascismo e ao Estado Novo, entrevista de José Américo de Almeida ao jornal *Correio da Manhã*, Sociedade de Assistência aos Lázaros do Estado da Guanabara, escola especializada para filhos de hansenianos

2.7 Faixa 7

Referências à biografia do major Rubens Vaz, homenageado com o nome do túnel, defesa da liberdade e do desarmamento, eleições estaduais, crise política e de desabastecimento, obras públicas e geração de milhares empregos, agradecimentos aos

que só nos países atrasados e ignorantes ainda se falava em revolução social, porque a revolução da cultura, da técnica, do espírito haviam tornado a revolução social um ato reacionário e retrógrado. Acredita que o caminho da técnica tornaria impossível a existência de uma aristocracia, assim como tornaria inconveniente a implantação de uma tirania. Para Lacerda, um país como o Brasil, com as suas imensas possibilidades, deveria tomar posição, e os seus homens da universidade, que eram os formadores do comando da vida social, não podiam eximir-se do seu compromisso com a cultura. Acredita que o país precisava ter uma base doutrinária, da qual ele pudesse levantar voo para a aventura do seu progresso e do seu desenvolvimento. Faz um apelo para os homens de consciência, que compreendessem os seus deveres, na sua legítima inquietação com a pobreza, na sua legítima inconformidade com a miséria, no seu desejo de transformar o atraso em progresso, que não se deixassem confundir e não dissessem tolices como a de que o país só poderia ter escolas quando fosse rico. Lacerda afiança que era o contrário, os países só seriam ricos quando tivessem escolas. Outra tolice, segundo Lacerda, era dizer que não existia o problema da miséria no comunismo, quando se sabia que o problema da miséria era agravado pela permanência dos comunistas no poder. Lacerda critica o vazio editorial existente no Brasil, o que permitia a ofensiva ideológica altamente aguerrida, preparada e financiada com dinheiro público, do movimento editorial comunista.

Faixa 3

Posse dos Novos Defensores do Estado O governador Carlos Lacerda assinala que era uma honra poder dar posse a homens que conquistaram a função que iriam exercer, pela porta larga, mas difícil, do serviço público. Comenta que os 12 defensores públicos empossados podiam orgulhar-se de não dever o posto que iriam exercer a ninguém, senão a si mesmo. Agradece o empenho do procurador geral da Justiça João Batista Cordeiro Guerra, para que o concurso fosse realizado. Destaca, também, a colaboração da dra. Amélia Duarte. Lacerda faz outros agradecimentos e pede desculpa se por ventura tivesse omitido algum nome. Lê o nome dos 12 novos defensores públicos. O procurador geral da Justiça, João Batista Cordeiro. Elogia os novos defensores e a banca examinadora do concurso. Destaca que o espírito democrático do governo e o propósito de dar a todos uma justa oportunidade tinham sido fundamentais para que o concurso fosse realizado. Agradece a confiança do governador que permitiu que ele tivesse tranquilidade para trabalhar. Elogia a administração do governador Carlos Lacerda. O



engenheiros e trabalhadores,
economia no material de
acabamento do túnel

defensor público, Sérgio André Ferreira, assinala que a nomeação como defensor público seria para sempre um marco inesquecível na vida dos empossados. Discorre sobre a origem do Ministério Público, na França no século XIV. Ressalta a evolução da instituição que ganhava cada vez maior autoridade, independência e autonomia. Enfatiza que o Ministério Público era o guardião da sociedade e da lei, o fiscal e promotor da sua fiel execução. Relaciona as atribuições do Ministério Público e afiança que o concurso tinha se tornado um exemplo para outros administradores e um incentivo para os estudantes. Menciona a dedicação dos organizadores do concurso, para que tudo transcorresse na mais absoluta perfeição.

Faixa 4

Inauguração da Escola Júlio de Mesquita

O governador Carlos Lacerda conta que já se transforara em rotina a inauguração de escolas na Guanabara. Comenta que não se poderia chamar o Brasil de democracia enquanto o povo não tivesse acesso às próprias fontes dela. Considera que a Guanabara estava caminhando para a completa redenção educacional do povo. Ressalta que a sua preocupação não era apenas abrir escolas, mas fazer construções que não fossem suntuosas, mas simples, que fossem eminentemente funcionais. Lacerda afirma que um dos fatores que considerava importantes nas escolas era o nome de seus patronos. Defende que tudo na escola era educativo, inclusive o nome. Assinala que entre tantas homenagens possíveis a Júlio de Mesquita, o governo quis que a homenagem fosse aquela, o nome de uma pequena escola em Bangu. Recorda que Júlio de Mesquita foi o que o verdadeiro jornalista teria que ser, o que o verdadeiro cidadão teria que ser, um educador. Lacerda afirma que Júlio de Mesquita havia realizado no Brasil uma obra que, talvez, apenas naquele período adquirisse sua plena significação. Fala sobre os filhos de Mesquita que mantinham o jornal da família, em São Paulo, assim como a família Marinho mantinha *O Globo*, na Guanabara, e a família Caldas, proprietária do jornal *Correio do Povo*, no Rio Grande do Sul. Lacerda considera estes jornais patrimônio nacional. Continua a fazer elogios a Júlio de Mesquita. Cita as campanhas memoráveis criadas por Júlio de Mesquita e o programa que formulou para a revisão da estreita, medíocre e mesquinha concepção da vida partidária no Brasil.

Faixa 5

Homenagem ao Deputado Raul Brunini, no Leme Shye

O doutor Oliveira Belo diz que tinha ficado honrado ao receber o convite para falar, em nome



do Diretório Regional da UDN, naquela cerimônia. Menciona que Raul Brunini era companheiro, líder e amigo de todas as horas. Em rápidas palavras, afirma que a vida pública de Brunini tinha se caracterizado pela sua extrema e completa lealdade ao partido. Ressalta que Brunini havia permanecido no partido, quando outros o deixaram. Elogia Brunini por enfrentar todas as dificuldades e todas as lutas e ingratidões, em nome da UDN. Elogia também a fidelidade de Brunini a seu amigo e seu líder, o governador Carlos Lacerda. Destaca que, leal e fiel à UDN, Raul Brunini era aquele deputado que sempre representara, com absoluta integridade, os ideais e aspirações do partido. Despede-se agradecendo a todos a atenção às suas ligeiras e insignificantes palavras. Raul Brunini responde que, como presidente da Assembleia Legislativa, dignificaria o cargo e honraria o partido. O deputado Arnaldo Nogueira conta ter se surpreendido, ao ser convidado a falar, em nome da bancada federal, sobre o deputado Raul Brunini. Esclarece que conhecera Raul Brunini muito antes de o encontrar na Câmara de Vereadores. Diz que Raul Brunini era um idealista e nunca tinha se aproveitado de sua amizade com o governador, para tirar proveitos particulares. Faz muitos elogios a Brunini. Deseja felicidades a Raul Brunini e que ele mantivesse a postura que sempre tivera na presidência da Assembleia. O deputado Domingos D'Ángelo fala em nome da bancada estadual do partido. Comenta que a homenagem o fazia lembrar-se dos tempos de ginásio, da fábula do lobo e do cordeiro. Fala que se sentia o cordeiro, por ser o mais modesto da bancada que tinha a responsabilidade de prestar homenagem a Raul Brunini. Elogia os discursos anteriores e também elogia a lealdade de Brunini. Afirma que tinha orgulho de falar neste dia, em nome da bancada estadual do partido. Dirige-se a Raul Brunini e deseja que Deus o abençoasse, o iluminasse e que ele continuasse sendo aquele homem que sabia ser fiel à sua palavra, o que atualmente era cada vez mais raro. A secretária de Serviço Social, Sandra Cavalcanti, assinala que a honra de homenagear Brunini falava muito fundo ao coração. Promete tentar controlar a emoção, para dar um testemunho fiel de um padrão de fidelidade, um testemunho verdadeiro de um padrão de homem público. Sandra sustenta que a lealdade e a fidelidade de Brunini não se pautavam pela entusiasmada solidariedade que ele prestava ao governador, pois era o governador que era fiel aos ideais que norteavam Brunini. Sandra Cavalcanti considera Brunini um exemplo de homem público que se colocava a serviço da sua comunidade, a serviço do bem comum. Afiança que o governador vinha desempenhando, havia vários anos, o papel de simbolizar, na vida



pública brasileira os ideais que moravam no coração de todos os udenistas e, por isso, era natural a sua afinidade com Brunini. Um orador não identificado homenageia a mulher de Raul Brunini, Neusa Brunini, presente à cerimônia. Estende a homenagem às mulheres cariocas e reconhece que as mulheres de políticos sofriam, principalmente quando o político era de oposição.

Faixa 6

Inauguração da Escola Luís Camilo (de Oliveira Neto)

Agradecimento de uma aluna ao governador da Guanabara pela inauguração de uma escola em Jacarepaguá. Luis Felipe, representante da família de Luís Camilo, patrono da escola agradece a homenagem feita à memória de seu pai, erudito historiador que amou como poucos o Brasil, a pátria em que nasceu. Lembra que seu pai defendera a restauração democrática do Brasil, em 1945. Espera que os estudantes da escola aprendessem com o exemplo de seu pai, que havia estudado em uma escola simples, mas que aprendera a amar sua pátria, a democracia e a liberdade. A senhora Eunice Nibar - representante da Sociedade do Estado da Guanabara de Assistência aos Lázaros - agradece ao governador pela inauguração da escola que iria educar os jovens do bairro e promover uma aproximação da coletividade de Jacarepaguá. Elogia Otávio Mangabeira, patrono da Fundação que auxiliou a construção da escola. Considera que o patrono da escola foi um dos jornalistas mais brilhantes do século. Eunice comenta que era uma escola diferente, porque acolhia crianças que eram órfãs de pais vivos. Menciona que era um dia glorioso para o educandário e que só o governador havia reconhecido que os filhos dos hansenianos tinham direito à escola. Ela acredita que os alunos serão homens úteis, preparados para servirem ao Brasil. O governador Carlos Lacerda conta que pediu o adiamento da inauguração da escola, porque não queria estar ausente da abertura de uma escola com o nome de Luís Camilo. Lacerda recorda que Luís Camilo pertencia àquele tipo, pouco abundante de homens no Brasil contemporâneo, que provavelmente não apareceria nos livros escolares, mas sem os quais a História que se aprendia nas escolas teria um rumo totalmente diferente. Lacerda lembra que Luís Camilo havia organizado o arquivo e a biblioteca do Ministério das Relações Exteriores e que a organização tinha sido tão bem feita que o arquivo foi elevado à categoria de um repositório mundial, sem o qual a História do Brasil e do continente americano seria diferente. Salienta que, de repente, Luís Camilo passou a se preocupar mais com a História do presente do que com o passado do Brasil. Lacerda conta que Luís Camilo havia se dedicado



			<p>integralmente à articulação do que foi então chamado de “Manifesto dos Mineiros”. Acredita que Luis Camilo tinha arriscado a sua vida e a tranquilidade da sua família para que o Brasil não se tornasse um satélite do fascismo. Ressalta que foi Luís Camilo que o havia aproximado de um homem público, José Américo de Almeida, que lhe dera uma entrevista que acabaria com a censura [no Estado Novo]. Diz que Luis Camilo peregrinou pelos jornais procurando um que publicasse a entrevista feita por Lacerda, até conseguir que o <i>Correio da Manhã</i> a publicasse. [A entrevista teve enorme repercussão e <i>O Globo</i>, aproveitando o ensejo, lançou, então a candidatura do brigadeiro Eduardo Gomes à Presidência da República].</p> <p><i>Faixa 7</i> Inauguração do Túnel Major Vaz Conteúdo igual ao da fita 189, faixa 4, nos primeiros 10 minutos Carlos Lacerda avisa que tinha vindo à inauguração cultivar a memória de um herói, pregar a defesa da liberdade em nome do futuro e pedir o desarmamento em nome da liberdade. Considera que o melhor meio da população demonstrar a sua sinceridade, era continuar a trabalhar todos os dias como se nada tivesse acontecido. Acredita afastadas as ameaças que pesavam sobre o estado, com a resposta que aquele dia o povo do estado teria dado nas urnas. Afirma que não temia nenhuma ameaça, porque não provocava, mas também não queria ser provocado. Menciona estar cansado de crises e provocações e assinala que toda vez que havia uma provocação, começava a faltar açúcar ou arroz. Diz que as obras públicas da Guanabara asseguravam o emprego a milhares de trabalhadores que ficariam desempregados, graças a inflação de um lado e a deflação do outro ambas promovidas pelas mesmas autoridades. Agradece aos engenheiros e trabalhadores que tinham construído o túnel em tempo recorde. Destaca que poupava 35 milhões de cruzeiros, ao decidir não fazer um acabamento de mármore no túnel. Lacerda afirma que o dinheiro poderia ser usado na construção de 3 escolas e acredita que era mais importante a quantidade de obras do que o luxo no acabamento delas.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.316</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Posse do Administrador Regional de Santo Cristo, dr. João Trancoso</p> <p>2. Temas</p>	<p>F1: 30 min</p>	<p>F1: 27/03/1963</p>	<p><i>Faixa 1</i> Posse do Administrador Regional de Santo Cristo, dr. João Trancoso Carlos de Jesus Guerreiro Ramos, presidente da Sociedade de Amigos do Bairro de Santo Cristo e Adjacências (SASCA), diz que a sociedade que presidia sentia-se jubilosa e invadida por uma onda de esperança, com a inauguração da Administração Regional da Zona Portuária. Afirma que Santo Cristo e os outros bairros da Zona Portuária não recebiam atenção desde o</p>



2.1 Faixa 1

Criação das Regiões Administrativas e a descentralização política, Associações de Amigos dos bairros de Santo Cristo, do Morro do Livramento e do Caju, obras de melhoramentos urbanos na região, asfaltamento da rua Tavares Guerra, no Caju, abandono dos bairros e a revolta da população, comício de posse do administrador regional, promessa de construção de um chafariz e de um ginásio

governo de Rodrigues Alves. Recorda que quando foram procurar o governador para que desse atenção ao bairro, ele já estava profundamente interessado na recuperação da região. Elogia o governador, embora garanta que a sociedade era apolítica, e elogia a escolha do administrador regional. Afirma que suas reivindicações eram para toda a Zona Portuária, não apenas para o bairro de Santo Cristo, e que a SASCA iria atuar ao lado das outras duas sociedades da região. Espera que os dois principais problemas da região, o abastecimento d'água e a coleta de lixo, fossem resolvidos. Pede que os moradores, que ainda não se tinham filiado à Sociedade, que se filiassem, mesmo que tivessem ideias divergentes, pois toda contribuição seria válida. Giacomo Novelli – representante da Sociedade de Amigos do Morro do Livramento – SEMOL - sustenta que o bairro da Saúde vivia uma das noites mais gloriosas da sua existência, porque o bairro sempre fora esquecido pelas autoridades. Elogia o governador Carlos Lacerda por estar dando atenção ao bairro. Diz que não tinha votado em Lacerda, mas que era, então, um dos seus soldados. Pede que o governador visitasse o bairro de vez em quando, que continuasse dando atenção ao local. Lembra que havia escrito várias cartas ao governador, para que ele nomeasse o administrador regional, e elogia a escolha de João Trancoso. Arlindo de Moraes – representante da Sociedade Amigos do Bairro do Caju, elogia o governador porque os moradores do Caju já tinham começado a receber benefícios. Diz que era a primeira vez que se estava fazendo obras no Caju. Pede que fosse asfaltada a rua Tavares Guerra, onde existiam o único cinema e a única Igreja Católica do bairro. Cobra do governador o cumprimento da promessa de campanha, de construção de uma escola no Caju. João Trancoso e Trancoso – Administrador Regional da Zona Portuária - , comenta que logo que chegara, tinha percebido que a Zona Portuária não era melhor nem pior que nenhuma outra região da cidade, apenas estava abandonada pelos governantes .Por isso, sua população era inquieta e impaciente. Elogia a descentralização administrativa de Lacerda e enumera as obras que seriam realizadas, na região, pelo governo da Guanabara. O governador Carlos Lacerda enfatiza que a Região Administrativa poderia estar instalada havia muito tempo, mas, apenas em dezembro, a Assembleia Legislativa tinha autorizado o governo a implantar as R.A. Explica que escolheu João Trancoso por suas qualidades verificadas quando ele foi auxiliar do engenheiro Piragibe, na administração da Zona Central. Comenta que aquele era o comício mais estranho do qual já participara em sua vida, porque era a primeira vez que participava de um comício exclusivamente administrativo, para discutir os



			<p>problemas de um bairro. Ressalta que os problemas atingiam a todos e estavam acima das divergências políticas, e que, depois de eleito, nunca se preocupara em saber quem tinha votado nele, porque governava para todos. Promete construir um chafariz e um ginásio no bairro.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.317</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1: Inauguração da Administração Regional do Rio Comprido</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Eficiência do governo de Carlos Lacerda, apoio à nomeação do administrador regional do Rio Comprido, cooperação entre os administradores regionais do Rio Comprido e de Santa Teresa, discurso do administrador regional do Rio Comprido, José Eiras Pinheiro, Rio de Janeiro capital cultural do país, defesa da descentralização administrativa, funções do administrador regional, principais problemas da Administração Regional, melhoramentos no Catumbi e a urbanização das favelas, discurso do governador Carlos Lacerda, viabilidade da construção do túnel Catumbi-Laranjeiras, realizações do governo, aumento da oferta de vagas nas escolas, construção do túnel Rebouças, implantação do sistema telefônico em Campo Grande.</p>	F1: 30 min	F1: 01/04/63	<p><i>Faixa 1</i> Inauguração da Administração Regional do Rio Comprido Eduardo Rodrigues, representante da Comissão Pró-Melhoramentos do Bairro de Fátima confirma que todos os moradores do bairro reconheciam o eficiente trabalho de Carlos Lacerda à frente do governo da Guanabara. Declara o seu entusiasmo com a escolha de José Eiras para o cargo de administrador regional. Esclarece que deveria permanecer entre a Comissão Pró-melhoramentos, o administrador regional José Eiras e o responsável administrativo pelo bairro de Santa Teresa, Felipe Cardoso, em clima de paz, harmonia e colaboração. O administrador regional, José Eiras Pinheiro, lembra que apesar de ter perdido a condição de capital do país, o Rio de Janeiro tinha mantido as características inatas de capital da cultura, da arte, da técnica e também da politização. Acredita que o estado da Guanabara seria inadmissível se não houvesse uma administração descentralizada.. Afirma que a centralização administrativa levava ao caos, ao desastre, à inépcia, à ausência e à omissão do governo . Elogia o governador Carlos Lacerda por ter criado as Administrações Regionais. Explica que o administrador regional era o representante direto do governador, com capacidade e competência para resolver os problemas locais. Acha que os principais problemas a serem enfrentados eram urbanização, saneamento, saúde, educação e segurança. Reconhece os melhoramentos promovidos pelo governador no bairro do Catumbi. Menciona também a urbanização das favelas da região. O governador Carlos Lacerda responde que era uma alegria percorrer quase todo dia o túnel Catumbi-Laranjeiras, porque este túnel representava uma lição, estava sendo construído havia 14 anos. Em dois anos estaria terminada a construção do túnel e que a lição do túnel era usar bem o dinheiro do povo. Lacerda garante que a maior parte do dinheiro utilizado pelo governo em obras era proveniente do orçamento, não de empréstimos dos Estados Unidos. Afirma que se sentia totalmente realizado por ter acabado com o déficit de vagas nas escolas do estado. Assinala que era o governador de toda a cidade e que estava conquistando os eleitores que não tinham votado nele. Comunica que estava construindo o maior túnel urbano do mundo, o túnel Rebouças, que homenagearia dois engenheiros negros, os primeiros do Brasil. Lacerda fala que o túnel iria</p>



			acabar com a história da Zona Sul ser a única zona nobre da cidade. Anuncia que pretendia passar uns dias em Campo Grande, para instalar o sistema de telefone no bairro.
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.318</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Transmissão do Cargo de Governador para o Desembargador Faria Coelho – Palácio Guanabara</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Carta do presidente da ALEG, inexistência do cargo de vice-governador, posse do presidente do Tribunal de Justiça do Estado, méritos da equipe de governo, respeito do Executivo aos poderes Legislativo e Judiciário, crítica a não eleição de um vice-governador pela ALEG, “Revolução de 1964” e a ALEG, discurso de Vicente Faria Coelho, posse imprevista no cargo de governador, reconhecimento dos méritos da equipe de governo.</p>	F: 12 min	F1: [1964/1965]	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Transmissão do Cargo de Governador para o Desembargador [Vicente de] Faria Coelho – Palácio Guanabara</p> <p>O governador Carlos Lacerda lê uma carta do presidente da Assembleia Legislativa, Vitorino James, em que este comunica que não poderia assumir o cargo de governador, por motivo de saúde. Diante disso, informa Lacerda, quem deveria assumir o governo do estado era o presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Guanabara. Lacerda lamenta que não tivesse ocorrido a eleição para vice-governador, por causa de uma minoria de deputados. Elogia o seu substituto no governo do estado. Lacerda avisa que partia tranquilo, porque deixava o governo nas mãos de Faria Coelho, um governo formado por admiráveis homens públicos que o auxiliariam a governar. Assinala que se sentia honrado por sempre ter respeitado o Poder Legislativo e o Poder Judiciário. Comenta que fazia crítica à conduta de alguns, mas reconhece a correção da maioria. Lacerda acredita que se a “Revolução” tivesse completado a limpeza que começara a fazer na Assembleia Legislativa, teria ocorrido a eleição para vice-governador. Diz que a “Revolução” tinha dado a impressão de ter acabado, mas torcia para que ela prosseguisse, para que os homens de bem tivessem o direito de ver o homem de bem que elegeram legislar e zelar por eles. O desembargador Vicente de Faria Coelho comenta que não imaginava ter a honra de substituir o governador, porque nunca fora político. Mas, conhecendo as suas obrigações constitucionais, sabia que isso poderia ocorrer. O desembargador comunica que concordava com o governador e que ele poderia ir tranquilo, porque a sua equipe no governo da Guanabara era muito boa.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.319</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Palavras do Governador Lacerda Empossando o Deputado Célio Borja como Secretário de Governo</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Comentários sobre as novas nomeações para cargos no governo, Leoberto de Castro</p>	F1: 25 min	F1: 15/07/1964	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Palavras do Governador Lacerda Empossando o Deputado Célio Borja como Secretário de Governo</p> <p>O dr. Leoberto de Castro Ferreira menciona que o Rio de Janeiro merecia uma comemoração condizente com o seu Quarto Centenário. Avisa que iria trabalhar para que as comemorações fossem condignas à cidade. Esperava contar com a colaboração de órgãos públicos e de empresas privadas. O deputado Célio Borja destaca que sabia o que representava o desafio que recebera do governador. Célio Borja afirma que confiava no governador, no auxílio de todos que detinham alguma parcela do poder público no estado e na estrutura da Secretaria de Governo. Elogia seus antecessores, Raphael de Almeida Magalhães e</p>



<p>Ferreira e o plano hospitalar do prefeito Pedro Ernesto, a incorporação do acervo do fotógrafo Augusto Malta ao MIS, recuperação dos arquivos da Cúria Metropolitana, preparação das celebrações do IV Centenário, funções do vice-governador nas comemorações do IV Centenário, participação de países estrangeiros nas comemorações, elogios a Célio Borja.</p>			<p>Hélio Beltrão. Almeja poder auxiliar Lacerda a se tornar presidente do Brasil. O governador Carlos Lacerda agradece a presença de todos e formula algumas reflexões sobre as nomeações que tinha feito. Menciona que Leoberto de Castro tinha feito parte da equipe de médicos que havia formulado o plano hospitalar de Pedro Ernesto e que fora responsável pela recuperação e incorporação ao patrimônio do estado da obra fotográfica de Malta. Lacerda conta que outras incorporações estavam sendo feitas para o Museu da Imagem e do Som. Fala sobre a recuperação dos arquivos da Cúria Metropolitana pelo governo do estado. Garante que o vice-governador não teria uma função decorativa, ele seria o comissário geral do Quarto Centenário, função honorífica e ao mesmo tempo de trabalho. Ressalta que a prioridade era preparar as cerimônias e celebrações do Quarto Centenário. Lacerda conta que teve conversas na Europa a respeito da participação de outros países nas comemorações. Enfatiza que tivera a ideia de chamar Célio Borja para ocupar a Secretaria de Governo como uma homenagem à bancada valorosa que havia salvado a honra da Assembleia e o interesse eminente do povo carioca. Diz que teve de vê-lo aceitar o cargo como um desafio à sua inteligência. Faz diversos elogios a Célio Borja e afirma que, por enquanto, Célio Borja era um político com todas as qualidades e nenhum dos defeitos dos políticos em geral.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.320</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Aniversário da Convenção de Itu – SP</p> <p>1.2. Faixa 2 Continuação da Faixa Anterior</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Os problemas brasileiros e o avanço comunista, Lacerda como baluarte da luta anticomunista no Brasil, discurso do governador Carlos Lacerda, crítica à visão da República como criação dos militares e dos escravagistas, destaque do papel da municipalidade de Itu na luta pela República e na resistência ao autoritarismo de D. Pedro I, estabelecimento de relações entre os convencionais de 1873 e os</p>	<p>F1: 66 min F2: 50 min</p>	<p>F1: 18/04/1963 F2: 18/04/1963</p>	<p><i>Faixa 1</i> Aniversário da Convenção de Itu – SP O dr. Paulo Lopes da Silva - professor do Instituto de Educação Regente Feijó -, diz que pediram para ele apresentar o governador Carlos Lacerda na cerimônia, mas que isso não seria necessário, porque não existia quem não conhecesse o grande governador da Guanabara, o paladino da liberdade e da democracia que vinha lutando com todas as forças contra os males que infelicitavam o Brasil, o comunismo, o peleguismo e o comodismo. Adianta que saudar o governador era tão importante que iria ficar gravada na sua memória, como quando pegara em um fuzil para defender São Paulo, quando era adolescente, assim como quando se formou em Direito. Diz que todos sabiam da dificuldade do governador para se ausentar da Guanabara, que tinha sido praticamente sitiada por seus inimigos, desde 1961. Mesmo assim, elogia o governador por estar conseguindo resolver os problemas da cidade. Agradece a Lacerda por ter comparecido à cerimônia. O dr. Paulo Paixão, representante do governador de São Paulo, Ademar de Barros, informa que percorrerá todo o Brasil, desde 1954, e vira as endemias, a desigualdade social, a miséria, a fome, o analfabetismo e o comunismo querendo solapar as instituições democráticas.</p>



liberais de 1842, menção à advertência de Campos Salles quanto à intenção dos governantes, participação de abolicionistas e escravagistas no movimento republicano, crise da monarquia e a Questão Religiosa, limites do liberalismo republicano, críticas ao governo de João Goulart, elogios ao papel desempenhado pela Convenção de Itu.

2. 2 Faixa 2

Lição dos patriotas de Itu de 1873, elogio aos jornalistas que criticam o governo federal, proposta de reforma do governo e do regime brasileiro, reafirmação do compromisso com a democracia, reconhecimento da grande representatividade dos políticos de Itu no contexto nacional, mensagem escrita pelo presidente da ALESP, posição destacada de Itu no país desde 1862 e no movimento republicano, comentário do deputado Abreu Sodré, importância do movimento republicano, defesa da luta pela democracia e pela liberdade, elogios a Carlos Lacerda.

Por isso, adverte que deveriam permanecer unidos na grande campanha de redenção espiritual, da qual Lacerda era um dos baluartes e pela qual clamava o Brasil. Carlos Lacerda revela que preferia trazer por escrito o depoimento que iria fazer, para evitar que houvesse deturpação das suas palavras. Crítica a visão de que a República tinha sido proclamada por militares idealistas e quase fanáticos, apoiados pelos escravocratas indignados com a Coroa, por causa da Abolição. Acredita que esta visão permanecia devido à ignorância, que era o maior inimigo do Brasil, sobretudo porque estava no governo federal. Lacerda diz que Itu não fora apenas a cidade da convenção republicana de 73, tinha sido, também, a primeira vila no Brasil que, em 1824, recusou-se a obedecer à Constituição outorgada por Pedro I. Lacerda considera que os republicanos de Itu eram herdeiros políticos dos movimentos liberais que culminaram nas “revoluções” de São Paulo e de Minas, em 1842. Cita uma advertência de Campos Sales, ao partido que surgira para implantar a República, no momento em que parte dos liberais acorria a colaborar com os governantes, cuidando que salvando-os salvavam-se, e outra parte caminhava já então decididamente para a implantação da República. Escreveu Campos Sales “Não é bastante saber o que podem fazer os ministros, para que o espírito público deva tranquilizar-se. É preciso, sobretudo, que se saiba qual seja o pensamento oculto na intenção do governante”. Considera importante fazer uma retificação sobre a influência dos escravagistas na Proclamação da República. Joaquim Nabuco a considerava decisiva. Diz que o movimento republicano havia mobilizado, ao mesmo tempo, abolicionistas e escravagistas. Lacerda lembra que a monarquia também tinha sido enfraquecida pela Questão Religiosa e que a República não fora o primeiro movimento liberal que não abrangera, desde o início, toda a gama das liberdades. Explica que havia mencionado alguns exemplos, para melhor salientar dois fatos decisivos para quem quisesse entender e tentar resolver a crise brasileira. O primeiro fato era talvez o mais terrível e melancólico, tratava-se da pernicioso e tragicômica ignorância dos que dominavam a vida nacional naquele momento. Lacerda considera que eles eram deformados pela sua própria falsa noção de que o Brasil tinha começado em 1930 ou em 1937. Agradece a convocação para celebrar, em Itu, a ação memorável daqueles homens de pensamento que desencadearam o movimento do progresso democrático, do liberalismo confiante, da liberdade com autoridade, e considera que era necessário aplicar no presente, em benefício do futuro próximo. a lição do passado que ressoava em Itu.

*Faixa 2*

Continuação da Faixa Anterior

Carlos Lacerda considera que os patriotas da Convenção de Itu tinham dado ao Brasil uma lição de virtude, energia e fé. Assegura que esta lição não tinha sido esquecida ou renegada. Agradece o convite para participar da cerimônia e espera ter dito o que eles queriam ouvir. Lacerda revela que estava emocionado, elogia os jornalistas que, assim como ele, tinham cumprido a sua missão e contribuíram para o fortalecimento da democracia no país. Lacerda defende que a principal reforma a ser feita no país era a reforma do governo, dos homens que governavam e do modo de governar a República, sem as quais todas as reformas seriam imposturas.

Cerimônia realizada na Câmara Municipal de Itu, em homenagem ao governador Carlos Lacerda, que informa que tinha sido convidado para trazer a Itu e a São Paulo o testemunho da fidelidade dos democratas do Brasil às ideias e aos ideais que se levantaram em Itu. Para Lacerda, poucos representantes do Brasil significaram mais do que aqueles que, como eles, traziam dentro de si parcelas, sementes do presente, e traziam também a glória, o exemplo e a grande responsabilidade do passado.

Comitiva da Assembleia Legislativa de São Paulo, na cerimônia em homenagem aos 90 anos da Convenção de Itu. Segue-se a leitura da mensagem do presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo, Ciro Albuquerque, ao governador Carlos Lacerda. Ciro diz que gostaria de estar presente à cerimônia, mas os enormes encargos que tinha o impediram de comparecer. Para Ciro, a data de 18 de abril lembrava uma das mais marcantes páginas da história do país, tendo o destino escolhido Itu como centro de um movimento patriótico. Conta que Itu era, por volta de 1862, o maior centro de instrução secundária de São Paulo. Ciro comenta que republicanos e abolicionistas de São Paulo escreveram a primeira página do memorável episódio de 1889. Por isso, era justo que a Assembleia Legislativa de São Paulo transmitisse às autoridades e ao povo de Itu as suas saudações mais efusivas. Perguntam ao deputado Abreu Sodré o que ele estava achando da cerimônia de comemoração dos 90 anos da Convenção de Itu e da recepção ao governador Carlos Lacerda. O deputado responde que nunca fora tão importante na história do país, relembrar a própria história. Ele diz que a República estava sendo traída, por isso era preciso voltar ao passado, para impedir os que queriam fazer da pátria uma pátria sem liberdade, que renegavam a democracia. Era preciso mostrar que o povo não queria que fosse traída a liberdade, a história do país, e que fosse renegada a República. O deputado afirma que era



			preciso preservar a liberdade e a democracia e elogio o governador Carlos Lacerda.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.321	F1: 31:28min	F1: 1961/1965]	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Governador Carlos Lacerda em Presidente Prudente - SP</p> <p>Carlos Lacerda discorre sobre a formação e a eleição de um líder democrático, em comparação com a de um líder totalitário, que, para ele, se fazia com a propaganda, com cadeias obrigatórias de rádio e televisão, com concessão de títulos de propriedade, pela mentira, pois inventavam-se líderes onde havia apenas fantoches. Quanto ao líder democrático, ele afirma que custava muito formar um... Às vezes, ressalta Lacerda, vinha de vereador, ou até de muito mais longe, podendo ter sido um sapateiro, um poeta, um artista, um bombeiro, ... Formam-se nas escolas dos livros, às vezes; na dura escola do trabalho, às vezes; ou, no mais das vezes, na escola do livro e do trabalho. Formam-se de erros, próprios e alheios; formam-se batendo com a cabeça na parede para aprender a própria custa a não errar; formam-se na técnica de ouvir a todos, antes de tomar uma decisão, mas uma vez esta tomada, ouvem apenas a sua própria consciência e nada mais; formam-se na escola de uma experiência que se fazia, muitas vezes, de sofrimentos e desprendimentos; da renúncia a ser rico facilmente, podendo sê-lo se quisessem; da faculdade de tratar as coisas públicas como se fossem suas, para fazê-las crescer e prosperar, mas, tendo sempre presente, nunca esquecida a noção de que as teriam de tratar como se fossem suas, com a condição de saber que não eram. Lacerda acrescenta que um líder democrático era formado, às vezes, na incompreensão própria e alheia, pensando e lutando pela liberdade dos outros e sendo amaldiçoado pelos próprios outros; formam-se, às vezes, quase mortos nas ruas e sendo chamados de assassinos; formam-se, às vezes, cuidando da pobreza e sendo acusados de assassinar os pobres; formam-se, às vezes, com horror à demagogia e sendo considerados demagogos. Ele diz que alguns não tinham a oportunidade de mostrar o que era para se fazer e somente tinham a ocasião de provar o que era para dizer como se fazia. Cita Rui Barbosa, considerando-o “o professor da democracia brasileira”, a quem o povo de seu tempo, porque não sabia e não podia, jamais conseguiu dar a oportunidade de governar o país. Lacerda acha que tinha em suas mãos a oportunidade de liberar a democracia. E sustenta que não a recusaria, que era preciso que alguém desse o exemplo para mostrar primeiro que não era preciso, necessariamente, vestir farda para saber morrer pelo Brasil e nem mesmo adular o povo para trabalhar por ele. Lacerda afiança que o que faltava no Brasil eram homens de liderança. Não os de liderança carismática, mas aqueles que tivessem a consciência de seu dever, que</p>
1. Assunto			
1.1 Faixa 1			
Governador Carlos Lacerda em Presidente Prudente - SP			
2. Temas			
2.1 Faixa 1			
Aspectos da formação e eleição de um líder democrático, qualidades e atribuições de um líder democrático, concepções sobre o exercício do poder.			



			<p>encarassem o poder não pelo o que ele dava de supérfluo, mas pelo que ele exigia de essencial; o poder como serviço, o governante como um criado, um empregado do povo. Um governante que não tivesse o direito de esconder do povo nem a origem de seus bens nem o conteúdo de suas ideias; um governante capaz de comandar os melhores e não de aliciar os piores para governar. Lacerda revela que seu lema, o que ele desejava, era “mudar para salvar”. Mudar os homens, sem dúvida, mas, sobretudo, a mentalidade e o modo de governar. O que ele propunha aos homens de bem, aos homens honrados, era isso, um governo honrado e trabalhador, afirmando que já era tempo de fazer essa verdadeira reforma de base no Brasil. No fim de seu discurso, Carlos Lacerda fala que na política procurava converter ideias em atos, pois não acreditava em bons atos que não tivessem sido antes boas ideias. Considera que sua vida tinha sido um constante esforço para chegar a boas ideias, simples e práticas, para que se convertessem em prática, de maneira que o que estava fazendo na Guanabara não era milagre e nem dinheiro dos americanos, e sim resultado das “poucas, pequenas e humildes coisas” para as quais ainda não haviam inventado sucedâneo: o trabalho e a honradez.</p> <p>Observação: o seu discurso encerra-se aos 00:14:43, sendo que o restante do áudio apresenta apenas execução de músicas do programa <i>Música de Todos os Tempos</i>.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.322</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Continuação da Fita 312 Posse de 106 Auxiliares de Coletoria no Dia do Funcionário Público – Palácio Guanabara</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1.1 Faixa 1 Antônio Carlos Sá agradece realização de concurso, entrega de um cartão de prata ao governador, Mário Lourenço Fernandes: símbolo do servidor do estado, justiça tributária, dinheiro para manter serviços públicos, servidor público serve ao público e não a um partido, aumento do salário mínimo, inflação acelerada, aumento do salário-família, realização de uma centena de concursos, promoção por merecimento</p>	<p>F1: 22,52min</p>	<p>F1a: 28/10/1963</p>	<p><i>Faixa 1a</i></p> <p>Posse de 106 Auxiliares de Coletoria no Dia do Funcionário Público – Palácio Guanabara Cerimônia, de posse de 106 auxiliares de coletoria aprovados em concurso público, realizado pela ESPEG (Escola de Serviço Público do Estado da Guanabara), presidida pelo governador Carlos Lacerda. Antes de iniciar, o governador compõe a mesa. Ele passa a palavra ao sr. Antônio Carlos Sá que fala em tom de agradecimento ao governador pela realização do concurso. Ele discursa, em nome da categoria, sobre a dedicação e eficiência no exercício da função. Após a fala, ele faz a entrega de um cartão de prata ao governador Carlos Lacerda, que retoma a palavra. Assinala o governador ser aquele o momento de trazer a público o seu profundo e fraterno agradecimento ao amigo Mário Lourenço Fernandes, um símbolo do servidor do estado. Exalta sua dedicação. Esclarece que o estado da Guanabara caminhava para um processo de arrecadação que poderia garantir a justiça tributária, isto é, uma arrecadação na qual todos pagariam a parte que lhes caberia na comunidade, para os serviços que ela sustentaria. Lacerda fala sobre o que sua administração vinha procurando fazer, não a favor do servidor, mas a favor do serviço público na pessoa do servidor. Salienta que o dinheiro para</p>



			<p>manter serviços públicos era o dinheiro dos impostos pagos pela população e, por isso mesmo, era preciso manter um serviço de qualidade, sem a prestação de favores pessoais e políticos à pessoa de qualquer servidor. Enfatiza que o servidor público existia para servir ao público, não a um partido, a um homem ou a uma facção. Ele recorda o aumento do salário mínimo do servidor público no estado da Guanabara, de 21.500,00 cruzeiros para 31.500,00, sem necessidade de se fazer greve. Ele considera justo, por conta da inflação que assolava o país e roubava de noite aquilo que o servidor, com seu trabalho, garantia de dia. Ele assegura que pagava em dia e pagava o melhor que o estado poderia pagar. Exalta o salário dos professores, ressaltando que era maior do que o do estado de São Paulo! Ele fala do projeto que previa o aumento do salário-família. Adverte que vetaria o projeto, se fosse aprovado do jeito que se encontrava na Câmara. Ele defende o aumento do salário-família, mas não da maneira como estava, mas sim como era antes. Carlos Lacerda diz que, em 1 ano e meio, tinha realizado cerca de uma centena de concursos e provas de seleção. Assim sendo, haviam sido realizados mais concursos públicos de provas e títulos para o exercício de funções públicas no estado, do que na totalidade da vida do estado, desde o tempo da fundação da cidade do Rio de Janeiro. Lacerda diz que o que se tinha feito com o concurso para a admissão no serviço público, ele iria fazer com a promoção por merecimento e antiguidade, com vistas ao progresso no serviço público. Destaca que gostaria de comunicar aos servidores do estado, no dia a eles consagrado, que a promoção por merecimento passava a ser definitiva e o único meio de acesso e de progresso do servidor em sua carreira. Lacerda fala na volta do princípio republicano de realização de concurso público para admissão de funcionários, sem pistolão e sem dever favor a político nenhum. Considera que era preciso um “13 de maio” para o servidor público, pois era preciso que ele se libertasse da escravidão aos cabos eleitorais. Acredita que só quando os governantes fossem eleitos pelo que faziam e não pelo que prometiam fazer; fossem eleitos pelo cumprimento do que haviam prometido e não pelas novas promessas que tinham feito, sem ter cumprido o que haviam antes prometido, haveria progresso.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.323</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Discurso de Carlos Lacerda sobre a Atividade Agrícola</p> <p>1.2 Faixa 2</p>	<p>F1: 33:54min F2: 01:58min F3: 31seg</p>	<p>F1: [1961/1964] F2: [1961/1964] F3: [1961/1964]</p>	<p><i>Faixa 1</i> Discurso de Carlos Lacerda sobre a Atividade Agrícola Carlos Lacerda discorre sobre o trabalho agrícola no Brasil. Fala sobre o que precisava a lavoura: de braços, sim, mas também de cérebros, pois era necessário que se desse ao trabalhador agrícola a capacidade de produzir mais, sem se matar! Ele menciona a mecanização da lavoura,</p>



Discurso sobre Ações do Governo

1.3 Faixa 3

Gaspar Coelho em Nova York

2. Temas

2.1 Faixa 1

Capacidade de produzir mais, mecanização da lavoura, modernização da pecuária, reforma agrária em miniatura, elevação da parcela destinada ao crédito agrícola, reforma agrária com agrônomos, aumento da área cultivada, eleição para a Presidência da República, inauguração de um hospital por mês, dinheiro do povo, pagar em dia, dinheiro da loteria aplicado na construção de hospitais, empréstimo do BID para obras de água e esgoto, salário dos médicos, abertura de concurso público para tudo, voto feminino, Parlamentarismo, crítica a João Goulart, plebiscito, projeto Aniz Badra, reforma da Constituição, voto do analfabeto, reeleição, fascistas aliados dos comunistas, segredo do desenvolvimento industrial, candidatura, à Presidência da República

2.2 Faixa 2

Nação engrandecida, resolução de graves problemas, mensagem presidencial, Congresso Nacional, reforma pacífica e democrática

2.3 Faixa 3

Gaspar Coelho falando sobre Nova York

dizendo que a atividade agrícola na fazenda deveria parecer-se, cada vez mais, com a atividade numa fábrica. Ele comenta, também, sobre a necessidade de modernização da pecuária. Sobre reforma agrária, ele garante que havia implantado no estado da Guanabara, que produzia apenas 5% do que consumia, uma espécie de reforma agrária em miniatura. Não uma reforma agrária “para inglês ver”, mas sim para todos verem, de perto. Informa que a primeira coisa que havia sido feita, fora a imensa elevação da parcela do banco do estado (BEG) destinada ao crédito agrícola. Porém, acrescenta que não tinha esperado que o agricultor fosse ao banco, pois, segundo ele, o agricultor tinha cisma com o banco. Por isso, foram aos agricultores em lotadas, em caminhonetes, com agrônomos que haviam passado a ter tempo integral na Guanabara, recebendo salário de 210 mil cruzeiros. Lacerda garante que não se fazia reforma agrária com Brizola, mas com agrônomos. Salienta que a Guanabara havia aumentado a sua população agrícola e a área cultivada em três anos, desde a implantação das medidas. E, sem precisar de reforma nenhuma da Constituição, enfatiza o governador. Ele acredita que, juntos, muita coisa poderia ser feita em cinco anos no Brasil, no caso de sua eleição para a Presidência da República. Lacerda destaca que, a partir do fim de abril daquele ano, inauguraria, até o fim do seu mandato, um hospital por mês no estado. Salienta que estavam sendo construídos 132 mil metros quadrados de hospital, se somados os centros hospitalares erguidos. Compara, dizendo que, em 05 de dezembro de 1960, quando ele assumira o governo do estado, o Rio de Janeiro tinha, com o que havia sido realizado ao longo de toda a sua vida, 138 mil metros quadrados de hospital. Salienta que não havia sido com o dinheiro americano, e sim do povo, dos impostos que eram pagos pelo povo e que não estavam tão aumentados assim. Acrescenta que várias pequenas coisas tinham sido feitas, como, por exemplo, não roubar. Assinala que dinheiro de pobre na mão de governo honrado era como borracha, ou seja, esticava. Outras medidas citadas foram: pagar em dia, assegura Lacerda, pois quando o empreiteiro sabia que se pagaria em dia, ele não enxertava na conta; revela, ainda, que todo o dinheiro da loteria tinha sido aplicado na construção de hospitais. Ele fala do empréstimo do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) para as obras de água e esgoto. Conta que este empréstimo era para representar 50% da obra, mas, pontifica, por culpa do governo a representação caíra para 30%, por conta da inflação que aumentara o custo da obra da água de 16 bilhões para 40 bilhões de cruzeiros, em três anos. Sobre o salário dos médicos, ele



esclarece que havia encontrado “os seus”, quando chegou ao governo, com um salário de 26 mil cruzeiros, e com o aumento que fora dado por ele, eles percebiam um salário de 110 mil cruzeiros. Ressalta também a abertura de concurso público para tudo (“para atendente, para servente, para limpar corredor, para varrer a rua, para escrivão de coletoria, para procurador, para professor do Instituto de Educação”). Considera que esta atitude era democrática, e era o que constava da Constituição e não o fato de que “o dr. Evandro de Lins e Silva, ao passar de ministro do Estado a ministro do Supremo, pudesse nomear a família toda para o Instituto de Previdência”. Lacerda comunica que voltaria para pedir votos. Solicita às senhoras que se alistassem, pois havia muitas delas que falavam, se queixavam e protestavam, mas, quando chegavam as eleições, não votavam, porque não haviam tirado a carteira de eleitor. Isso acontecia com muito homem também, revela o governador. Lacerda pede que se lembrassem dos legalistas, que adoravam a lei, adoravam a Constituição, juravam defender a Constituição e então juravam que, sem Constituição, não poderiam começar a governar. Juraram defender o Parlamentarismo, algo considerado por Lacerda “um negócio esquisitíssimo, erradíssimo”, pois, para ele, era melhor não ter dado posse ao homem (no caso o presidente da República, João Goulart) do que dar posse tirando-lhe a responsabilidade. Lacerda critica João Goulart porque quando fora eleito, ao tomar posse, dissera que do jeito que estava não podia governar. Lacerda pergunta porque então ele fora se meter a ser o governante. Lacerda rememora que tinha sido realizado o plebiscito e o presidente obteve o que queria, com o fim do Parlamentarismo, que era considerado por ele essencial para governar. E daí Lacerda pergunta: “Ele governou?” Para, logo em seguida, ele mesmo responder: “Não!” Disse que começara uma nova lenga-lenga de que ele, João Goulart, precisava de plenos poderes... E “deram-lhe plenos poderes”, prossegue o governador; depois, veio a reforma agrária, com o projeto Aniz Badra, ao qual se deu urgência. Então, o presidente solicitou que o líder do governo pedisse que o projeto fosse retirado do caráter de urgência, porque ele não tinha pressa para fazer a reforma agrária, argumentando querer a reforma da Constituição, uma reforma que tornasse eleitores todos os brasileiros elegíveis, sob a alegação de defender o voto do analfabeto. Lacerda discorda, pois, de acordo com o governador, o analfabeto não sendo eleitor não era elegível. E pergunta: “Quem é que, sendo eleitor e podendo votar, não é elegível neste momento?” Ele mesmo responde: “O governador da Guanabara, se não sair no devido prazo, o governador de São Paulo, se não sair do governo no devido prazo... E, assim, outros personagens



que a Constituição definia e descrevia, além do presidente da República. Lacerda assegura que, quando o presidente fez a proposta, o que ele queria era acabar com o artigo que dizia que ninguém poderia dar um repeteco e bisar o seu mandato. Lacerda chama de estranhos os democratas que pensavam que a democracia fora feita só para eles. “Curiosos democratas” que o chamavam de fascista e eram fascistas sem saber. Fascistas aliados aos comunistas. Ele exalta o seu trabalho. Menciona que seu governo havia criado a ideia de que trabalhando dava. Fala das suas ações na área educacional. Pergunta se o que tinha feito fora reforma de base, reforma de Constituição, ameaça de brigas... Ele responde que não, que, na verdade, o que havia realizado fora resultado da paciência de trabalhar todo dia, de 07 às 21 horas, com intervalo apenas para o almoço e o jantar; fora a paciência de buscar os homens que sabiam fazer as coisas. Lacerda acredita que governar não era entender de tudo, não era saber de tudo e não era fazer de tudo, e sim fazer acontecer. Governar era animar a fazer! Ele pergunta como se podia governar um povo desanimando-o, oficializando o desespero, em vez de democratizar a esperança. Ele sugere novas ações ao Brasil para o crescimento da nação. Exalta entre as fortunas do país, a sua juventude. Sugere que subdesenvolvido no Brasil era quem o governava. Acha que o segredo do desenvolvimento industrial não estava nas máquinas, mas sim nos homens que faziam e moviam as máquinas. Comenta que os governantes pensavam que se poderia construir fábricas para guardar as máquinas, ao invés de construir casas, para 'guardar' os homens que trabalhavam nas máquinas. Agradece o título recebido da Câmara de Bebedouro e reitera sua candidatura, pedindo ao povo de Bebedouro que lhe desse “o contrato de trabalho por cinco anos, sem direito a greve e sem direito de trabalhar apenas oito horas, aposentadoria e pensão...” Diz que sua candidatura seria o que eles quisessem que fosse.

Faixa 2

Discurso sobre Ações do Governo

Orador desconhecido discursa dizendo que desejava entregar uma nação engrandecida, emancipada e cada vez mais orgulhosa de si mesma, por ter resolvido, mais uma vez, e pacificamente, os graves problemas que a História lhe impusera. Fala da mensagem presidencial do ano, que dentro de 48 horas seria entregue à consideração do Congresso Nacional, na qual estavam bem claras as intenções e os objetivos do governo. Acrescenta que esperava que os congressistas, em seu patriotismo, entendessem o sentido social da ação governamental que visava assegurar o progresso



			<p>ao Brasil. Menciona uma reforma pacífica e democrática.</p> <p><i>Faixa 3</i> Gaspar Coelho em Nova York Gaspar Coelho, falando de Nova York, a partir do que lhe dissera o chofer de um taxi, a respeito do trânsito e das condições das ruas da cidade, que tudo dava dor de cabeça, incomodava, irritava, mas era sinal de progresso... Comenta que quanto mais buraco havia em Nova York mais trabalho e mais dinheiro para os habitantes da cidade.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.324</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Governador Carlos Lacerda Recebe o Título de Cidadão Petropolitano – Petrópolis – RJ</p> <p>1.2 Faixa 2 Carlos Lacerda Profere Aula Magna no Ginásio Estadual Rivadávia Correa</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Homenagem a Ari Barroso, elogios a Raimundo Padilha, ao deputado Armando Falcão, a Flávio Cavalcante e ao desembargador Romero Brasiliense de Pinho, exaltação do pioneirismo de Petrópolis na sindicalização, industrialização e mecanização da lavoura, luta para evitar a formação de vasto proletariado agrícola, benefícios da técnica moderna, lei de Malthus, crítica a Marx, capitalismo em plena evolução, capitalismo de base, forma primária do capitalismo, justiça social, educação universal, aumento do consumo, nivelamento da pobreza, condenação do livro único, criação do fascismo</p> <p>2.2 Faixa 2 Jovens são maioria, construção do país, multiplicação do esforço de cada um, inauguração de ônibus elétrico Castelo-Peixoto e Castelo-São João Batista e extensão do percurso Anhangá-</p>	<p>F1: 53:31min F2: 03:25min</p>	<p>F1: 29/02/1964 F2: 1963</p>	<p><i>Faixa 1</i> Governador Carlos Lacerda Recebe o Título de Cidadão Petropolitano – Petrópolis – RJ Carlos Lacerda anuncia as autoridades presentes e presta homenagem a Ari Barroso, pedindo um minuto de silêncio à sua memória. Ele exalta Ari Barroso, “democrata por fatalidade e músico por vocação”. Conta que recebera a incumbência de falar na noite do deputado Raimundo Padilha. Exalta também a figura do deputado, representante do povo fluminense na Câmara Federal, símbolo do idealismo no Brasil. Considera-o padrão de integridade intelectual e moral. Menciona também o deputado Armando Falcão e revela como tinha começado a amizade entre eles. Discorre sobre a atuação política de Armando Falcão, em oposição a ele, Lacerda. Fala da luta pela liberdade e da fidelidade de Armando Falcão a ela. Ele exalta também a atuação, no jornalismo político, de Flávio Cavalcante, um dos que entregaram a honraria a Carlos Lacerda. Cita o sr. desembargador Romero Brasiliense de Pinho. Por fim, ele discorre sobre Petrópolis e comenta a lição, a missão, o ensinamento, a aula de Brasil, de trabalho, de ordem e de liberdade transmitida por Petrópolis. Relata as peculiaridades do comércio e do preparo da cidade para o turismo. Exalta o pioneirismo de Petrópolis na sindicalização no Brasil. Lacerda lembra a todos que uma agricultura para milhões de consumidores urbanos não se fazia em termos de “uma chacinha de fim de semana”. Cita a industrialização e a mecanização da lavoura, com boas sementes, boas escolas, boa saúde, muita estrada, muito caminhão, muito crédito no banco, que, para ele, poderiam garantir a alimentação das multidões. Lacerda menciona a luta para que se evitasse a formação de um vasto proletariado agrícola, de uma massa de lavradores. Segundo Lacerda, a tônica da agricultura moderna era menos gente produzindo mais, e não mais gente produzindo menos. Ele deseja levar para a agricultura os benefícios da técnica moderna, e afirma que não existia nada mais falso, mais postiço, mais reacionário, do que o dilema: reforma ou revolução! Ele salienta que estávamos</p>



Praça/Serzedelo Correa

de fato numa revolução, menciona o medo da propaganda do terror psicológico dos reformadores no Brasil. Lacerda cita a lei de Malthus, de acordo com a qual a população aumentava em progressão geométrica e os alimentos em progressão aritmética, de maneira que aquilo que se atingiria era a fome e a miséria no mundo capitalista. Crítica também Marx que disse que no futuro a riqueza iria se concentrar cada vez mais nas mãos de um número cada vez menor de pessoas, enquanto que a miséria se espalharia, atingindo um número de pessoas cada vez maior. Para Lacerda, o que se verificava era exatamente o oposto: o capitalismo em plena evolução e a Rússia comunista descobrindo “esta imensa novidade”, o capitalismo de base”; ou seja, a Rússia voltava a uma forma primária do capitalismo, enquanto o mundo chamado capitalista tomava do socialismo a sua bandeira e realizava a justiça social, a prosperidade, a segurança, a educação universal do povo a educação gratuita para todos, com uma força e um ímpeto que o comunismo nunca sonhara realizar. Lacerda assegura que havia uma revolução em curso no Brasil: a revolução de um povo que adquirira hábitos de consumo e que não via mais os objetos na vitrine como bens inatingíveis e conquistava, a cada dia, novos padrões de vida. Ele fala no advento de uma civilização em que vigorassem a variedade e simultaneidade de ideias e soluções; a conjunção e participação de trabalhadores na direção de empresas e em igualdade de condições. Assinala a necessidade do combate à oficialização da desesperança que visava transformar o Brasil numa nação totalitária.. Mostra-se contra a estereotipação e uniformização trazidos com o nivelamento da pobreza. Por exemplo, condena a adoção do livro único como um ideal de pedagogia, defendido pelo MEC (Ministério de Educação e Cultura). Considera-o uma criação do fascismo. o símbolo da estagnação em nome da reforma ou revolução. Lacerda conclui, advertindo o povo petropolitano, de que do livro único passaria-se para o partido único e do partido único passaria-se para o homem único... Encerra garantindo que a revolução que estava em curso no Brasil era a revolução na qual o povo tomava consciência de seu destino.

Faixa 2

Carlos Lacerda Profere Aula Magna no Ginásio Estadual Rivadávia Correa

Carlos Lacerda, dirigindo-se aos jovens, informa que, no Brasil inteiro, havia 51,4%, ou seja, mais da metade da população com menos de 18 anos. Sustenta, portanto, que os jovens eram a maioria, “a inquietante e desafiadora maioria”. Diz que a juventude tinha nas mãos o dever de cobrar os meios para educar a todos os que ainda não



			<p>tinham tido a oferta do ginásio. Acrescenta que competia à juventude a construção do país, pois, para o governador, um país se construía na medida em que se faziam os seus cidadãos, na medida em que o faziam os seus filhos. Lacerda afirma que a nação, pela soma, e mais do que pela soma, pela multiplicação do esforço de cada um, acabava por ser o grande resultado de um esforço geral e coletivo. Agradece a atenção que lhe deram e deseja à escola Rivadávia Correa, à sua diretora e aos seus professores, alunos e funcionários o melhor dos destinos em 1963. Após seu discurso, o locutor da rádio Roquete Pinto comunica que, pouco antes da aula, o governador havia inaugurado as linhas de ônibus elétrico Castelo-Peixoto e Castelo-São João Batista e a extensão do percurso Anhangá-Praça Serzedelo Correa.</p>
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.325	F1: 23:39min	F1: 03/02/1963	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Posse de Sandra Cavalcanti – Palácio Guanabara</p> <p>Solenidade de posse da professora Sandra Cavalcante na Secretaria de Serviços Sociais. O governador Carlos Lacerda, antes de falar, forma a mesa, convidando autoridades para compô-la. Ele pede que o professor Geraldo Monnerat lesse a ata de posse. O governador procede à assinatura do termo de posse da professora Sandra Cavalcante, seguida da assinatura desta. Ele anuncia as autoridades presentes à mesa e menciona que os sucessivos atos de posse que estavam sendo celebrados resultavam da sábia decisão da ALEG (Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara) em promover, completando a iniciativa que competia ao Executivo, a reforma administrativa do estado da Guanabara. Ele explica a estrutura administrativa do estado da Guanabara. Fala dos serviços sociais e do trabalho da Fundação Leão XIII para suprir a inexistência de uma Companhia de Habitação Popular, durante o período de maturação da reforma administrativa. Comenta a introjeção de uma nova mentalidade social no estado, com a incorporação da legião dos anônimos. Entende que o trabalho realizado pela equipe da Fundação Leão XIII, com a criação das vilas populares do Rio de Janeiro, pôde reformular não apenas uma política, mas o sentido de uma política, transformando o que era esmola de cima para baixo, o que era uma concepção tutelar, paternalista, do tratamento do problema do favelado, numa concepção solidarista, de integração do favelado, suscitando nele as suas forças dormentes. Lacerda acredita que a condição fundamental da preservação da liberdade e do sentido positivo à força de progresso, inegável e desejável, que então repontava na consciência popular brasileira, daria os instrumentos e os elementos, através dos quais essa força poderia ser canalizada em sentido fortemente positivo, a fim de promover a reforma</p>
<p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1</p> <p>Posse de Sandra Cavalcanti – Palácio Guanabara</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1</p> <p>Leitura da ata de posse, sábia decisão da ALEG, reforma administrativa, ação da Fundação Leão XIII, criação da Companhia de Habitação Popular e das vilas populares, concepção tutelar X concepção solidarista, reforma estrutural do país, movimento sindical autônomo, consciência cívica, transformar e preparar o homem, elogios a Sandra Cavalcante</p>			



		<p>estrutural do país, fora da área da demagogia e da exploração eleitoreira; fora da área daqueles que falavam em liberdade e promoviam a escravidão; daqueles que não permitiam a formação de um movimento sindical autônomo; daqueles que não permitiam a formação de uma consciência cívica e de uma consciência verdadeiramente cristã no homem, que reduzido, era escoraçado na sua própria terra, porque privado de condições elementares de habitação para repouso e proteção de sua família. Ele menciona as crianças abandonadas, as crianças sem lar, sem carinho e sem condições para transformarem-se em adolescentes capazes de suscitarem em todos o respeito e a esperança. Assinala a existência de internatos que mantinham, com parques e tristes recursos, a infância. Acrescenta que era por isso que urgia dar ao problema do serviço social, no quadro das atividades do estado, um sentido profundamente político, um sentido intensamente político, porque a política não era e nem deveria ser senão isto: transformar o homem, preparar o homem pela escola e pelo apoio fraterno dos outros homens. Ele discorre sobre a formação da equipe da Secretaria de Serviços Sociais. E ela se refere como um grupo de criaturas de boa vontade e, mais do que isto, tecnicamente preparadas. Conta que considera Sandra Cavalcante um símbolo do valor da mulher brasileira, de sua capacidade de sacrifício e dedicação, e que ela era, ao mesmo tempo, modesta e ativa. Acrescenta que era nela que se completavam as funções de mulher do lar e mulher da vida pública. Relembra a colaboração inestimável da nova secretária, exaltando o papel de Sandra na articulação política da lei de Diretrizes e Bases da Educação, sua atuação como vereadora e como deputada. Acrescenta que Sandra Cavalcante tornara-se elemento indispensável para o governo. Salienta que a tarefa da nova Secretaria não era fácil, mas, pela experiência que ele tinha do trabalho de Sandra Cavalcante, sabia que sua característica não era a divisão, mas sim a reunião; não era a separação, mas a convocação. Por isso, a tinha chamado, de forma que ela pudesse convocar a todos, para a sua missão social e humana na Secretaria, que transcendia os quadros da administração, dos partidos e da política. Lacerda agradece a ela por ter aceitado tal missão.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.326</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1</p> <p>Discurso do Governador em Praça de Presidente Prudente – SP</p> <p>2. Temas</p>	<p>F1: 29:04min</p>	<p>F1: [1964/1965]</p> <p><i>Faixa 1</i></p> <p>Discurso do Governador em Praça de Presidente Prudente – SP</p> <p>O governador Carlos Lacerda dirige-se ao povo de Presidente Prudente. Comenta as advertências que recebera a respeito de seu caráter, a partir de calúnias que davam conta de que ele era mata mendigos, vendido ao imperialismo e reacionário. Explica que isso visava a fazer com que o povo tivesse reservas ao ouvi-lo. Ele pede ao povo que</p>



2.1 Faixa 1

calúnias, mata mendigos, estrutura democrática do BEG, feitos da CETEL, vendido ao imperialismo e reacionário. estrutura democrática do BEG, feitos da CETEL, funcionários do BEG receberam 17 salários, política social autêntica, escola para todos, voto do analfabeto, Congresso representava o povo, preferia nação com Constituição e sem presidente, eleições presidenciais

não ligasse para as palavras e prestasse atenção aos fatos. Acha que estas pessoas, que o posicionavam na direita e colocavam na esquerda os comunistas, posicionando-se no centro, mas em namoro com os comunistas, se esqueciam de comparar o seu governo ao deles. Refere-se à estrutura democrática do BEG, aos feitos da CETEL (Companhia Telefônica), que tinha 3 diretores, sendo 1 deles eleito pelos próprios empregados da Companhia. Lacerda questiona se era assim em qualquer outro estado ou na União. Destaca que enquanto a União discutia, para dar como esmola a seus funcionários o 13º salário, os funcionários do BEG haviam recebido, no ano anterior, 17 salários ao invés de 13; e havia Companhias, na Guanabara, nas quais os empregados tinham participação nos lucros. Lacerda diz que isto, sim, era política social autêntica. Política social autêntica era também oferecer escola para todos e não negar escolas, para depois pedir voto para o analfabeto. Lacerda assinala que antes de se dar voto ao analfabeto era preciso que se providenciasse escola, para que ele aprendesse a votar. Lacerda discorda do presidente da República, que disse que o Congresso não representava o povo, lembrando que o presidente tinha feito uma afirmação, como se o Congresso não tivesse sido eleito pelo mesmo modo como ele se elegera. Ele argumenta: “Se o Congresso não representa o povo, que é que representa o presidente da República, se os eleitores foram os mesmos, se o modo de votar foi o mesmo, se as cédulas eram as mesmas, se o poder econômico foi o mesmo, se o dinheiro do Instituto foi o mesmo, se o roubo na Petrobras foi o mesmo, se os déficits nas estradas de ferro foram os mesmos e assim por diante?” Lacerda refere-se aos que estavam criando perigos e amontoando dificuldades, considerando que criavam medo por estarem com medo de perigos e dificuldades maiores do que os que eles criavam. O governador diz que os corajosos de verdade não procuravam meter medo em ninguém e que nunca dera muito pela coragem dos fanfarrões e havia vários deles procurando governar a República: “estadistas de bazófia, sábios pernósticos, sociólogos pedantes, economistas incompetentes, revolucionários incapazes, políticos oportunistas, apóstolos medíocres, reformadores indefinidos, reformistas omissos, em suma, aventureiros, negociastas e carreiristas”. Acrescenta que eles promoviam a intranquilidade nacional, a desordem e a não criação de leis que defendessem o povo, o pobre. Pergunta o que poderia fazer o pobre no meio da desordem e da intranquilidade, se ele vivia de um salário que ganhava de dia e que de noite diminuía enquanto ele dormia! Ressalta que se tivesse que escolher, preferiria uma nação com Constituição e sem presidente, do que o inverso,



			<p>uma nação com presidente, mas sem Constituição. Ele prega a união do povo contra os seus demagogos, seus corruptores e “tubarões de consciência”. Sugere a união do povo em protesto, para remover o mal pela raiz. Pede ao povo que o ajudasse, para que ele pudesse ajudá-lo, referindo-se claramente às eleições presidenciais, que ele supunha que se realizariam. Ele solicita ao povo que vivesse dias de união e reivindicação, e conclama-o à revolução, para mostrar que dinheiro do povo nas mãos de governo honesto estica, se multiplica. Ele cita como exemplo sua gestão na Guanabara. Defende que o bom governo era aquele que cuidava das coisas do povo, como se fossem suas. Diz que de todo coração desejava isso ao país, deixando todas as quizílias para trás, abrindo uma clareira de luz.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.327</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1</p> <p>2ª Fita da Posse de Troncoso. Discurso do Governador Carlos Lacerda</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1</p> <p>Instalação da Administração Regional da zona portuária, criação da autarquia dos hospitais, ano da saúde pública na Guanabara e do hospital Souza Aguiar, dinheiro da loteria do estado, obra de recuperação da pesca, 100 novas escolas primárias seriam construídas, acabar com o terceiro turno, obra da água do Guandu, política de habitação, crítica à CEF, dinheiro da CEF utilizado para eleger candidatos desonestos</p>	F1: 29:11min	F1: [1961/1965]	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>2ª Fita da Posse de Troncoso. Discurso do Governador Carlos Lacerda</p> <p>Carlos Lacerda discursa na cerimônia de instalação da Administração Regional da zona portuária, no largo de Santo Cristo. Ele discorre sobre a escola José Bonifácio, situada nas imediações do bairro. Refere-se a Raimundo Brito, secretário de Saúde, e à cerimônia, no Palácio Guanabara, de criação da autarquia dos hospitais que faria com os hospitais o que a SURSAN (Superintendência de Urbanismo e Saneamento) fizera com as obras públicas. Acrescenta que aquele era o ano da saúde pública na Guanabara, no qual mais de mil leitos novos seriam entregues ao povo; era o ano do hospital Souza Aguiar, com sua primeira fase iniciada e já então concluída, com o dinheiro da loteria do estado da Guanabara. Ele pede ao povo que preferisse sempre a loteria do estado, ao invés da loteria federal, cujos lucros nunca se sabia onde tinham sido aplicados...Ele menciona a obra de recuperação da pesca no estado da Guanabara, estando apenas iniciada, na Quinta do Caju. Na oportunidade, informa que a escola de São Pedro seria construída naquele ano, e mais 100 novas escolas primárias seriam construídas na Guanabara, para acabar com o terceiro turno. Ele garante que antes do fim de seu governo, antes de 1965, haveria um turno apenas nas escolas da Guanabara, iniciando pela manhã e indo até à tarde, com a oferta de almoço. Ele exalta os números atingidos com a obra da educação. Fala da obra da água do Guandu, então uma das maiores do mundo, que resolveria o problema de abastecimento de água na cidade do Rio de Janeiro e asseguraria o abastecimento da cidade até o ano 2000. Sobre a política de habitação, Lacerda critica a burocracia existente no estado que era um obstáculo à construção de casas populares. Diz que institutos de previdência que recebiam contribuição do povo eram detentores</p>



de vários terrenos na cidade e não podiam construir casas e nem cediam os terrenos ao governo, de forma que ele pudesse construir para vender à população. Lacerda critica a CEF (Caixa Econômica Federal) pois ela tinha em seus cofres perto de 30 bilhões de cruzeiros e financiara 400 milhões de cruzeiros para um hotel em Brasília, mas não havia financiado uma só obra ou serviço na Guanabara. nos últimos dois anos, caracterizando um roubo contra os depositantes, que depositavam seu dinheiro para render juros, mas também para que os juros fossem aplicados em benefícios deles próprios. O governador diz que era preciso protestar contra isso, pois o dinheiro da CEF fora utilizado também na Guanabara, para eleger candidatos desonestos que roubavam o povo duas vezes: quando lhes tomava o dinheiro e quando lhes enganava a consciência. Lacerda diz que nenhuma das calúnias que sofria alterava a linha reta, o caminho inflexível que tinha traçado no governo. Argumenta que tinha sido eleito pela maioria, mas queria sair do governo respeitado pela totalidade do povo carioca. Acrescenta que aprendera que governar não era apenas escolher, mas, também, aprender. E ele garante que aprendia todos os dias... aprendia a ter paciência, humildade de coração, a desprezar a adulação e a injúria, além de reconhecer tanto o mérito quanto o apoio solidário e desinteressado do povo. Assinala que aprendera, sobretudo, que governar era dizer não a muitos, para poder dizer sim a todos; não fazer favores a alguns, de forma a poder cumprir seu dever para com todos. Ele lembra a situação do Rio de Janeiro, antes de ele ser eleito governador do estado da Guanabara, no que tange à educação. Salienta com honra que, em resposta à calúnia que consistia em afirmar que uma vez eleito ele acabaria com a escola pública, ninguém, nenhum governante, nunca havia feito jamais tanta escola e posto, em tão pouco tempo, tanta criança em tanta escola quanto, então, o seu governo no estado da Guanabara. Lacerda menciona a baderna que estava sendo organizada por 40 deputados federais, da Frente Nacionalista, que chegaria ao Rio. Ele diz que fariam isso porque se julgavam no direito de fazê-lo, por confundirem imunidade com impunidade. Ressalta que, por ter sido deputado, sabia que os deputados eram pessoas iguais ao povo, que a diferença estava apenas no mandato do qual eram detentores. Eram representantes do povo, este sim sagrado para o governador, que é taxativo em dizer que a Guanabara não era o quintal da mãe Joana, pois tinha governo, e os deputados, por serem portadores de um mandato, poderiam fazer a desordem que quisessem, mas que fizessem sozinhos, pois, quem os levasse para qualquer lugar entraria em cana e seria processado pela lei. Lacerda afirma que a lei era a garantia do homem



			<p>livre e era se falando em lei que se garantia a liberdade, e não falando em liberdade. Explica que não existia liberdade para violar a lei, pois, se existisse, o ladrão poderia dizer que estava usando a sua liberdade quando roubava o dinheiro dos outros, assim como o assassino, quando tirava a vida dos outros. Lacerda acentua que esperava que “o desejo ardoroso de servir ao ditador de Cuba (numa alusão a Fidel Castro), de aplaudir o massacre do povo cubano, desejo tão nacionalista de palmas para um governo sanguinário, que estava importando brasileiros para treiná-los e prepará-los para matar aqui outros brasileiros, que este desejo impetuoso, essa espécie de coceira cívico-revolucionária, que essa erupção patriótica de certos “nacionalistas” que falavam português, mas pensam em russo”, não fossem ao ponto de querer trazer o tumulto, a desordem e a insegurança para o povo carioca. Assinala que o Rio de Janeiro já estava farto de marginais do crime comum, não queria ter que combater os marginais do crime político. Já bastava os batedores de carteira, não sendo benquistos os ladrões da consciência alheia. Lacerda diz que o povo carioca já havia tomado a sua decisão: não se deixariam levar pela desordem, porque sabiam que a desordem era a véspera da tirania e o povo não queria perder a sua liberdade. Refere-se à Administração Regional instalada no Santo Cristo e explica as dificuldades enfrentadas para a instalação. Menciona que o povo, aqueles de vida difícil, sabiam que cada solução, cada providência, cada medida que se procurava tomar em benefício do povo, na solução dos seus problemas, custava muito suor, muito esforço, muita esperança e energia. Lacerda acredita que o povo sabia quanta força fora preciso fazer para chegar a pôr no Santo Cristo um administrador regional. Conta que teve que vencer incompreensões, burocracia, rotina, e a quem votava contra o projeto por ódio ideológico... Acrescenta que começava a vencer todas essas dificuldades e se o povo o ajudasse, se Deus não o desamparasse, tendo saúde para trabalhar, a cidade em suas mãos seria diferente, renasceria, para que ela pudesse ser deixada aos filhos com tudo o que eles tinham recebido dos outros.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.328</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Inauguração da Feira de Amostra da Rússia</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Inauguração da exposição soviética de indústria e comércio,</p>	<p>F1: 27:14min</p>	<p>F1: 03/05/1962</p>	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Inauguração da Feira de Amostra da Rússia Cerimônia de inauguração da exposição soviética de indústria e comércio do Rio de Janeiro. Com a palavra o embaixador da União Soviética que, através de um tradutor, manifesta um grande prazer em inaugurar a exposição, até então a maior exposição da URSS no estrangeiro. Ressalta que a organização da exposição, na cidade do Rio de Janeiro, permitiria aos brasileiros de todas as classes sociais conhecerem melhor a URSS. Ele fala da transformação de uma Rússia economicamente atrasada,</p>



discurso do embaixador da URSS, exposição possibilita conhecer melhor a URSS, transformação de uma Rússia economicamente atrasada em potência altamente desenvolvida, reatamento das relações diplomáticas entre a URSS e EUA, política exterior pacífica do governo soviético, relações soviético-brasileiras, discurso de Carlos Lacerda, boas-vindas à exposição, contribuição do povo russo à causa da cultura e da civilização contemporânea, heróica resistência do povo russo ao nazismo, garantir aos demais povos a liberdade, conquistas tecnológicas da URSS, ministro da Indústria e do Comércio, Ulysses Guimarães, homenagem ao governo soviético, poder das feiras internacionais, intensificar intercâmbio comercial

semicolonial e semianalfabeta, na independente potência altamente desenvolvida no sentido industrial, pois fora a primeira a realizar “o sonho fantástico da humanidade”, lançando o seu cidadão ao espaço. Ele diz que a organização da exposição tornou-se possível em consequência da liquidação da situação anormal, antinatural, que existia entre as duas grandes potências: a URSS e os Estados Unidos do Brasil, até novembro do ano passado, isto é, até o reatamento das relações diplomáticas entre ambos. Diz que, então, os povos dos dois países tinham todas as possibilidades de se conhecerem e compreenderem melhor um ao outro. Acrescenta que isso traria uma vantagem para a solução dos problemas litigiosos. Menciona que o povo soviético aspirava viver em paz e em amizade com os povos do mundo e que a política exterior pacífica do governo soviético baseava-se no princípio do respeito à soberania nacional, igualdade e não intervenção nos assuntos internos. Acrescenta que o objetivo desta política era assegurar a paz firme e indestrutível na Terra. Destaca que os soviéticos apreciavam muito a contribuição do povo brasileiro, e de seu governo, à causa do fortalecimento da paz em todo o mundo. Assegura que ambos, URSS e Brasil, tinham todas as condições para o desenvolvimento permanente das relações soviético-brasileiras. Aproveitando a ocasião, ele transmite, em nome do governo da URSS, a sua mensagem aos visitantes da exposição, de que o governo soviético exprimia a esperança de que a exposição contribuísse para o fortalecimento dos contatos amistosos entre o povo brasileiro e o povo soviético e posterior desenvolvimento do comércio de benefício mútuo, do intercâmbio cultural, técnico e científico, assim como o melhoramento do sentimento mútuo entre os dois países. Ele agradece cordialmente aos senhores presentes pela atenção e passa a palavra ao sr. governador da Guanabara, Carlos Lacerda. O governador anuncia as autoridades presentes, dizendo que cabia-lhe, na qualidade de governador do estado, a honra de dar as boas-vindas, em nome do povo carioca, à exposição que então se realizava. Explica ao embaixador e autoridades da delegação russa, que era antiga no Brasil a admiração, o entusiasmo e mesmo o fraterno amor a um grande povo, que há séculos empreendera uma luta de conquista da civilização e da liberdade, o povo russo. Diz que era antiga, na formação histórica do Brasil, a afinidade com os ideais libertários e com a contribuição inestimável do nobre e valoroso povo russo à causa da cultura e da civilização contemporânea. Acrescenta que ainda na Segunda Guerra Mundial, sem quaisquer distinções políticas ou filosóficas, o povo brasileiro havia acompanhado, entre angustiado e entusiasmado, a heróica



resistência do povo russo às hordas invasoras do nazismo. E por isto mesmo, por conhecer e apreciar a longa, valorosa, e, por vezes, agônica e sempre brava história de um bravo povo, o Brasil sentia e julgava compreender que, através de seu desenvolvimento cultural e tecnológico, o povo russo saberia conquistar o seu lugar no mundo, sem usurpações e sem conquistas, garantindo assim e aos demais povos a liberdade que neste país queria ver imperar no mundo e no próprio Brasil. Diz que as conquistas tecnológicas da URSS, as extraordinárias demonstrações da capacidade científica e técnica da juventude soviética, continuavam no tempo através da extraordinária e penosa revolução industrial que lá se processava; as conquistas do cabedal que ao longo dos séculos os cientistas, os homens de arte, de pensamento e ação da Rússia souberam acumular para si e para o mundo; a esperança e, porque não dizer, quase certeza, senão mesmo certeza plena, de que poderia, um dia, o mundo conviver em paz, na medida em que em cada um dos povos soubessem ou pudessem recuperar a liberdade. Acredita Lacerda que as conquistas da técnica, em si mesmas neutras, pois o técnico e suas conquistas poderiam servir a qualquer regime (tanto ao que afirma o homem como o que nega o homem) fossem na Rússia, como em qualquer parte, deveriam necessariamente colocar-se a serviço da liberdade, sem a qual a civilização não existia. Acrescenta que o Brasil tinha um povo sem rancores, sem ressentimentos, sem reivindicações maiores do que aquelas de viver honradamente a vida nacional, conquistando as fronteiras econômicas do próprio território, varando e devassando as paredes do próprio e relativo atraso. Firmes, porém, na convicção de que deveria dar ao mundo uma contribuição decisiva: a vocação de tolerância, a vocação de fé cristã, a vocação de amor à liberdade. Lacerda ratifica que acreditava no valor e na força das ideias e no poder final da liberdade. E, por isso mesmo, ele saudava calorosamente a exposição. Após o discurso de Lacerda, assume a palavra o ministro da Indústria e do Comércio, sr. Ulysses Guimarães. Ele assinala que o governo brasileiro, por seu intermédio e do ministro Santiago Dantas, saudava e homenageava o governo soviético pelo aprimoramento técnico e pela extensão de produção, de que dava mostra a exposição industrial e comercial, então inaugurada. Acrescenta que as feiras internacionais constituíam poderosa mecânica de expansão econômica e compreensão entre os povos. Ajustavam-se ao novo dimensionamento da integração pacífica. Comenta que o Brasil tinha tradição de comparecimento em certames semelhantes àquele. Fala da representação do Barão do Rio Branco, em São Petersburgo, em



			1884, realizando memorável promoção para o consumo do café na Rússia. Menciona que a feira testemunhava os progressos técnicos e científicos soviéticos, os quais se tornavam patrimônio comum da humanidade, principalmente quando vistos e examinados por outras nações, pelas sugestões e estímulos que condensavam. Fala da necessidade de intensificar o intercâmbio comercial entre os dois países. Ele oferece ao ministro das Relações Exteriores da URSS os cumprimentos pelo brilho e pela proporção da feira que marcaria etapa vitoriosa nas relações de respeito e benefício recíprocos entre os dois governos e os dois povos.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.329	F1: 01:01:07 F2: 01:02:29	F1: [1961/1963] F2:	<i>Faixa 1</i> Entrevista Concedida pelo Governador Carlos Lacerda a Jornalistas. Carlos Lacerda, em seu gabinete, fala aos jornalistas, entre eles o representante do <i>Jornal do Comércio</i> de Pernambuco, Everaldo Gomes. Ele comenta sobre o início da reforma urbana na Guanabara. Assinala que começaria pelo processo de financiamento das casas e a primeira parcela recebida pela Guanabara se destinaria à compra dos terrenos. Acrescenta que os novos dirigentes da Fundação Leão XIII procederiam ao levantamento, com vistas à urbanização de favelas na Zona Sul. Refere-se à construção de casas na Zona Norte também. Conta que a reforma urbana poderia tomar curso rápido se a CEF (Caixa Econômica Federal) entrasse com o financiamento também. Ele discorre sobre a necessidade de se implantar a reforma administrativa no estado e sobre a delegação de poderes. Acentua que a emenda da Constituição as permitia, de maneira que não havia necessidade de reformar a Constituição, bastando apenas aplicá-la. O mesmo ele fala sobre a reforma agrária, que não havia necessidade de reformar a Constituição, pois ela já previa a desapropriação. Voltando ao assunto da reforma urbana, ele diz que se já tivesse a possibilidade de expandir e fixar as regiões administrativas, o problema de favelas seria em muito facilitado, pois o levantamento dos problemas das favelas dar-se-ia em nível local. Lacerda responde a uma pergunta sobre o fato de ele ter lançado o nome do general Henrique Lott a primeiro ministro. Ele retruca dizendo que quem era ele para lançar o nome de alguém, que apenas falara sobre a necessidade de se ter um primeiro ministro com autoridade, mas não era ele quem propunha os nomes, embora reconhecesse que o general era um homem cotado para o cargo, por se tratar de um homem honrado, patriota e com autoridade. Mas, ressalta, havia outros nessa mesma condição. Lacerda, comenta, a partir de um pergunta que lhe foi dirigida, sobre a política externa do Brasil no governo João Goulart, que teria sido aprovada pela Câmara Federal. Ele
1. Assunto			
1.1 Faixa 1			
Entrevista Concedida pelo Governador Carlos Lacerda a Jornalistas			
2.2 Faixa 2			
Continuação da Faixa Anterior			
2. Temas			
2.1 Faixa 1			
Reforma urbana, financiamento das casas, Fundação Leão XIII, urbanização de favelas na Zona Sul, financiamento da CEF, reforma administrativa, delegação de poderes, desnecessário reformar a Constituição, general Henrique Lott a primeiro ministro, política externa do Brasil no governo João Goulart, Santiago Dantas, abandono do mercado argentino e latino-americano, "aprendizes de diplomatas", propaganda nos quartéis da política exterior de Santiago Dantas, voto de direita e esquerda, existência de comunistas, direita formada por fascistas, reforma social. Perigo do poder conservador, poder econômico inescrupuloso, presidencialismo X parlamentarismo, Miguel Arraes, João Cleofas, Armando Monteiro Filho, Celso Furtado, 'vice-reinado' do Nordeste, medo da tecnocracia, tecnocrata e comunista, expansão de Pernambuco essencial aos			



“irmãos do Sul, indústria do Sul, mercado e concorrência no Nordeste

2.1 Faixa 2

Votar errado, voto não é mercadoria, associações de moradores de favelas, conselho de moradores, habitação popular, divergências internas nas favelas é assunto dos representantes das associações, melhora das condições de vida das favelas contempladas, perguntas, queixas e apoio dos favelados, centro de saúde em Madureira., favelas removidas e urbanizadas, desapropriação de terrenos, Fundação Leão XIII constrói casas populares, pequenos latifúndios desaproveitados, reforma agrária, “reformazinha urbana”, parco efetivo policial, grilagem de terras

salienta que a Câmara não havia aprovado política nenhuma, e sim a presença do ministro Santiago Dantas no gabinete. Afirma que a política exterior do Brasil havia dado ao país um prejuízo de 300 milhões de dólares. Ele denuncia o abandono do mercado argentino e dos demais mercados latino-americanos, enquanto que o Itamaraty delegava, a alguns de seus “aprendizes de diplomatas”, a responsabilidade de fazer propaganda nos quartéis da política exterior de Santiago Dantas. Perguntam a ele se estava preparando pronunciamento político para o dia 24 de agosto. Lacerda responde que preparava pronunciamento político para todos os dias. Acha que a pergunta fazia parte de uma provocação que vinha surgindo, às vezes, para justificar as razões de *O Globo*. Perguntam a ele se acreditava em voto de direita e esquerda no Brasil. Ele responde que não, mas que acreditava na existência de comunistas e de um grupo de oportunistas e de aventureiros que estavam abrindo o Brasil para eles. Sobre a direita, sustenta que era formada por fascistas e ele fala que não conhecia nenhum fascista, naquele momento, disponível no Brasil, a não ser o ministro Santiago Dantas. Ele assinala que acreditava num movimento conservador, mas sem força para promover a reforma social. Explica que era bom que existisse mesmo, pois, para ele, a democracia se fazia com elementos conservadores, moderados, reformistas e até com elementos avançados. Sobre o perigo de um poder conservador, Lacerda concebe que o poder econômico era mais grave no Brasil, porque era mais rico e mais inescrupuloso, era o poder do estado, que usava o dinheiro do povo à sua revelia. Ele pergunta se havia poder econômico maior do que o da Petrobras, por exemplo. Perguntam-lhe, então, se dependesse dele, ele voltaria ao presidencialismo, deixando o parlamentarismo. Lacerda responde dizendo que poria qualquer um dos dois regimes para funcionar, pois nenhum deles havia, até então, funcionado no Brasil. Questionam Lacerda sobre se ele fosse votar nas eleições de Pernambuco, votaria para prefeito em Miguel Arraes, para deputado em João Cleofas, para ministro em Armando Monteiro Filho. Responde o governador que provavelmente votaria no candidato que lhe desse melhores garantias de fidelidade à democracia, com todos os seus defeitos. Um dos entrevistadores pergunta o que Carlos Lacerda achava de Celso Furtado. Ele responde que não achava nada, porque pouco o conhecia, e a distância não permitiria julgá-lo, mas que acreditava ser ele um homem de boas intenções. O que o assustava um pouco, era a ideia de fazer do Nordeste um 'vice-reinado', pois ele preferia que o Nordeste tivesse, através de seu povo, governadores que pudessem executar planos que, embora estudados por técnicos,



fossem executados pelos estadistas. Lacerda acentua seu medo da tecnocracia, em qualquer regime, e explica que tinha medo do Nordeste virar uma tecnocracia. Carlos Lacerda reflete sobre a possibilidade de o sujeito ser tecnocrata sem ser comunista. Para ele não, pois na medida em que ele fosse sincero, ele tinha que ser tecnocrata e comunista, pois ele tinha que se dedicar à destruição da estrutura vigente, para substituí-la por outra que julgasse melhor. O jornalista de Pernambuco solicita uma mensagem do governador ao povo pernambucano. Carlos Lacerda menciona que gostaria de dizer aos pernambucanos que, no Rio de Janeiro, havia uma permanente preocupação e carinhoso interesse pelos seus esforços, pelo seus trabalhos, pelas suas dificuldades e pela sua vida. Assinala que a melhoria e a expansão de Pernambuco eram essenciais aos “irmãos do Sul”, não apenas por dever de solidariedade nacional, mas, também, porque a indústria do Sul não poderia expandir-se, a não ser que encontrasse mercado e concorrência no Nordeste e no resto do país. Comenta que as dificuldades do Nordeste não eram novas, mas agravadas pela inflação e pela incompetência, e era natural que tais dificuldades, agravadas, fossem um convite ao desespero. Acentua que tinha a convicção de que o povo pernambucano sabia que os problemas tinham solução. Ele exalta a tradição de luta do povo pernambucano e sua fidelidade à causa da liberdade, e que os pernambucanos nunca iriam confundir comunismo com a causa da liberdade. Acha que a alternativa do Brasil era progredir na liberdade, ao invés de se deixar iludir pela demagogia e viver sob a escravidão. Considera que ainda havia tempo do Brasil optar pela primeira escolha.

Faixa 2

Continuação da Faixa Anterior

Observação: Continuação da faixa anterior a partir dos 00:29:41.

Carlos Lacerda fala sobre a política de urbanização de favelas, com a construção de casas populares financiadas à população de baixa renda. Até os 00:11:00 trata-se do mesmo áudio da fita-rola 13 (faixa 7), a partir das anotações do final da página 7/7) desta.

Carlos Lacerda fala sobre o fato de as pessoas votarem errado. Acha que este era um problema de todos, que votar bem era votar em quem ajudava e se fosse para votar em quem atrapalhava, azar de quem viesse a votar errado. Esclarece que não comprava voto de ninguém, pois voto não era mercadoria. Agradece a presença de todos. Fala sobre a estruturação, no futuro, das associações de moradores de favelas, num conselho de moradores, num âmbito maior. Explica que esse era o ideal de seu governo, no



que dizia respeito à política de habitação popular, além de que as favelas se tornassem bairros, com representação junto às regiões administrativas. Ele salienta a importância da colaboração e da troca de informações dos moradores de favela, no tocante às obras que seriam realizadas. Explica que não tinha ido até os representantes para distribuir empregos e nem para comprar a consciência de ninguém. Apenas estava cumprindo seu dever, se agradasse, ótimo, se não, paciência... Menciona que só pertencia ao julgamento de Deus e de sua consciência e que não tinha medo de intriga, não tinha medo de calúnia, não tinha medo de briga (não a procurava, mas também não rejeitava "parada"...). Conta que, a cada dia de sua vida, os aspectos propriamente políticos da vida política iam lhe interessando cada vez menos. Reconhece que não iria fazer tudo de uma vez só, não iria resolver todos os problemas de uma vez só, que iria precisar de muito conselho, de muita ajuda, de muita crítica construtiva... Considera natural que houvesse divergências internas nas favelas, vários interesses partidários, e que isso era assunto dos representantes das associações, o governo nada teria a ver com isso. Esperava que tais diferenças fossem superadas, em prol de um objetivo comum, que era a melhora das condições de vida das favelas contempladas com as obras. O governador compara a situação do Rio de Janeiro com a de outros estados do Brasil para dizer que, apesar dos problemas e das dificuldades, as melhorias implementadas em várias áreas colocavam a Guanabara em posição de destaque. Diz que, por exemplo, das 14 milhões de crianças com idade escolar, havia 7 milhões sem escola primária no Brasil e na Guanabara, e que o problema estava quase solucionado. Ele reconhece que não poderia fazer tudo, mas poderia fazer muita coisa. Acrescenta que ninguém poria a mão no dinheiro que seria utilizado na urbanização das favelas e que por ele responderia com a vida. O locutor anuncia, em nome dos favelados, Benedito Guilherme, Presidente do Parque da Alegria, ex-favela Buraco da Lacreia. Ele começa saudando o governador, os presentes e amigos da favela. Assegura que era de coração que todos agradeciam ao governo. Acrescenta que sem a ajuda do favelado, o governo nada poderia fazer. Fala do Parque da Alegria, uma favela então urbanizada, que demonstrava a vontade e a sinceridade que o governo tinha, de resolver os problemas dos favelados. Ele lê, então, a história do Parque da Alegria, para mostrar que o plano estava dentro daquilo que se esperava. Salienta a contribuição dos moradores do local nas obras de transformação da favela em bairro proletário. Cita cada etapa do trabalho, desde o aterramento do buraco que dava nome à favela, passando pela



abertura das ruas – a principal e as transversais –, pela divisão dos terrenos em lotes, para construção das casas em alvenaria e instalação da rede de esgotos e de luz. Ele sustenta que estava dentro das diretrizes traçadas pelo governo a resolução dos problemas, com o apoio do governo e esforço dos favelados. Garante que Carlos Lacerda não ficaria decepcionado com o povo das favelas, pois era lá que estava toda a mão de obra das fábricas, das indústrias, do comércio... Após o discurso de Benedito Guilherme, Carlos Lacerda retoma a palavra para esclarecer duas coisas de que ele havia esquecido. Discorre sobre a cota e a amortização do financiamento, menciona que ela estava calculada em cerca de 2100 cruzeiros, porque havia tomado como cálculo a média que o favelado razoavelmente podia pagar, ou seja, cerca de 15% do salário mínimo de então. Acentua que a cota corresponderia sempre a 15% do salário mínimo, ou seja, uma vez reajustado o salário, a parcela também aumentaria proporcionalmente. O outro esclarecimento era que da verba de 1 bilhão do fundo do trigo, uma parte seria utilizada para a construção de um grande centro de saúde, unidade sanitária mista, em Madureira. Ele pergunta, porque em Madureira? Ele mesmo responde que em torno de Madureira estava a maior densidade de população favelada do Rio de Janeiro, assim como concentrada a maior densidade de doenças que precisavam de ambulatório, posto de saúde, etc. Lacerda fala da simplicidade das obras e enfatiza que o Brasil era ainda um país pobre e que havia de enriquecer cuidando da educação e da saúde de seu povo. Por conta disso, mais valia a pena construir escolas e hospitais simples, mas que dessem conta de educar e tratar o maior número de habitantes possível, do que construir verdadeiros palácios, que dessem conta apenas de alguns. Essa era a idéia geral da coisa, conclui o governador. Após a palavra do governador Carlos Lacerda, abriu-se espaço para as perguntas dos presentes. Romeu Loures responde á primeira pergunta, estabelecendo o critério de elaboração do projeto. Assinala que o que importava eram quantas casas poderiam ser feitas numa área 'x' de terreno, e verificaram os terrenos mais baratos, para que se pudesse construir um número maior de casas. Fala que iriam selecionar as favelas que deveriam ser removidas, pois havia no Rio de Janeiro favelas que não tinham como ser urbanizadas. Salienta que a Vila da Penha não seria urbanizada totalmente, pois era impossível fazê-lo. Explica que o projeto para a Vila da Penha previa a abertura de algumas vias e, por conta disso, alguns barracos precisariam ser removidos, mas novas moradias seriam construídas no mesmo local, para evitar que os favelados saíssem da região onde moravam.



Lacerda intervém e salienta que o problema do governo consistia em combinar as possibilidades de terrenos, com as necessidades do morador. Esclarece que a intenção era que os moradores se deslocassem o menos possível, com a remoção de suas casas. Comenta que o problema das favelas da Zona Sul era o terreno, tanto a falta como a desapropriação, porque, quando a favela era ocupada espontaneamente pelos favelados, que montavam seus barracos, ninguém ousava protestar, mas quando se descobria que o governo iria lotear e vender o terreno, aparecia o dono do terreno... Lacerda diz que não adiantava fazer casas em terreno alheio, o interessante era resolver o problema, dando ao favelado um terreno que ele pudesse chamar de seu. Ele ressalta que, por conta disso, não poderia definir um critério permanente, para todos os casos. Lacerda considera que a solução seria procurar loteamentos abandonados, cujos proprietários ficavam parados especulando sobre o terreno baldio, e o estado tomaria conta de tais terrenos para fazer vilas populares. Explica que não podia desapropriar todas as terras do Rio de Janeiro, pois não havia dinheiro para tudo isso, mas havia vários casos em que os loteamentos estavam parados por dissídia ou por incapacidade financeira dos loteadores e que precisavam de aplicação, e que, por esses motivos, a intenção do governo era taxar tão fortemente os terrenos, de maneira que o sujeito teria como alternativa vender o terreno para a Fundação Leão XIII construir as casas populares, ou ele mesmo lotear e vender os lotes de seu terreno, o que também era um direito dele. O que não era possível, adverte Lacerda, era que, numa cidade como o Rio de Janeiro, existissem pequenos latifúndios desaproveitados a vida inteira. E conclui: “Já que se fala tanto em reforma agrária vamos fazer nossa reformazinha urbana”. Lacerda salienta que a maior parte dos terrenos baldios no Rio de Janeiro pertenciam a órgãos federais. 40% dos terrenos do estado da Guanabara ainda pertenciam a órgão federais! Exclama ele. Cita como exemplo, os terrenos localizados a beira da avenida Brasil. Lacerda discorre sobre as propostas feitas aos Institutos: ou os Institutos entravam com os terrenos para a COPEG (Cooperativa Habitacional), em vez de entrar com o dinheiro para as ações, e passavam a sócios da Companhia, sendo os terrenos postos à disposição ou de fábricas ou de moradias para trabalhadores ou ambas as coisas; ou, então, o estado, se a ALEG (Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara) concordasse, trocava terrenos na avenida Presidente Vargas pelos terrenos, para a construção das casas populares. Lacerda salienta que a maior parte dos moradores de favelas no Rio de Janeiro era contribuinte dos Institutos. Portanto, parecia-lhe justo que uma das duas



propostas fosse adotada. Conta que estava aguardando apenas o aval do Ministério do Trabalho e dos Institutos de Previdência. Um senhor, morador da Barreira do Vasco, pede a palavra para falar que nunca havia visto nada igual, nem no Brasil nem no mundo... Um governo que reunisse favelados e deles obtivesse sugestões a respeito da política habitacional e urbanização das favelas. Ele exalta a figura e o governo de Carlos Lacerda e se dispõe a trabalhar, auxiliando o governo. Diz que o governador deveria tomar nota de seu telefone, para chamá-lo um dia, para eles terem um entendimento, de forma a esclarecer e proporcionar mais conhecimento ao governador, sobre a grande capacidade que Lacerda poderia encontrar na favela. Outro favelado, do Jacarezinho, pergunta ao governador se, de fato, a verba destinada à luz do Jacarezinho, como enunciada por um repórter, havia sido extraviada. Acrescenta que todo o Jacarezinho estava aguardando uma visita do governador e que a comunidade estava unida na defesa das ideias do governador e dela própria. Lacerda responde, informando que no seu governo não havia o perigo do extravio de verba. Esclarece que já tivera o prazer de assinar a liberação da verba para a obra do Jacarezinho e que ela logo começaria. Um representante da favela do morro da União, em Coelho Neto, diz que a comunidade tinha um problema urgente: tratava-se de repelir um elemento que estava querendo construir ilegalmente uma obra no centro da favela, já tendo explorado, dessa forma, o bairro de Olaria, por muitos anos. Denuncia que ele não havia obedecido ao embargo imposto à sua obra e estava construindo uma oficina, numa área de 4 mil e 700 e poucos metros quadrados da área desapropriada pelo juiz da 7ª Vara da Fazenda. O representante fala que tinham pedido ao elemento que fizesse prova junto às autoridades de que era proprietário do terreno. Lacerda responde que a questão estava em juízo, sendo que a autoridade do momento era o juiz, mas que a autoridade do estado, portanto limitada pela do juiz, que no caso era maior, se faria sentir o quanto possível, para garantir o direito dos moradores. Lacerda fala que fazia questão da participação de todos no trabalho e que aquele não era o último encontro que ele teria com os representantes das favelas, pois continuaria, periodicamente, com as reuniões. Ele pede licença para se retirar, alegando outros compromissos, mas não antes de ouvir as duas últimas pessoas que haviam pedido a palavra. Um representante da vila proletária N. S. da Penha informa que seus moradores estavam ansiosos em saber o resultado da reunião, para que fossem levadas as soluções para a construção de casas. Ele pergunta ao governador quando iriam começar, mais ou menos, as obras de urbanização



			<p>da vila proletária N. S. da Penha, e comunica ao governador que muitas casas na vila já tinham sido erguidas em alvenaria, de maneira que o trabalho de habitação no local já se encontrava bastante adiantado. O governador responde que, “francamente”, não tinha nenhuma informação precisa para dar, mas que iria pessoalmente, na semana seguinte, com Romeu Loures, checar a situação da vila, e ver qual a solução que estaria ao alcance do governo. Por último, o presidente de Cachoeira Grande dirige a palavra ao governador. Diz que os moradores do local vinham enfrentado um problema: a formação, na favela anexa – a da Cachoeirinha - de um “covil de marginais”. Ele fala que o posto policial local servia apenas de enfeite na favela, pois os moradores estavam sem a proteção do estado. Ele informa que estava com um dos olhos machucados, por ter prestado ajuda a um policial. Diz que os policiais andavam armados “apenas com um 38” enquanto que os marginais, “os vagabundos, andavam com um 45”. Lacerda responde que se reunira com o chefe de Polícia para tratar do novo plano de Polícia do Rio de Janeiro, e que o problema seria solucionado imediatamente. Por fim, ele encerra dizendo que a cidade tinha sido encontrada com uma deficiência enorme de Polícia: sem recursos e sem pessoal. Anuncia que, naquele momento, estavam sendo realizadas provas de seleção, exame e admissão de novos policiais, para cobrir o que o orçamento do ano permitia. Tratavam-se de 5 mil vagas. Mas, ele adverte que isso não solucionaria por completo o problema. Ele assinala que não queria iludir ninguém, mas o que acontecia era que o efetivo policial no Rio de Janeiro era muito menor do que o que a cidade precisava. Diz que as verbas para segurança pública, de que dispunha o estado, eram insuficientes.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.330</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Continuação da Inauguração do Mercado Livre do Produtor, em Santa Cruz</p> <p>1.2 Faixa 2 Inauguração da Escola Coronel Berthier – Santa Cruz</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Avaliação do governo Lacerda, pedido de votos para Flexa Ribeiro, distribuição de carteiras para novos proprietários dos</p>	<p>F1: 13:32min F2:17:43min</p>	<p>F1: 25/09/1965 F2; 25/09/1965</p>	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Continuação da Inauguração do Mercado Livre do Produtor, em Santa Cruz</p> <p>Com a palavra o governador Carlos Lacerda. Ele fala que se o povo de Santa Cruz e Deus lhe ajudassem ele teria mais 5 anos de trabalho, honestidade... e de erros, talvez, mas o que importaria no caso seria o saldo, pois, como ele mesmo diz, não se mede a obra de um governo em milímetros, mas sim pelo conjunto, ao se fazer mais coisas certas do que erradas. Ele faz campanha para eleição de Flexa Ribeiro nas eleições de sucessão no estado da Guanabara pedindo que Santa Cruz tomasse nas mãos o destino da Guanabara votando certo, votando em Flexa Ribeiro para governador. Após esse pedido ele anuncia que chamaria pelo nome os novos proprietários dos boxes do Mercado Livre do Produtor. Diz que antigamente a identificação destes se dava por um cartãozinho, e “tome falso produtor com boxe...” Diz que havia umas firmas</p>



boxes do mercado, críticas às firmas que falsificavam cartões e vendiam seus produtos no mercado, prejuízos da antiga Secretaria de Agricultura, convite para a inauguração do parque Laje, luta pela preservação do parque Laje, desapropriação do parque, campanha do jornal *O Globo* contra Lacerda, decisões da Justiça a favor da manutenção do parque

2.2 Faixa 2

Ações do governo na Zona Oeste, construção da Escola Coronel Berthier em atendimento à reivindicação da Aeronáutica, missão da Fundação Otávio Mangabeira, a criação de cursos de extensão universitária no parque Laje, escolha do patrono da Escola pela Aeronáutica, participação heróica do coronel Berthier na FAB.

no Rio de Janeiro que obtinham de certos políticos boxes nos mercados da secretaria e 'desovavam' ali todo o negocio de seu armazém e vendiam demais... Lacerda diz que era por isso que os mercados da secretaria de agricultura antiga davam um prejuízo ao estado de 200 milhões de Cruzeiros ao ano. Ele então anuncia o nome dos proprietários e pede que eles busquem sua carteira. Lacerda aproveita a ocasião para convidar o povo de Santa Cruz a uma outra cerimônia. No dia seguinte ele informa que estariam sendo entregues às crianças, às babás e às mães dos bairros da Gávea, Botafogo, Humaitá, Largo dos Leões e Lagoa o Parque Laje. Diz que o parque ia ser loteado por Roberto Marinho, dono do jornal *O Globo*, para especulação imobiliária. Lacerda diz que tentou por 3 anos convencer Roberto Marinho a aceitar terrenos na avenida Presidente Vargas em troca do parque e ele não aceitara, porque ali queria "ganhar dinheiro por centímetro quadrado". Daí que o governador conta que teve que desapropriá-lo e vinha deste episódio toda a raiva que Roberto Marinho passou a nutrir por ele, segundo o governador que conta que era um grande homem para *O Globo* até a desapropriação; depois, passou a ser paranoico. Era o homem mais honesto do mundo e depois virou ladrão. Diz que a prova de que ele agiu dentro da lei foi o fato de Roberto Marinho ter recorrido duas vezes na justiça para tentar reaver o terreno e ter perdido em ambas. Lacerda manda um recado a Roberto Marinho dizendo que criança precisa de espaço, de árvore para crescer em liberdade e em paz, e não "dentro de gaiolas", que eram os apartamentos que aos montes se proliferavam na região. Ele encerra dizendo que o Parque Laje valia os insultos de *O Globo*.

Faixa 2

Inauguração da Escola Coronel Berthier – Santa Cruz

Com a palavra a secretária estadual de educação Terezinha Saraiva na cerimônia de entrega da escola Coronel Berthier na base aérea de Santa Cruz. Ela anuncia as autoridades presentes, militares, civis e religiosas, entre elas o governador Carlos Lacerda e o ministro da Aeronáutica o Brigadeiro Eduardo Gomes. Ela fala sobre as realizações de Carlos Lacerda na área de educação, citando os números alcançados no que diz respeito à reforma e construção de escolas, aumento na oferta de vagas e concessão de bolsas no ensino ginasial. Diz que foi uma batalha dura, mas que foi uma batalha de amor. Exalta a importância do professor Flexa Ribeiro, seu antecessor na secretaria, dizendo ter satisfação e honra em substituí-lo. Diz que a obra do ensino primário da Guanabara foi, até então, a maior obra educacional realizada no Brasil. E



			<p>salienta que não parou por aí, pois o governo Carlos Lacerda investiu também no ensino ginasial. Diz que o governo Carlos Lacerda foi “uma escola de trabalho, de honestidade, de capacidade e de devotamento” e que a Guanabara teve a felicidade de ter seu destino dirigido por “um homem justo, humano, trabalhador e devotado”. Deseja ela que a casa então inaugurada se tonasse uma casa de educação que não ensinasse apenas matemática, português e geografia, mas também liberdade, igualdade e fraternidade. Diz que bendito é o governo que constrói escolas, pois quem constrói escolas semeia a democracia. Diz que educação era o único caminho que levaria os jovens à liberdade. Após o discurso de Terezinha Saraiva assume a palavra o governador Carlos Lacerda. Ele anuncia as autoridades e fala sobre as ações do governo, no âmbito educacional, na área de Santa Cruz. Salienta os números alcançados, assim como havia feito antes a secretária estadual de educação. Fala da reclamação da Aeronáutica de uma escola na base aérea. Lacerda fala de uma outra missão da Fundação Otávio Mangabeira: a do aproveitamento integral do Parque Lage para a juventude carioca com a criação, no local, dos cursos de extensão universitária, os seminários de desenho industrial e de técnica avançada como complemento e anteparo da Universidade do Estado da Guanabara. Sobre o nome da escola Lacerda diz que coube à base aérea e à FAB a indicação deste e que, obedecendo a tal indicação, ele, a secretária de educação Terezinha Saraiva e o presidente da Fundação Otávio Mangabeira Otávio Borghetti agradeceram a admirável sugestão, pois o coronel, cujo nome figurava na escola e cuja viúva o governador desejava saudar, “era bem um dos símbolos do destemor, da bravura, da lealdade, do vigor e da firmeza com que os homens da FAB serviam permanentemente ao Brasil”. O governador Carlos Lacerda exalta então a figura do Coronel Berthier e diz ser um dos momentos “de maior honra e de sincera emoção” para ele este que entrega à guarda carinhosa das mães e mestras dos alunos e pais da base aérea de Santa Cruz a escola que levava o nome de um de seus heróis.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.331</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1.1 Faixa 1a Carlos Lacerda é Entrevistado na Bahia</p> <p>1.1.2 Faixa 1b Carlos Lacerda Fala Sobre a Construção do Maracanã</p> <p>2. Temas</p>	<p>F1a: 19 min F1b: 10 min</p>	<p>F1a: [1964/1965] F1b:[1964/1965]</p>	<p><i>Faixa 1a</i> Carlos Lacerda é Entrevistado na Bahia O governador Carlos Lacerda pede ajuda para defender a lei, porque se a lei não fosse cumprida, não adiantava falar em legalidade. Lacerda pergunta que legalidade havia na Universidade da Bahia, naquela noite? Menciona que a legalidade dos filhos do assassino de John Kennedy, os candidatos a assassinos da sua própria pátria, não era a sua legalidade. Também não poderia ser a legalidade dos homens livres e das famílias de uma nação cristã. O entrevistador pergunta que mensagem de esperança e despedida o</p>



<p>2.1.1 Faixa 1a Defesa da lei e crítica ao governo federal, mensagem ao povo baiano</p> <p>2.1.2 Faixa 1b Posição contrária à construção do estádio do Maracanã, defesa da proposta do prefeito Henrique Dodsworth, investimentos públicos na conclusão das obras do estádio, a ADEG e a aplicação dos seus recursos no desenvolvimento dos esportes nos clubes amadores e suburbanos</p>			<p>governador tinha para o povo baiano. Lacerda conta que tinha conhecido, naquele dia, uma velhinha doce e pura que lhe entregara um pano bordado por suas próprias mãos, para que a sua mulher pusesse na mesa de sua casa. Lacerda fala que a velhinha disse para ele que não queria ter morrido sem ter apertado a sua mão. Essa velhinha lembrou a Lacerda de outra velhinha, sua bisavó que nasceu na Bahia. Para Lacerda, a presença da mulher na vida dos homens era o que deveria indicar a eles que não podiam chorar como homens a pátria, que nem com mulheres souberam defender. Lacerda comunica que esta era a mensagem que queria deixar ao povo baiano e promete que voltaria para lhes estender as mãos de homem livre, disposto a viver para reconstruir a pátria de todos.</p> <p><i>Faixa 1b</i> Carlos Lacerda Fala Sobre a Construção do Maracanã Carlos Lacerda diz que, quando vereador, foi contra a construção do estádio no Maracanã. Ele argumenta que se tivessem seguido a sugestão do prefeito Dodsworth de construir o estádio na restinga de Jacarepaguá, não haveria apenas um estádio, mas uma cidade olímpica e o estádio seria autofinanciável. Mas, considera este um excelente exemplo da filosofia do seu governo, pois mesmo sendo contra a construção do estádio neste local, assim que assumiu o governo, socorreu-o. Lacerda conta que, em dois anos, o governo do estado havia gasto 300 milhões de cruzeiros, quase a mesma quantia que havia custado a construção do estádio. Lacerda comunica que aguardava a venda das cadeiras cativas para terminar as obras do estádio. Garante que a ADEG (Administração dos Estádios da Guanabara) não se limitava aos muros do Maracanã, ela tinha que buscar e canalizar os recursos no estádio para despejá-los, com critério e com o rigoroso controle de sua aplicação nos clubes amadores, nos pequenos clubes e nos clubes suburbanos, onde realmente se praticava o esporte útil à juventude e ao país. Agradece a presença de todos e aproveita a oportunidade para demonstrar o seu apreço e a sua gratidão aos servidores do estado.</p>
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.332			Não digitalizado
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.333			Não digitalizado
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.334			Não digitalizado
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.335</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Primeiro Salão Mineiro de Trabalho Integrado em Poços de Caldas - Reportagem da Rádio</p>	F1: 30 min	F1: [1971/1974]	<p><i>Faixa 1</i> Primeiro Salão Mineiro de Trabalho Integrado em Poços de Caldas - Reportagem da Rádio O Governador de Minas Gerais, Rondon Pacheco, visita os estandes do Centro Nacional de Convenções. O narrador diz que o Primeiro Salão Mineiro de Trabalho Integrado fazia parte da política do governo estadual, de fixar Minas Gerais entre as mais importantes unidades da</p>



<p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1</p> <p>Rondon Pacheco visita estandes do Centro Nacional de Convenções, elogios ao governo de Rondon Pacheco, importância do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, produção industrial de Poços de Caldas, inauguração piscina térmica de água sulfurosa, Conselho Municipal de Turismo, transformação em diversos setores: agrícola, turístico e industrial, integração do sul do estado, apoio financeiro da Caixa Econômica Estadual, presidente da Hidrominas, elogios à Secretaria de Indústria e Comércio, iluminação do Vale do Jequitinhonha, apoio do presidente Médici, segundo polo automobilístico do país.</p>			<p>Federação. Contando com o apoio do governo federal e das administrações municipais, a atuação integrada do governo mineiro se fazia sentir em todos os setores econômicos e sociais. O narrador elogia o governo de Rondon Pacheco. Fala sobre a importância do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais para a produção industrial de Poços de Caldas. Diz que o salão mostrava as obras feitas pelo governo estadual na cidade. Anuncia o multishow que seria realizado no salão principal. Comenta a inauguração, pelo governador, de uma piscina térmica de água sulfurosa e de um bar em estilo colonial. O sr. Ronaldo Duarte, presidente do Conselho Municipal de Turismo de Poços de Caldas, comenta que era com muito orgulho que a cidade recebia o governador e afirma que eram visíveis os efeitos reais de transformação regional, em diversos setores: agrícola, turístico e industrial. Elogia a integração do sul do estado promovida pelo governador. Agradece o apoio financeiro da Caixa Econômica Estadual, para a concretização do plano turístico do município. O governador Rondon Pacheco congratula-se com o presidente da Hidrominas, que somente depois de muitos anos veio a alcançar resultados positivos em seu balanço. Elogia a Secretaria de Indústria e Comércio, criada em seu governo. Menciona a iluminação do Vale do Jequitinhonha com energia hidrelétrica. Agradece o apoio do presidente Médici para que Minas se tornasse o segundo polo automobilístico do país. Assinala que estava satisfeito com o apoio que tinha recebido em Poços de Caldas e vinha procurando corresponder plenamente a este apoio.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.336</p>	<p>F1: 10 min</p>		<p>Faixa 1 Gravação de músicas</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.337</p>			<p>Não digitalizado</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.338</p>			<p>Não digitalizado</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.339</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1</p> <p>O Golpe de 1964 Analisado por Carlos Lacerda</p> <p>1.2 Faixa 2</p> <p>Pronunciamento do Governador Carlos Lacerda em Reposta ao Apelo da Marinha</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1</p> <p>A infiltração de comunistas nos quadros da Marinha brasileira, acusações a Roberto Morena de atrair fuzileiros e marinheiros para a revolta, acusações ao</p>	<p>F1: 45 min F2: 8 min</p>	<p>F1: [31/02/1964] F2: [1º/04/1964]</p>	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>O Golpe de 1964 Analisado por Carlos Lacerda</p> <p>O governador Carlos Lacerda critica a Marinha brasileira que permitia que um cabo tivesse tempo para estudar Direito. Para Lacerda, isso não aconteceria em nenhuma outra Marinha do mundo. Lacerda acusa este cabo de ser um comunista infiltrado, a serviço do Partido Comunista, com o objetivo de dividir e trair a classe militar. Lacerda acusa um espião internacional, assassino, chamado Roberto Morena, com cursos de revolucionário profissional na Rússia, que tinha sido agente da polícia secreta russa, na Brigada Internacional da Espanha, e conselheiro de João Goulart na Presidência de, junto com outros homens da CGT (Confederação geral do Trabalho), fazer uma presepada, um carnaval em que chamaram e atraíram fuzileiros e marinheiros, apunhalando a Marinha de Guerra pelas costas. Lacerda diz que João Goulart dera ordem à polícia do Exército</p>



presidente João Goulart de provocar a crise política, envolvendo a Marinha e o Exército nacionais, reação das Forças Armadas e o apoio de vários governadores ao golpe contra Goulart, oferta de tanques de guerra ao governador Carlos Lacerda por oficiais do Exército

2.2 Faixa 2

Acusações ao presidente João Goulart de estar entregando o país ao comunismo, caracterização das ações dos fuzileiros como conspiração comunista, convocação ao povo brasileiro para lutasse contra o levante comunista, prisão do governador Miguel Arraes e a fuga do presidente João Goulart, reação do governo da Guanabara ao ataque dos fuzileiros, tentativas de ligações telefônicas do locutor da rádio com o Palácio Guanabara, telefonemas de Augusto Lima Neto, diretor da Companhia Telefônica de Minas Gerais, narrando tentativas de contatar o Palácio Guanabara, participação de ouvinte carioca simpatizante do golpe, notícia sobre a renúncia do ministro da Guerra e sobre a adesão do general Moraes Âncora às forças golpistas, notícias do Palácio da Guanabara.

para que desse cobertura à ação, jogando os marinheiros contra os soldados do Exército, classe contra classe, farda contra farda, brasileiro contra brasileiro. Lacerda relata que, diante desta situação, as Forças Armadas decidiram reagir e tiveram apoio de vários governadores democratas. Lacerda oferece ao povo da Guanabara, á mulher carioca, a Deus, a informação que acaba de receber, de que os oficiais seus amigos, filhos de Alcides Etchegoy, seus companheiros em 54, se dirigiam ao Palácio com tanques de guerra para entregá-los em suas mãos. Lacerda diz que Deus teve pena do povo, que Deus era bom.

Faixa 2

Pronunciamento do Governador Carlos Lacerda em Reposta ao Apelo da Marinha
Carlos Lacerda acusa o presidente de estar entregando o país ao comunismo. Conta que depois de provocar e afrontar os governos estaduais e o Congresso e paralisar o Poder Judiciário pela infiltração, chegara a vez de provocar e desmoralizar as Forças Armadas, esgotando todas as fases da guerra subversiva, comandada pelo presidente. Lacerda atesta que prestou obediência à lei e afirmou o propósito de trabalhar até o fim, aturando, com náusea e com paciência, um governo federal dirigido por um incapaz delirante. Porém, considera que o presidente ultrapassara todos os limites e se pusera abertamente a serviço do comunismo. Salienta que, em resposta ao apelo da Marinha, convidava o povo brasileiro a reagir com todas as suas armas, a tomar armas pela pátria, pela lei, pela honra e pela liberdade, para expulsar o usurpador e seus mentores comunistas do poder que desonram e da pátria que traíram. Sustenta que, na Guanabara, de onde não sairia, estavam prontos a reagir a bala a qualquer tentativa de esmagamento com o objetivo de sufocar a paz e a liberdade dos homens da democracia brasileira. Lacerda comunica que acabara de receber a informação de que o governador Miguel Arraes fora preso em Pernambuco pelo general Justino Alves Bastos e que João Goulart acabara de fugir da Guanabara, em um avião da FAB (Força Aérea Brasileira) para, de Brasília, partir para destino ignorado. Lacerda comenta que os ratos estavam abandonando o navio e que tinha ouvido na rádio Mairinky Veiga - que, segundo ele, mentia mais então do que antes, porque mentia em tempo de guerra - , o relato de um cidadão que se dizia estivador, mas para Lacerda era um pelego, contando que a polícia da Guanabara tentara prendê-lo, junto com outros pelegos da CGT. Lacerda confirma a informação, diz que vários estavam e continuariam presos e ameaça de fuzilamento sumário os que tentassem atacar o palácio Guanabara. Comunica que estava



		<p>havendo um novo ataque dos fuzileiros ao palácio Guanabara e que morreriam defendendo a honra e a liberdade dos brasileiros. Pede aos brasileiros que levantassem, lutassem e matassem os comunistas na rua, se necessário fosse. Lacerda diz que o Palácio Guanabara estava sendo atacado por loucos criminosos comandados por um bandido, o Almirante Aragão que pagará com a vida qualquer tentativa de invasão. Diz que este criminoso não pode sobreviver. Lacerda tenta convencer os fuzileiros à não atacarem o Palácio. Ameaça matar o Almirante Aragão com o seu próprio revólver.</p> <p><i>Faixa 2</i> Continuação da Faixa Anterior De Minas Gerais locutor da rádio Inconfidência Orlando Brás Filho tenta restabelecer a ligação telefônica com o Palácio Guanabara com o auxílio da telefonista. A telefonista informa que os telefones do palácio estão ocupados. A rádio Inconfidência recebe uma ligação de Augusto de Lima Neto, diretor da Companhia Telefônica de Minas Gerais que diz estar tentando por todos os meios possíveis se comunicar com o Palácio Guanabara, mas desconfia que as linhas de entrada foram cortadas. A rádio Inconfidência recebe uma ligação do Rio de Janeiro de um ouvinte que não se identifica e diz ser um admirador da causa. Ele informa dois telefones para o locutor ligar. Anuncia aos ouvintes da rede da luta pela paz e pela liberdade que está ligando para um número do Rio de Janeiro. Não consegue completar a ligação. Notícia veiculada pela rádio Globo de que o Ministro da Guerra renunciou e que o general Moraes Âncora acaba de aderir as forças revolucionárias comandadas pelo general Olympio Mourão Filho. Repórter diz que está completado o cerco ao comunismo no Brasil. Comemora a liquidação total do comunismo no Brasil. Locutor da rádio Inconfidência informa aos ouvintes que Augusto de Lima Neto conseguiu se comunicar com o Palácio Guanabara e que não houve invasão.</p> <p>Repetição do Pronunciamento de Lacerda respondendo ao apelo da Marinha</p>
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.340	F1: 2 min	<i>Faixa 1</i> Gravação de música
<p>1. Assunto</p> <p>1. Faixa 1 <i>Jingle</i> da Campanha Mauro Magalhães para Deputado Federal</p> <p>2. Temas</p>	F1: 01:59min	<p><i>Faixa 1</i> Jingle da Campanha Mauro Magalhães para Deputado Federal Execução, três vezes, do jingle de campanha de Mauro Magalhães para deputado federal pelo Rio de Janeiro, cuja letra é a que se segue:</p> <p>Mauro Magalhães você conhece Empresário, democrata e trabalhador Na Constituinte não pode faltar</p>



<p>2.1 Faixa 1 Execução do <i>jingle</i></p>			<p>Sua larga experiência vai nos ajudar... A votar a nova Constituição Vamos eleger gente que ama essa nação Mauro Magalhães do Partido Liberal Para Deputado Federal</p> <p>No fim do áudio uma pessoa diz, enquanto o <i>jingle</i> continuava sendo executado: “O Rio precisa de respeito... Para deputado federal, Mauro Magalhães. O voto sério, o voto federal. Seu número: 2266, Partido Liberal!”</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.342</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Teresinha Saraiva, Secretária Municipal de Educação, é Sabatinada na Câmara Municipal</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Discussão sobre merenda deteriorada, Comissão de Saúde, Higiene e Bem-estar Social, Decreto 883, de 04/03/1977, subsídios para reformulação da carga horária do pessoal do magistério municipal, formação pedagógica dos professores, funções de natureza técnico-administrativa e técnico-pedagógica, condução da sessão de acordo com o que preceituava o regimento interno da Casa, perguntas formuladas pelo vereador Romualdo Carrasco, aumento da carga horária dos regentes de turma, Decreto-Lei 9909, defender a melhoria salarial do professor</p>	<p>F1: 28:52min</p>	<p>F1: [1977/1978]</p>	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Teresinha Saraiva, Secretária Municipal de Educação, é Sabatinada na Câmara Municipal</p> <p>Um orador não identificado, na tribuna da Câmara dos Vereadores do Rio de Janeiro, fala sobre a carreira do magistério. Está presente na Casa a secretária Municipal de Educação, Teresinha Saraiva. Fala o orador que o ideal seria que o professor galgasse os diversos degraus de sua carreira, sem ter que voltar aos anteriores. Em seguida, seguem-se as palavras do vereador Edgar de Carvalho Júnior. Ele recita um texto da jornalista Marina Colassanti, sobre as coisas com as quais nos acostumamos no dia a dia. Ele destaca algumas frases ao texto da jornalista, acrescentando que as pessoas se acostumavam a ver seus filhos comerem merenda deteriorada e ver se alongar um problema que poderia ser resolvido, se fossem tomadas providências imediatas. Para ele, saber que existiam ratos na merenda, sem tomar providências imediatas, era lamentável. Assinala que mandar merenda deteriorada para as escolas, deveria ser caso de segurança nacional. Ele demonstra que gostaria que ficasse patenteado na Casa, se a senhora secretária de Educação, Teresinha Saraiva, havia comparecido em caráter informal ou oficioso, porque o que ele estava assistindo eram “delongas e mais delongas”, e as perguntas, que haviam sido premeditadas e calculadas para se fazer, não estavam sendo feitas. Comenta que, como presidente da Comissão de Saúde, Higiene e Bem-estar Social, tinha que se preocupar com o assunto da merenda escolar e que estava na “estaca zero” em relação ao assunto levantado, que se tratava do problema do rato presente na merenda escolar. Explica que não sabia quais as medidas que seriam apresentadas, a curto prazo, para a solução da questão. Menciona que deixava como questão primeira, o seguinte: se existia algum prazo para que se tomasse uma medida destinada a solucionar o problema. Em segundo lugar, ele lê um estudo feito sobre o Decreto 883 e suas implicações para a classe do magistério, que lhe fora encaminhado por professores. Ele passa às mãos da secretária de Educação o referido estudo e espera dela obter alguma resposta, após leitura do mesmo. O estudo versa sobre subsídios para reformulação da carga</p>



horária do pessoal do magistério municipal. Diz que o decreto 883, de 04/03/1977, que pretendia fixar o regime de trabalho do magistério municipal, não se equacionava nos parâmetros legais, e dava tratamento profundamente injusto ao trabalho da categoria. Adverte que o estudo reclamava tratamento mais coerente e que levasse em devida conta a formação pedagógica dos professores que exerciam relevantes funções de natureza técnico-administrativa e técnico-pedagógica na Secretaria Municipal de Educação. Eram profissionais de nível superior e, em grande parte, altamente qualificados. Acredita que o prefeito tinha sido mal assessorado quando assinara o Decreto, pois o mesmo faria com que os melhores profissionais se afastassem das assessorias pedagógicas e orientação educacional da Secretaria Municipal de Educação. O vereador Clemir Ramos interrompe, pedindo permissão à presidente da sessão, para apresentar uma questão de ordem. Ela permite e ele exige de Edgar de Carvalho Júnior o rigoroso cumprimento do regimento interno da Casa, pois ninguém estava “entendendo nada”. Diz que o parágrafo segundo, do artigo 342, facultava, a qualquer vereador, após concluída a exposição do prefeito ou de qualquer secretário, solicitar esclarecimentos em no máximo cinco minutos. Afirma que a sessão não estava sendo conduzida com respeito ao regimento interno e daí ele exigia que a presidenta conduzisse a sessão, de acordo com o que preceituava o regimento interno da Casa, pois, ou se respeitava a lei ou não se podia ser legislador. A presidenta pede ao vereador Edgar de Carvalho Júnior que ele formulasse a sua pergunta ou que remetesse à secretária de Educação o estudo que ele tinha em mãos, para a apreciação dela. Ele passa às mãos da secretária Terezinha Saraiva o estudo e prossegue fazendo perguntas formuladas pelo vereador Romualdo Carrasco, que não tivera a oportunidade de continuar com suas perguntas. A quarta pergunta era se, em relação ao decreto 883, poderia a secretária conceituar, para fins de esclarecimentos, o que era cargo e o que era função. A secretária responde a todas as perguntas feitas a ela pelo vereador. Sobre o problema da merenda, ela reafirma que todas as providências haviam sido tomadas em tempo hábil e ela assegura, mais uma vez, que nenhuma merenda fora manuseada sem higiene. Sobre o Decreto 883, ela fala que precisava dizer, antes de responder à pergunta sobre o que era cargo e o que era função, que o Decreto não havia aumentado a carga horária dos regentes de turma, nem de 1a a 4a, nem de 5a a 8a. Ele apenas havia ratificado o que estava previsto no Decreto-Lei 9909, tanto para o professor primário como para o professor secundário (na época professor de ginásio) que eram 22 horas e 30 minutos



semanais e 18 horas em carga horária de trabalho. Acrescenta que a única inovação do Decreto 883 tinha sido a fixação da carga horária para os professores que exerciam funções técnico-administrativas e técnico-pedagógicas. Menciona que cabia ao legislador, através do artigo 21, do Decreto-Lei 133, parágrafo 1º, fixar a carga horária do professorado, e que nada fora inovado e nem a carga horária fora aumentada. Pelo contrário, ela diz que havia sido diminuída. Ela explica o porquê, utilizando o que previam os decretos anteriores para os professores que exerciam tais funções. Assinala que o decreto não era ilegal, portanto. Teresinha Saraiva comenta que não era verdade a afirmativa de que, antes do Decreto 883, os professores trabalhavam menos de 14 horas semanais. Acredita que o professor não estava lutando para trabalhar menos e sim para ganhar mais e ela procurava defender a melhoria salarial do professor, mas nunca sob o argumento de que ele deveria trabalhar menos, porque ganhava pouco. Diminuindo a carga horária, esclarece, ela seria obrigada a aumentar o quadro do magistério, o que resultaria em ficar mais remota a possibilidade de aumentar o salário do professor. Ela diz que não tem culpa, pois não tinha sido ela quem inventara a carga horária, que datava de 1946. Diz não ter culpa que algumas pessoas, por ganharem pouco, quisessem trabalhar menos. O que ela queria era melhorar o salário dos professores, mas não diminuindo a sua carga horária.

Observação: Aos 00:24:18 o áudio sofre um corte e entra outro áudio com o discurso do secretário de Estado de Fazenda, dr. Luiz Rogério Mitraud de Castro Leite, cujas informações são as que se seguem.

Ele discursa sobre o programa do Plano de Desenvolvimento Econômico e Social do Estado. Adianta que, com maior validade e maior relevância, o compromisso do governador era elevar o nível de bem-estar da população do Rio de Janeiro. Comenta que, no caso do servidor público, o IPERJ (Instituto de Previdência do Rio de Janeiro) realizava isso com o maior sucesso. Ele expressa, na pessoa do presidente Gilberto Lemos, todos os seus diretores e todos aqueles que tinham a iniciativa de coordenar e, acima de tudo, na presença de todos os servidores do IPERJ e do BANERJ (Banco do Estado do Rio de Janeiro) o agradecimento do secretário de Fazenda. Diz que, sem sombra de dúvida, nenhuma iniciativa, qualquer que ela fosse, teria condições de ser concretizada, se não houvesse uma consciência sobre essa iniciativa, por parte daqueles que executavam os trabalhos que eram planejados. Ele agradece a todos os servidores do estado, comuns a tais propósitos. Deseja que o IPERJ prosseguisse no trabalho de valorização dos recursos humanos que, por sua vez,



			valorizavam a administração. Observação: a gravação da rádio Roquete Pinto e encerra-se aos 00:26:43, sendo que a partir de então, até o fim da fita, conta-se uma história.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.343	F1: 41:43min	[1966/1967]	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Discurso sobre a Formação de Partidos Após o AI2</p> <p>Orador não identificado discorre sobre a ausência de renovação do comando da política no Brasil. Fala da sobrevivência de um estilo oligárquico, que afastava o povo das deliberações políticas. Comenta que tanto a ARENA (Aliança Renovadora Nacional), quanto o MDB (Movimento Democrático Brasileiro), assemelhavam-se muito aos antigos PRs (Partidos Republicanos) da República Velha, de natureza oligárquica. Considera legítima a formação de partidos. Diz que o AI-2, em seu artigo 18, que extinguiu os partidos, determinava, em parágrafo único, que novas agremiações partidárias seriam constituídas nos termos da lei eleitoral, elaborada pelo próprio governo, a Lei Orgânica dos Partidos, Nº 4740, de 15 /07/1965. Considera que se o artigo 18 fosse aproveitado para uma formação democrática de partidos, de baixo para cima, e não de cima para baixo, ele poderia ter uma fecundidade extrema para o reencontro do povo com as instituições políticas nacionais. Explica que o Ato Complementar Nº 4 havia criado os dois grupos fechados e, conseqüentemente, uma disposição que colidia com a do parágrafo único, do artigo 18, do AI-2. Ele salienta que um texto complementar não poderia colidir com um texto Constitucional. Anuncia que o partido que pretendia fundar seria constituído rigorosamente nos termos da Lei 4740/1965. Informa que estavam elaborando o programa do partido, que era uma exigência da lei, e cuidando da obtenção das assinaturas necessárias à sua constituição. Acredita que era hora da vida política brasileira girar em torno de compromissos de programas e não em torno de posições estritamente pessoais. Comenta que vinha mantendo contato com as áreas mais diversas da opinião pública e que poderia dizer que um movimento de renovação da vida política brasileira encontrava extrema receptividade. Defende eleições diretas, desde que se pudesse organizar livremente os partidos, do contrário, os candidatos a eleições diretas seriam escolhidos por dois clubes falsos. Ele deixa bem claro que, quanto à posição de Ademar de Barros, o movimento de renovação política do Brasil dificilmente se ajustaria à personalidade política dele, cujos métodos e processos políticos, o governador Carlos Lacerda condenava com veemência e convicção. Diz que seu manifesto, lançado em conjunto com um grupo de deputados, era uma tomada de posição, de luta, em favor da redemocratização do país. Um apelo</p>
<p>1. Assunto</p> <p>1. Faixa 1 Discurso sobre a Formação de Partidos Após o AI2</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Ausência de renovação do comando da política, sobrevivência do estilo oligárquico, ARENA, MDB, formação de partidos é legítima, AI-2 extinguiu os partidos, criação de novas agremiações partidárias, Lei Orgânica dos Partidos nº4740, de 15 /07/1965, artigo 18, Ato Complementar Nº 4, elaboração do programa do novo partido, eleições diretas, Ademar de Barros, manifesto para redemocratização do país, Carlos Lacerda de acordo com o manifesto, política econômico-financeira, definição de política externa, definição de estrutura político-administrativa</p>			



			<p>para que se esquecesse as distensões do passado, para que uma geração nova se reunisse e plantasse uma bandeira nova dentro das instituições políticas. Afirma que o governador Carlos Lacerda estava de acordo com o manifesto, mas nem pretendia ingressar no partido, nem tomar uma posição pública naquele momento. Menciona que as linhas fundamentais do manifesto, em sua parte crítica e de definição de posição, encontravam no governador todo o apoio. Ele fala que vozes de inconformismo, que retratavam o estado de espírito da opinião pública, se faziam ouvir, depois de um período de silêncio prolongado, no qual todos pareciam concordar com a imposição pela força. Ele salienta que Carlos Lacerda não havia tido nenhuma participação nas diretrizes básicas do manifesto, no texto do documento do novo partido. Explica que o programa teria três linhas fundamentais. Esclarece que se tratava de uma política econômico-financeira adaptada às condições de desigualdade social do país. Acredita que, para países dessa natureza, não existia nenhuma doutrina econômico-financeira a ser adotada na sua plenitude. Fala na definição de uma política externa e de uma definição de estrutura político-administrativa ajustada também à realidade do país.</p> <p>Observação: Aos 00:14:23 o áudio sofre um corte e entra outra gravação. Transmissão do lançamento de quatro retro-foguetes para manobra de reingresso de uma espaçonave, no programa <i>Voz da América</i>.</p>
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.344			Não digitalizada
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.345			Não digitalizada
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.346			Não digitalizada
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.347			Não digitalizada
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.348			Não digitalizada
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.349			Não digitalizada
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.350			Não digitalizada
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.351			Não digitalizada
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.352			Não digitalizada
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.353			Não digitalizada
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.354			Não digitalizada
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.355			Não digitalizada
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.356			Não digitalizada
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.357			Não digitalizada
1. Assunto			
1.1 Faixa 1			
Governador Carlos Lacerda Faz Discurso para os Novos Cidadãos que Entraram para a Polícia			
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.358	F1: 30 min F2: 2 min	F1: 23/04/1965 F2: s/d	<i>Faixa 1</i> Transmissão do Cargo de Governador ao Vice-Governador, Raphael de Almeida Magalhães O Governador Carlos Lacerda conta que, várias vezes, durante o seu mandato, transmitira,
1. Assunto			
1.1 Faixa 1			



<p>Transmissão do Cargo de Governador ao Vice-Governador, Raphael de Almeida Magalhães</p> <p>1.2 Faixa 2 Programa Vozes da Cidade da Rádio Roquette Pinto</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Transmissão de funções, continuidade administrativa, partido unido em torno da candidatura, desistência do vice-governador de concorrer à sua sucessão, apoio do partido à candidatura à Presidência da República, ressentimentos na UDN, alternativa à sua candidatura, transformação da “Revolução” em uma obra de administração e renovação nacional, campanha de sucessão nos estados</p> <p>2.2 Faixa 2 Programa Vozes da Cidade da Rádio Roquette Pinto</p>			<p>transitoriamente, as funções que ele exercia ao vice-governador, como também aos chefes dos outros dois poderes do estado, e sempre com uma inabalável confiança na perfeita continuidade administrativa. Porém, achava importante explicar as razões de seu afastamento temporário. Pede que os seus aliados se unissem, pois a luta deveria ser contra o adversário, que o era do estado, do país e do regime democrático. Ressalta que tinha procurado, de boa fé, uma solução que agradasse a todo o partido, para uni-lo em torno da candidatura. Lacerda comenta que diante da desistência do vice-governador de concorrer à sua sucessão e da desistência também do presidente da Assembleia, tinha sido aberto caminho para outra candidatura. Espera receber apoio do seu partido à sua candidatura à Presidência da República. Pergunta à UDN (União Democrática Nacional) da Guanabara se, como candidato a presidente da República, tinha o direito de orientar o seu partido, ou deveria receber imposições. Lacerda afirma que nunca se comprometera a dar emprego a todos os udenistas, quando assumisse o governo. Pede que acabassem os ressentimentos na UDN. Diz que, ou a UDN saía unida em torno do seu líder, ou teria que proclamar a repulsa à sua liderança. Lacerda afirma que sua arma era a comunicação com o povo e que não estava na vida pública para ser governador ou presidente, mas para servir como governador ou como presidente ao povo, a quem unicamente devia satisfações. Pergunta qual seria a alternativa à sua candidatura presidencial pela UDN. Para Lacerda, a destruição da sua candidatura levaria à ditadura, à aventura, ao imprevisto, ao imprevisível. Se havia outra candidatura da sua área, pede que digam qual seria. Mas, se não havia outras propostas, defende que a sua candidatura fosse definida como a solução para a transformação da “Revolução” em uma obra de administração e renovação nacional. Comunica que iria começar imediatamente a campanha de sucessão pelos estados, e estaria presente sempre que fosse necessário para reassumir o seu posto. Lacerda adverte que tinha certeza de que, convocado o povo e alertada a UDN para o perigo que ela o fazia correr, ou ela fazia cessar o perigo, ou teria que corrê-lo com ele.</p> <p><i>Faixa 2</i> Programa Vozes da Cidade da Rádio Roquette Pinto</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.359</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Homenagem do Congresso Mariano ao Governador Carlos</p>	<p>F1: 30 min F2: 6 min</p>	<p>F1: 01/04/1963 F2: 01/04/1963</p>	<p><i>Faixa 1</i> Homenagem do Congresso Mariano ao Governador Carlos Lacerda – Palácio Guanabara O governador Carlos Lacerda pergunta onde estavam os tanques, quando cubanos e russos levavam jovens brasileiros para treiná-los a matar soldados brasileiros. Conta que os tanques tinham</p>



Lacerda – Palácio Guanabara

1.2 Faixa 2

Entrevista com Neusa de Carvalho Costa, Assistente de Programação do Instituto Brasileiro da Universidade de Nova York, nos Estados Unidos

2. Temas

2.1 Faixa 1

Crítica ao ministro da Marinha, preocupação com eleições em 1965, Pernambuco entregue à Quinta Coluna comunista, Ministério do Trabalho programa greve dos bondes, nova taxa sobre a energia elétrica, intervenção na Guanabara, João Goulart perigo para a segurança nacional, plebiscito, expulsão dos asilados cubanos

2.2 Faixa 2

Neusa de Carvalho Costa, conferências de Érico Veríssimo e Juscelino Kubitschek, noite de poesia brasileira, planos do Instituto Brasileiro, orientação para os homens de negócio estrangeiros em visita ao Brasil

sido dados pelo Exército americano, para manter a liberdade e a unidade do continente. Lacerda critica o ministro da Marinha, que entrara na Assembleia Legislativa com latagões a tiracolo. O governador diz que fora uma cena digna da Alemanha de Hitler. Um almirante, acompanhado de outro almirante e vários comandados, de metralhadora em punho, entraram na Assembleia para lhe dar uma proteção que ele não pedira, pois não estava e nunca estaria ameaçado na Guanabara. Lacerda afirma que a sua preocupação era que houvessem eleições em 1965. Para ele, Pernambuco já estava entregue à Quinta Coluna comunista e a Guanabara, de uma hora para outra, pela insânia de alguns, pela traição de outros, pela leviandade de muitos e pela covardia de outros, poderia também ser traída e ocupada. Lacerda acusa o Ministério do Trabalho de estar programando uma greve dos bondes, para pagar como ordenado inicial 80 mil cruzeiros, quase quatro vezes o salário mínimo, o que levantaria o preço do bonde, no dia seguinte, se ele concordasse, para 56 cruzeiros, ao invés dos 10 ou 15 que custava naquele momento. Lacerda conta que para disfarçar este assalto ao povo, procurava-se lançar uma nova taxa sobre a energia elétrica, para, com o dinheiro do aumento do quilowatt elétrico, pagar disfarçadamente o aumento brutal do salário para os homens dos bondes. Lacerda aposta que o ministro do Trabalho iria colocar a culpa da greve no governo da Guanabara, para tentar uma intervenção que vinha sendo tentada todos os dias, desde que João Goulart assumira a Presidência. Lacerda acredita que todos os brasileiros de boa fé concordariam com os ministros militares, quando disseram, dois anos antes, que a posse de João Goulart representava um perigo para a segurança nacional. Lacerda acusa Goulart de ter mentido, dizendo ao povo que o plebiscito não seria vitória sua, mas das instituições e do regime. No dia seguinte, dissera ao mundo que o povo havia consagrado a sua pessoa e a sua força. Lacerda constata que os argumentos empregados contra o governo da Guanabara eram opostos aos usados para expulsar, do Brasil, os asilados cubanos. Lacerda conta que os asilados cubanos tinham sido expulsos sob o pretexto pueril de que estavam usando o asilo concedido para exercer atividades políticas. Lacerda questiona se o asilado, a vítima, poderia ser expulso e o algoz, o invasor, bem recebido.

Faixa 2

Entrevista com Neusa de Carvalho Costa, Assistente de Programação do Instituto Brasileiro da Universidade de Nova York, nos Estados Unidos

Neusa de Carvalho Costa discorre sobre as conferências de Érico Veríssimo e do senador



			Juscelino Kubitschek que fizeram muito sucesso e sobre um baile de carnaval, que também fora um sucesso. Comunica que, no dia seguinte, haveria uma noite de poesia brasileira. O repórter pergunta sobre os planos do Instituto Brasileiro e ela responde que pretendia continuar a série de conferências, promover uma noite de carnaval, talvez uma noite de São João, dar continuidade ao programa de orientação para os homens de negócio estrangeiros, que iriam visitar ou morar no Brasil, e aumentar o número de estudantes do Instituto.
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.360</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Discurso de Carlos Lacerda no Rio Comprido</p> <p>1.2 Faixa 2 Programa de Rádio - Conversa de Consultório Discussão sobre Câncer</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Construção de viaduto em cima da avenida Presidente Vargas, Paulo de Frontin saída para a BR1, Centro e praça da Bandeira, acabar o túnel Rebouças e o engarrafamento na região, prosseguir com a Radial Oeste, recuperar a cidade sem oficializar o jogo, oposição durante 20 anos, governo federal não ajudou o estado da Guanabara, casas para os favelados</p> <p>2.2 Faixa 2 Discussão sobre Câncer</p>	<p>F1: 15 min F2: 20 min</p>	<p>F1: [1963] F2: [1963]</p>	<p><i>Faixa 1</i> Discurso de Carlos Lacerda no Rio Comprido Carlos Lacerda fala que tinha ido ao Rio Comprido para resgatar uma velha dívida com o bairro que sempre o recebera com muito carinho. Ele anuncia que iria começar, em breve, a construir um viaduto, em cima da avenida Presidente Vargas, de forma a preparar a avenida Paulo de Frontin para ser a grande saída que levava a BR1, ao Centro, à praça da Bandeira. Desta maneira, quando o túnel Rebouças estivesse pronto, não haveria engarrafamento na região, incomodando a vizinhança. Lacerda diz que iria prosseguir com a Radial Oeste, para abrir o grande caminho pavimentado para o subúrbio. O governador se vangloria de ter conseguido recuperar a cidade, sem oficializar o jogo. Ele admite que havia pobreza e que era preciso acabar com ela, dar condições aos pobres para que melhorassem de vida. Ele defende que seria preciso deixar o pobre trabalhar e que os governos trabalhassem também. Lacerda lembra que tinha sido oposição durante 20 anos e que estava cansado, além de ouvir que era uma pessoa que só sabia falar, que não saberia governar. Lacerda lembra que pessoas tinham votado nele para ver sua caveira. Ele reclama que o governo federal não tinha ajudado o estado da Guanabara. Lacerda comenta que, em dois anos, o seu governo fizera em média mais casas para os favelados, em conjuntos habitacionais, do que todos os programas do governo federal destinados a este fim.</p> <p><i>Faixa 2</i> Programa de Rádio - Conversa de Consultório Discussão sobre Câncer.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.361</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 90º Aniversário da Convenção de Itu – Clube Lituano – Itu – SP</p> <p>1.2 Faixa 2 Discurso do Governador Carlos Lacerda na Cerimônia de</p>	<p>F1: 49:38min F2: 10:21min F3: 35:04min</p>	<p>F1: 18/03/1963 F2: [1963] F3: [1963]</p>	<p><i>Faixa 1</i> 90º Aniversário da Convenção de Itu – Clube Lituano – Itu – SP Transmissão da Rádio Roquette Pinto diretamente do Clube Ituano, em Itu Com a palavra o prefeito da cidade, Waldomiro Gomide Camargo. Ele anuncia as autoridades presentes a um encontro em Itu, entre elas o governador da Guanabara, Carlos Lacerda. O prefeito fala que se tratava da comemoração do nonagésimo aniversário da Convenção Republicana que traçara novos rumos</p>



Inauguração da Agência do BEG,
em Santa Cruz

1.3 Faixa 3

Gravação do Programa
Discanálise

2. Temas

2.1 Faixa 1

Comemoração do nonagésimo
aniversário da Convenção
Republica de Itu, ideal
republicano, líder nacional da
democracia cristã, admiração pelo
progressista estado da
Guanabara., Centro 11 de Agosto
da Faculdade de Direito de São
Paulo, prestação de contas,
aumento da oferta de vagas nas
escolas públicas, elogio à
Fundação Otávio Mangabeira,
obsessão com a educação, ações
na área de saúde pública,
fornecimento de água,
saneamento básico, crítica aos
comunistas, luta pela liberdade
nações capitalistas realizando
ideais socialistas, EUA: nação
mais industrializada e mais
agricultada, mecanização da
lavoura, reforma agrária, contra a
reforma da Constituição,
desnecessário mudar o texto
Constitucional

2.1 Faixa 2

Lei da Reforma Administrativa,
criação das administrações
regionais, povo carioca disposto a
defender sua terra, banco da
família de Santa Cruz

2.3 Faixa 3

Programa *Discanálise*, crítica de
discos, maestro e historiador
Sílvio Salema, Reforma
Administrativa, Região
Administrativa de Santa Cruz,
produção agrônoma de Santa
Cruz

à nação brasileira. Menciona a honra em receber
o governador da Guanabara e ressalta o ideal
republicano e a memória do marechal Deodoro da
Fonseca, cultuada pelo povo ituano. Refere-se ao
patrimônio repassado pelo regime republicano:
liberdade e respeito devotado aos semelhantes.
Acredita que se tratava da forma de governo dos
povos civilizados. Dirige-se à Lacerda, dizendo
que ele representava o líder nacional da
democracia cristã. Agradece a presença do
governador, enfatizando que o prefeito de Itu e o
povo ituano rendiam-lhe um preito de gratidão.
Deseja que a saudação, que fazia a Carlos
Lacerda, contivesse uma expressão de admiração
pelo jovem e progressista estado da Guanabara.
Pede que Deus velasse pela pessoa de Lacerda e
pela continuidade de sua trajetória vitoriosa, a
serviço da nação brasileira. Após o discurso do
prefeito de Itu, uma delegação do Centro 11 de
Agosto, da Faculdade de Direito de São Paulo,
saúda o governador Carlos Lacerda, através de
um representante, o acadêmico Francisco
Ramalho. Assume a palavra, então, o governador
da Guanabara, Carlos Lacerda. Ele agradece a
homenagem prestada. Menciona o encontro
cordial e em tão fraterna hospitalidade. Assinala
que se sentia no dever de aproveitar a
oportunidade, não tanto para prestar contas, mas
para fazer delas uma espécie de novo, crescente
motivo, para se crer no valor das ideias. Destaca
que nenhum ato de governo era gratuito; nenhum
ato de governo era improvisado; nenhum governo
fazia ou desfazia, sem que o fazer ou o desfazer
obedecesse a um princípio e decorresse de uma
ideia. Diz que, por toda a parte do Brasil, tanto se
falava do trabalhador, para explorá-lo, tanto se
falava do trabalhador, para atirá-lo contra os que
trabalhavam com ele, tanto se falava do
trabalhador, partindo da boca dos que nada
queriam com o trabalho. Acredita que seria
indispensável que se pusesse em relevo um fato,
como o aumento da oferta de vagas nas escolas
públicas da Guanabara. Exalta o papel exercido
pela Fundação Otávio Mangabeira. Salienta os
números alcançados com sua política na área de
educação. Ele informa que em lugar das 110 mil
crianças à espera de matrícula na Guanabara,
havia 15 mil matrículas à espera de crianças. E
pergunta: "Por que a obsessão com a educação?"
Ele ressalta a importância de se investir na
formação de profissionais, como próprio de um
governo democrático. Recita, reproduzindo o
mandamento de Sarmiento, que, "se o povo é
soberano, é preciso educar o soberano"; se o povo
iria governar, era preciso que ele se preparasse
para governar. Enfatiza as ações na área de saúde
pública implementadas pelo seu governo, no
estado da Guanabara. Discorre sobre a construção
de novos hospitais e a reforma dos já existentes.
Cita a renovação do quadro de funcionários. Ele



pergunta, por quê? Pelo desejo faraônico de construir e inaugurar? Responde que não, até porque as obras da Guanabara não tinham pedra fundamental e nem placa de bronze com o nome de seus autores. Refere-se à necessidade de se investir em saúde pública e fala das realizações de seu governo, em matéria de fornecimento de água e saneamento básico para a cidade do Rio de Janeiro. No meio de seu discurso, ele volta a criticar os comunistas, referindo-se a eles como 'esquerda reacionária'. Ele registra a luta pela liberdade no Brasil. Considera que as nações chamadas capitalistas estavam realizando, em suas sociedades, os ideais socialistas, com muito mais rapidez, com menos sacrifício e com muito maior solidez do que as "tristes nações do socialismo totalitário". Ressalta que a nação mais industrializada do mundo – os EUA - era também, e por isso mesmo, a mais agricultada. Ele cita a mecanização da lavoura, a utilização dos recursos técnicos na agricultura. Sobre a reforma agrária, diz que, sobrevoando-se o território de São Paulo, ver-se-ia que a reforma agrária estava sendo feita no Brasil. Não por meio de uma reforma, mas votando uma Constituição, pela qual São Paulo lutara. Mostra-se contra a reforma da Constituição, para se fazer reforma agrária, pois acha que seria desnecessário mudar o texto Constitucional para atingir esse objetivo. Exalta a mocidade da juventude brasileira e conta que era a ela que ele entregava tudo o que tinha feito e tudo o que ainda poderia fazer: escolas, hospitais, etc. Acrescenta que eram os jovens a maioria e a razão de ser da vida do brasileiro. Sustenta que o povo estava farto de palavras sem conteúdo e consequência. Após o discurso do governador Carlos Lacerda, executam o Hino Nacional brasileiro, cantado por todos os presentes.

Faixa 2

Discurso do Governador Carlos Lacerda na Cerimônia de Inauguração da Agência do BEG, em Santa Cruz

Carlos Lacerda discorre sobre a Lei da Reforma Administrativa e sobre a autorização, por lei, para a criação das administrações regionais. Enumera as vantagens da lei para a área de Santa Cruz. Lacerda afirma que a condição fundamental para se governar era resolver os problemas dos outros, como se fossem seus, e tratar as coisas dos outros, como se fossem suas, mas com a condição de saber que elas nunca seriam suas... Ele agradece a recepção do povo de Santa Cruz. Comenta que duas eram as razões do afeto e do carinho: uma, de ordem pessoal, era que as pessoas sabiam que vinha um homem que estava procurando cumprir o seu dever. Lacerda diz que isso não era nada demais, mas estava se tornando novidade no Brasil; a outra, de ordem inteiramente impessoal, era que o povo carioca estava disposto a defender



			<p>a terra carioca. Enfatiza que o povo carioca não desejava ofender e nem agredir ninguém, mas também não desejava nem ser ofendido, nem agredido. Desejava, sim, paz para trabalhar. Almejava governos honrados, que os pais poderiam mostrar aos filhos, como exemplo. Augura Lacerda que o banco fosse o banco da família de Santa Cruz, o banco do trabalho de Santa Cruz, o banco do progresso de Santa Cruz...</p> <p><i>Faixa 3</i> Gravação do Programa <i>Discanálise</i> Programa da rádio Roquette Pinto, considerado, pelo locutor, “o mais completo programa de crítica de discos” em que figurava o maestro e historiador Sílvio Salema, – o poeta da prosa -, Berlier Jr., o técnico de som Hildares de Paula e Borelli Filho, o produtor e apresentador do referido programa da rádio. Observação: Aos 00:25:37, o áudio sofre um corte e entra outra gravação contendo a voz do governador Carlos Lacerda, cujas informações são as que se seguem. Carlos Lacerda fala sobre a Reforma Administrativa que criou a Região Administrativa de Santa Cruz. Fala da produção agrônoma de Santa Cruz.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.362</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1.1 Faixa 1a Homenagem ao Governador Carlos Lacerda por Seus Amigos</p> <p>1.1.2 Faixa 1b Carlos Lacerda Fala sobre a Reforma da Polícia</p> <p>1.1.3 Faixa 1c Decreto de Criação da Escola Superior de Desenho Industrial</p> <p>1.1.4 Faixa 1d Cerimônia de Entrega de Cheque de 12 milhões de Cruzeiros da Souza Cruz ao Governo do Estado, para a Construção de uma Escola</p> <p>1.2 Faixa 2Entrevista com Carlos Lacerda</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1.1 Faixa 1a Desesperança do povo com a renúncia de Jânio Quadros, bode expiatório das culpas alheias,</p>	<p>F1a,b,c,d: 54:50min F2: 40min</p>	<p>F1a: 19/09/1961 F1b: 18/08/1961 F1c: 05/12/1962 F1d: 04/07/1962 F2: [1962/1963]</p>	<p><i>Faixa 1</i> Homenagem ao Governador Carlos Lacerda por Seus Amigos Carlos Lacerda agradece por ele e pelo mandato que lhe fora conferido. Exalta o povo brasileiro. Faz alusão à provação pela qual havia passado o povo brasileiro: menciona que nenhum homem era providencial, insubstituível. Comenta a desesperança do povo com a renúncia de Jânio Quadros. Ressalta que estava sendo tomado como bode expiatório das culpas alheias, por todo o processo de renúncia. Conta que, na verdade, quando percebera que se tramava um golpe contra a liberdade do povo brasileiro, ele tratara de denunciar. Ele pergunta que crime praticou, senão o de defender o Congresso, cujo desaparecimento se tramava... Exclama que, em cima de uma renúncia injusta e descabida, sobreviera uma espécie de escamoteação que se fez da vontade do povo, entronizando no governo federal um poder que o povo verdadeiramente não elegera e que não tinha o direito de tomar a nação em seu lugar. Acha que o povo havia lucrado com o regime parlamentar. E havia de fazê-lo funcionar de fato, de verdade, porque, até então, ainda não funcionara. Pedes que o primeiro ministro governasse e não um presidente, de um regime presidencial que já não existia mais. Acrescenta que se falavam de Constituição, era para cumpri-la; se falavam de Congresso, era para respeitá-lo. Considera que o parlamentarismo deveria ser obedecido e seguido, sob pena de se praticar um atentado à Constituição. Lacerda explica que não</p>



golpe contra a liberdade do povo brasileiro, defesa do Congresso, regime parlamentar, atentado à Constituição, necessidade de reformas profundas, reforma agrária democrática, movimento sindical livre e autêntico, direito de greve, reformas profundas na ordem brasileira, reformas institucionais e estruturais, abrir caminho aos comunistas, encargo de formar o antigo Distrito Federal, inflação, aumento do custo da vida, recurso do impeachment, defesa da legalidade democrática, violação da Constituição, guerra civil, fechamento da UNE, Partido Comunista fora da lei

2.1.2 Faixa 1b

Reforma da Polícia, segurança do estado e das instituições, associação com as corporações militares da pátria, associação com o Poder Judiciário, elogios a Hélio Tornaghi, aposentadoria da Justiça, especialização descentralização, máximo planejamento

2.1.3 Faixa 1c

Falta de homens capazes, crise da universidade, criação do Hospital de Clínicas, proletarização da medicina, Instituto de Engenharia Sanitária, Escola Superior de Desenho Industrial

1.1.4 Faixa 1d

Associação Brasileira de Imprensa, Herbert Moses, inauguração do primeiro ginásio industrial do estado, cuidado na escolha de nomes para as escolas, fator educativo

2.2 Faixa 2

Vacinação contra poliomielite de 93% das crianças, entre 4 meses e 6 anos, viagem de Lacerda aos EUA, resultados para a Guanabara, funcionamento da COPEG, Rio de Janeiro segundo polo industrial do país, criação da indústria siderúrgica e de zonas industriais, projeto revolucionário, aumento

confundia nunca a necessidade de reformas profundas no Brasil, a necessidade de uma reforma agrária democrática, a necessidade de um movimento sindical livre e autêntico, a necessidade de um direito de greve sagrado do trabalhador - como na Guanabara estava sendo respeitado, em seus primeiros meses de governo - com o desejo ou o "pseudo-aparente-alegado-inexistente" direito de usar a greve para derrubar as instituições democráticas, ou o direito de usar o acesso do trabalhador à terra para negar-lhe, afinal, a propriedade sobre a terra e convertê-lo em escravo do estado, que, por sua vez, seria propriedade de um partido. Denuncia este "feudo de um grupo de homens públicos que não se peja de serem donos de partidos e, através deles, donos de uma nação". Lacerda menciona que ele não confundia a necessidade de reformas profundas na ordem brasileira, de reformas institucionais e estruturais profundas e urgentes, com a agitação superficial, através da qual os oportunistas abriam caminho aos comunistas. Diz que não se cansava nunca de dizer que não levaria para o palácio Guanabara preconceitos pessoais, nem prevenções, nem ressentimentos, nem ódios. Afiança que quem tinha votado nele, votara para que ele fizesse o governo de todos, não o governo de alguns. Acrescenta que ele não premiava eleitores, governando para todos, indistintamente. Lacerda conta que recebera, assim como a ALEG (Assembleia Legislativa do Estado da Guanabara), o duro encargo de formar o antigo Distrito Federal, destruído num estado próspero, em que a vida do povo fosse menos angustiada. Considera que não era justo e, sobretudo, não era inteligente, que se atribuisse ao governador do estado as culpas da inflação, que era federal, do aumento do custo da vida, que não estava a seu alcance deter, a de não ter promovido no estado, até então, as reformas propostas por ele na campanha, pois elas não haviam sido sequer objeto de deliberação. Ele pede que os deputados dessem cumprimento à sua missão de legislar. Denuncia que haviam tentado invocar, por três vezes, em poucos meses, após sua posse, o recurso do impeachment. Menciona que a medida era ridícula, quase tanto quanto os que a defendiam e a propunham. Lacerda assegura que defendia a legalidade democrática. Salaria que a Constituição era violada por aqueles que mais alegavam defendê-la, porque pretendiam usar a liberdade que a Constituição dava à imprensa para, através da mesma imprensa, pregar a guerra civil, ou seja, o assassinato de irmãos por irmãos. Lacerda explica que fechara preventivamente a UNE, (união Nacional dos Estudantes) acrescentando que não se orgulhava disso, mas também não se arrependia, pois impedira, com isso, que ela fosse o valhacouto dos que conspiravam contra a Constituição. Ressalta que,



automático do funcionalismo sempre que aumentasse o salário mínimo, votação do código tributário, onda de assaltos, recursos para cobrir as sete mil vagas nos serviços policiais, excesso de camelôs

perante à justiça brasileira, o Partido Comunista era um partido fora da lei; perante a Constituição, as atividades comunistas eram proibidas por lei. Portanto, não permitir que tais atividades fossem exercidas era, para Lacerda, apenas cumprimento da lei. Prega a necessidade de união de todos, na defesa dos interesses do povo do estado da Guanabara frente à onda de intriga. Destaca a premência da defesa da liberdade do povo brasileiro contra o imperialismo comunista.

Observação: aos 00:25:26 o áudio sofre um corte e entra outra gravação, que consiste na cerimônia de posse do chefe de Polícia, Hélio Tornaghi, em 18 de agosto de 1961.

Faixa 1b

Carlos Lacerda Fala sobre a Reforma da Polícia
Carlos Lacerda diz que desejava, como governador do estado, trazer um breve relato de fatos e uma breve definição de princípios. Ele fala sobre a reforma da Polícia que deveria ter uma nítida caracterização, ou seja, duas grandes linhas de um sistema de segurança: a segurança do estado e de suas instituições, a qual, no estado da Guanabara, era indispensável à montagem e ao funcionamento de um dispositivo militar, em íntima e indissolúvel associação com as corporações militares da pátria; por outro lado, para sua eficiência, para a sua moralização, para o seu prestígio e para sua íntima e também indissolúvel associação com o Poder Judiciário, como preâmbulo, como vestíbulo desse poder soberano, que a todos os outros sobreleva, aquela Polícia chamada propriamente de Civil, não no sentido de Polícia à paisana, nem no sentido de oposição às Forças Armadas, mas, sim, no sentido da *civitas romana*, no sentido da garantia dos direitos da pessoa, da família, da propriedade e da ordem nos lares cariocas. Exalta o papel de outras corporações vinculadas à Secretaria Estadual de Segurança como a Polícia Militar, a Polícia de Vigilância e a Guarda Civil. Elogia a figura de Hélio Tornaghi como um especialista preparado para assumir o cargo, do qual estava tomando posse. Diz que se tratava de um homem da lei, preocupado com a ordem pública. Lacerda defende que os funcionários da Polícia recebessem a aposentadoria da Justiça, aos 25 anos de serviço. Defende a especialização, sim, mas, ao mesmo tempo, descentralizando, para que se fosse fiel à doutrina do governo, que era a do máximo planejamento e a da máxima descentralização. Lacerda comenta que os companheiros, os concidadãos militares, que até serviam à equipe do coronel Barros Nunes, eram indispensáveis ao estado, quer no gabinete do futuro secretário de Segurança, quer como auxiliares de confiança do chefe da Polícia. Ele salienta a presença, nos seus meses de governo, de homens como o coronel Lauro. No fim do



áudio ele dá as boas-vindas ao novo secretário.
Observação: aos 00:39:47 encerra-se o discurso do governador Carlos Lacerda, de posse do secretário Estadual de Segurança. Logo em seguida, entra outra gravação, realizada em 05 de dezembro de 1962, quando da assinatura do Decreto que criava a Escola Superior de Desenho Industrial.

Faixa 1c

Decreto de Criação da Escola Superior de Desenho Industrial

Com a palavra o governador Carlos Lacerda que aponta um dos grandes problemas do país: a falta de homens capazes, para a composição dos quadros nacionais. Ele fala do aumento da população e do aumento da exigência de civilização, por parte dela. Mas, diz que a crise da universidade, a crise de responsabilidade, a crise de uma autoridade verdadeiramente livre, porque consciente e capaz, fizeram com que a vida brasileira empobrecesse enormemente, criando um problema que foi a formação de uma democracia, sem a formação das elites populares que, realmente, lhe dessem significação, conteúdo e progresso autêntico. No plano do estado, ele cita, como esforço de superação da carência de quadros, a criação do Hospital de Clínicas para a universidade nascente do estado, de forma que os médicos saíssem da universidade em condições de serem médicos e não apenas com os seus diplomas debaixo do braço; a fim de que eles não 'proletarizassem' a medicina, transformando-a numa mera atividade profissional, nos azares e acasos dos ambulatórios; o Instituto de Engenharia Sanitária, a dar um sentido a toda política de saneamento. Ele diz que a Escola Superior de Desenho Industrial visava a formar quadros para utilização devida dos materiais e para a educação do gosto e do uso funcional de uma civilização industrial nascente. Visava também a uma alta tarefa, esta, sim, profundamente nacionalista: a de imprimir ao povo brasileiro, através dos produtos industriais que ele consumia, uma forma que lhe fosse própria, funcional e de sentido estético profundo. Ele diz que a escola significava, no limiar da idade industrial do Brasil, uma forma de dar melhores condições para que a "admirável, espontânea, extraordinariamente fecundante capacidade da inteligência e da imaginação do trabalhador e do técnico brasileiro" pudesse apropriar-se da técnica para lançar o "desenho industrial". Salienta que se tratava da primeira Escola Superior de Desenho Industrial da América Latina e agradece a presença de todos.

Observação: aos 00:49:37 o áudio sofre um corte e entra outra gravação, realizada em 04 de julho de 1962, na cerimônia de entrega de um cheque de 12 milhões de cruzeiros da Souza Cruz ao



governo do estado, para a construção de uma escola

Faixa 1d

Cerimônia de Entrega de Cheque de 12 milhões de Cruzeiros da Souza Cruz ao Governo do Estado, para a Construção de uma Escola

Carlos Lacerda salienta a gentileza do gesto e a tocante simplicidade com que velhos amigos seus compareciam, trazendo como porta-voz o “antigo capitão, caudilho, ditador benévolo e presidente perpétuo, por eleição, da Associação Brasileira de Imprensa” Herbert Moses. Diz que na semana seguinte, em prosseguimento ao programa educacional do governo da Guanabara, dar-se-ia a inauguração do primeiro ginásio industrial do estado, em Bonsucesso: o ginásio estadual D. João VI. Acrescenta que na primeira quinzena de julho, haveria também cinco escolas primárias a serem inauguradas. Ele destaca que a ideia da Companhia Souza Cruz coincidia exatamente com a do estado da Guanabara. Menciona que tinha tido um cuidado extremo na escolha de nomes para as escolas inauguradas pelo estado, por considerar o nome de uma escola fator educativo ou deseducativo. Refere-se ao nome da escola: Albino de Souza Cruz.

Faixa 2

Entrevista com Carlos Lacerda

Carlos Lacerda comemora a vacinação de 93% das crianças, entre 4 meses e 6 anos de idade, contra a poliomielite. Elogia a secretaria de Saúde do Estado e agradece a ajuda dos voluntários na campanha de vacinação de 430 mil crianças, em 6 dias. Perguntam sobre o que a viagem de Lacerda aos EUA havia rendido para a Guanabara. Lacerda responde que não fora ao Estados Unidos trazer dinheiro para o Brasil. Mas, conta que tinha aproveitado a viagem para tratar de assuntos relacionados à Guanabara e que, dentro de pouco tempo, as pessoas veriam o resultado. Perguntam sobre quando a COPEG (Companhia Progresso da Guanabara) começaria a funcionar. Lacerda promete que a COPEG começaria a funcionar em um mês. Ele afirma que depois que o Rio de Janeiro perdeu a capital, precisava consolidar-se como o segundo polo industrial do país. Para isso, seria importante a criação da indústria siderúrgica e de zonas industriais, com o estabelecimento de indústrias de transformação e indústrias leves. Perguntam sobre a novidade que o governo apresentaria no ano seguinte, em relação ao pagamento do funcionalismo do estado. Lacerda comenta que estava apresentando à Assembleia um projeto revolucionário. Explica que, partindo do princípio que 70% da arrecadação destinava-se ao pagamento do funcionalismo, o governo estava garantindo um aumento automático do funcionalismo, sempre



			<p>que aumentasse o salário mínimo. Com isso, estava sendo instituído o salário móvel. Afirma que a contrapartida deste salário móvel seria a votação, na Assembleia, do código tributário, ou de lei equivalente, que garantisse o aumento de arrecadação previsto. Acrescenta que pela previsão que fora feita, a receita deveria passar de 30 bilhões de cruzeiros naquele ano, para 50 bilhões de cruzeiros no ano seguinte. Conclui que com este aumento assegurado pela Assembleia, o plano poderia ser executado. O repórter pergunta quando iria parar a onda de assaltos à luz do dia. Lacerda responde que acabaria assim que o estado recebesse recursos para cobrir as sete mil vagas disponíveis nos serviços policiais do Rio de Janeiro. Esclarece que o objetivo era ter um elemento de polícia ostensiva a cada 500 metros da cidade. O governador cobra recursos do governo federal que transferira, desestruturada, a Polícia para o estado. O repórter fala sobre o excesso de camelôs na cidade. Lacerda retruca que não se acabava com camelôs só com o rapa ou expedições punitivas, mas com policiamento ostensivo. Adverte que alguns camelôs tinham licença para trabalhar, mas a maioria não tinha. Então, a solução era esperar pelo policiamento ostensivo.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.363</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Final da Reunião do Governador Carlos Lacerda com Médicos de Londrina</p> <p>1.2 Faixa 2 Final da Entrevista do Governador na TV Colorado do Paraná</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Aspectos do Serviço de Saúde Pública do país, baixo salário da classe médica, insatisfação, debates científicos e congressos da Associação Médica, financiamento da Alemanha</p> <p>2.2 Faixa 2 Fechamento da UNE, minoria comunista, crítica aos professores comunistas, única ideia, Estatuto da Terra, reforma agrária, financiamento, crédito, morte de 7 milhões de pessoas por fome, orçamento é espelho do plano de</p>	<p>F1: 16:39min F2: 47 min</p>	<p>F1: 10/10/1964 F2: [1964]</p>	<p><i>Faixa 1</i> Final da Reunião do Governador Carlos Lacerda com Médicos de Londrina Ouvem-se três vezes, o que dificulta um pouco a compreensão do assunto. Conversam, informalmente, sobre vários aspectos do Serviço de Saúde Pública do país, comparando o de vários estados da federação. Um deles assegura que a situação médica no Rio de Janeiro não tinha força nenhuma, pelo contrário, tinha em sentido contrário... Afirma que apenas 50% da classe médica, no Rio de Janeiro, pertencia ao estado da Guanabara, sendo que havia os que eram pertencentes aos institutos federais. Falam do baixo salário da classe médica e da insatisfação dela, da comunidade como elemento fiscalizador do serviço, dos debates científicos e congressos da Associação Médica, da capacidade e qualidade dos leitos dos estados e sobre o financiamento da Alemanha para a construção de novos hospitais.</p> <p><i>Faixa 2</i> Final da Entrevista do Governador na TV Colorado do Paraná Carlos Lacerda avisa que não era a favor do fechamento da UNE (União Nacional dos Estudantes), era a favor da abertura da UNE, fechada durante tantos anos. Defende que os estudantes democratas se organizassem e tomassem, das mãos da minoria comunista, as organizações. Critica os professores comunistas nas escolas, ou nas faculdades, que para ele eram medíocres por ensinarem uma única ideia aos</p>



<p>ação, UDN, compra das concessionárias</p>			<p>seus alunos, por não permitirem que os jovens tivessem acesso a outras opiniões. Carlos Lacerda recorda que já tinha falado na Universidade de Londrina sobre o Estatuto da Terra. Mas, para resumir, esclarece que era favorável à reforma agrária que estava sendo feita no Paraná, sem precisar modificar a Constituição. Porém, adverte que mesmo esta reforma precisava ser complementada com o preço mínimo, antes de semear o cereal. Defende um processo de financiamento que desse aos cereais conserváveis como arroz, feijão e milho, o mesmo crédito que tinha sido concedido ao café. Cita o caso de países que não tinham feito reforma agrária e exportavam alimentos para o Brasil e países, como a Rússia, em que a reforma agrária havia resultado na morte de 7 milhões de pessoas, por fome. Menciona que orçamento que tinha mandado para a Assembleia Legislativa, em 1965, dividia-se em custeio e investimento. Do orçamento de 400 bilhões de cruzeiros, 33% deveriam ser usados em investimento. Considera absolutamente necessário que o orçamento fosse um programa de governo. Diz que o orçamento deveria estar integrado ao Plano de Ação do Governo. Na Guanabara, o orçamento era o espelho do plano de ação. Lacerda explica que a UDN (União Democrática Nacional) aprovava a compra das concessionárias em condições menos ruins. Ele continua considerando um mau negócio, mas afirma que conseguiram comprar em condições melhores. Sustenta que a aquisição não era dos maiores erros.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.364</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Posse de Marcelo Garcia como Chefe de Gabinete - Palácio Guanabara</p> <p>1.2 Faixa 2 Entrevista de Otávio Faria nos Estados Unidos</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Governo democrático, Guanabara, ilha de trabalho, morte de John Kennedy, abrir portas do país para o invasor comunista, elogios a Marcelo Garcia</p> <p>2.2 Faixa 2 Entrevista com o bancário Otávio Faria, visita aos EUA,</p>	<p>F1: 10:20min F2: 08:27min</p>	<p>F1: 26/11/1963 F2: [1963]</p>	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Posse de Marcelo Garcia como Chefe de Gabinete - Palácio Guanabara</p> <p>Discurso do governador Carlos Lacerda, proferido no salão nobre do palácio Guanabara, quando da posse do chefe de gabinete, Marcelo Garcia. Ele comenta que Marcelo Garcia experimentara o amargo das decepções, das dificuldades, dos dissabores, dos obstáculos que se ofereciam, no país, a quem desejasse honradamente servir-lhe. No entanto, voltava ao lugar em que sofrera, mas para outra função. Lacerda menciona a necessidade de haver no país quem se ocupasse do povo de um todo, pois defensores de classes, de categorias ou de grupos existiam até demais. Mas, havia quem não tinha advogado, nem governo, nem quem reivindicasse por ele. Sustenta que governo democrático era, sobretudo, o governo da totalidade do povo. Acredita o governador que a Guanabara encontrava-se transformada numa ilha de trabalho e de esperança, no vórtice vertiginoso de irresponsabilidade e traição no qual estava convertido o país. Lembra do “traumatismo sofrido pela nação inteira” quando da morte de John Kennedy e a ele se refere como “presidente do mundo” e “chefe das nações livres”. Lacerda</p>



<p>sindicalismo brasileiro, Clayton Siley visita escolas americanas, Fundação Ford ajuda estado da Guanabara novas normas de educação planos-pilotos da Fundação Ford</p>			<p>afirma que era preciso divulgar que o país estava sendo invadido por um grupo de brasileiros que abriam as portas do país para o invasor comunista. Assegura que o Brasil não tinha mais governo, mas sim um bando de assaltantes, que o estavam devorando, traindo-o todos os dias. Ressalta que se levantava para dar ao povo do Brasil um exemplo de tranquilidade, no meio da tormenta, um exemplo de perseverança, no meio do desalento... Ele cita como exemplo as palavras de John Kennedy para a promoção de verdadeira revolução no Brasil. Sobre Marcelo Garcia, ele garante que era, naquele momento em que o presidente da República afirmava estar o país num caos, confessando ser ele mesmo o criador deste caos, que voltava um homem leal para servir ao governo da Guanabara, pelo sentimento do dever a cumprir. Isso constituía, para Lacerda, a mais alta retribuição, o mais valoroso estímulo e a certeza de que o caminho certo estava sendo trilhado: o caminho da honra, da lealdade, da integridade e do trabalho.</p> <p><i>Faixa 2</i> Entrevista de Otávio Faria nos Estados Unidos Com a palavra Otávio Faria, um bancário que se encontrava de visita aos EUA, em entrevista ao repórter Jack [Wild], para a série <i>Brasileiros nos Estados Unidos</i>. Há um grupo de sindicalistas. Uma pessoa fala em nome do sindicalismo brasileiro. Discorre sobre um sindicalismo livre, autêntico, sincero, que de fato fosse ao encontro dos interesses dos trabalhadores. Após a entrevista com Otávio Faria, há o áudio contendo a gravação feita na entrevista de Jack [Wild] com [Clayton Siley], que havia sido diretor da escola americana em São Paulo. Ressalta que estava lecionando educação na New York State College. Menciona que, no Brasil, suas atividades se limitaram ao campo educacional. Comenta que nas últimas seis semanas tivera a oportunidade de visitar as escolas americanas, junto com uma equipe da Fundação Ford. Diz que a Fundação Ford estava ajudando o estado da Guanabara a estabelecer novas normas de educação para as escolas destinadas a gente desfavorecida, nas favelas. Jack [Wild] pergunta que tipo de ajuda ele estava dando à Guanabara, no que diz respeito à educação, se era em planejamento, preparo dos professores, etc. Ele responde dizendo que eram planos-pilotos da Fundação Ford, nas favelas.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.365</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Discurso de Carlos Lacerda no Sorteio do Lar do Empregado Doméstico</p> <p>2. Temas</p>	<p>F1: 17:09min</p>	<p>F1: [1960/1961]</p>	<p><i>Faixa 1</i> Discurso de Carlos Lacerda no Sorteio do Lar do Empregado Doméstico Solenidade presidida pelo governador Carlos Lacerda. Realiza-se o primeiro sorteio do Lar do Empregado Doméstico, através da Loteria do Estado da Guanabara. Fala primeiro o presidente da Loteria do Estado da Guanabara, Celso Mendonça. Ele congratula-se com o governador,</p>



<p>2.1 Faixa 1 Loteria do Estado da Guanabara, dinheiro, aplicado na habitação popular, ágio com a venda de bilhetes, criação das casas para os empregados domésticos, desafio à CEF</p>			<p>salienta o trabalho realizado e o dinheiro adquirido e aplicado pela loteria do estado da Guanabara, não somente no que dizia respeito à habitação popular. Com a palavra o governador Carlos Lacerda que salienta a importância de cada um dos seus secretários presentes, na execução do trabalho. Fala sobre o que o motivou a criar o programa. Conta que, numa noite de insônia, ele pensou sobre o que poderia fazer com o ágio que a loteria do estado conseguia com a venda de bilhetes. Lembrou de um projeto seu, quando ele ainda era deputado, e que não havia sido votado ainda, de criação das casas para os empregados domésticos. Lacerda diz que a construção de 2, 3 ou 4 casas por mês não resolveria o problema de milhares de empregadas domésticos na Guanabara, mas criaria uma consciência do problema. Ele desafia a CEF (Caixa Econômica Federal), perguntando se ela ia ficar muito tempo sem empregar dinheiro na Guanabara, para a construção do lar da empregada, se ela ia ficar no chuveiro não molha... Anuncia que a Loteria do Estado da Guanabara iria dar o sinal e o exemplo. Lacerda assinala que desejava que aquele fosse o ponto de partida, o sinal de uma arrancada para melhorar a situação das “valerosas colaboradoras do lar carioca”. Ele agradece a presença de todos.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.366</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Entrevista do Governador Carlos Lacerda na TV Tupi de São Paulo, no Programa Pinga Fogo</p> <p>1.2 Faixa 2 Entrevista do Governador Carlos Lacerda na TV Tupi de São Paulo, no Programa Pinga Fogo</p>		<p>F1: 09/10/1964</p>	<p>Não digitalizada</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.367</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Discurso em Bebedouro, na Câmara Municipal, Quando o Governador Recebeu o Título de Cidadão da Cidade – Bebedouro – SP</p> <p>1.2 Faixa 2 Trata-se do Mesmo Áudio Apresentado na Fita de Rolo 370, Faixa 1</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Maior centro de fruticultura da</p>	<p>F1: 60 min F2: 05:39min</p>	<p>F1: 21/03/1964 F2: 21/03/1964</p>	<p><i>Faixa 1</i> Discurso em Bebedouro, na Câmara Municipal, Quando o Governador Recebeu o Título de Cidadão da Cidade – Bebedouro – SP O governador Carlos Lacerda agradece o título e afirma que tinha uma afinidade profunda e antiga que o ligava às atividades principais do povo do município paulista. Diz que Bebedouro era, então, um dos maiores centros de fruticultura da América Latina. Ele conta que foi criado entre árvores de fruta. Lacerda comenta que via uma nação em plena expansão, um país cuja população crescia, cuja capacidade crescia, cuja esperança crescia, cujo trabalho crescia, mas que sofria de uma espécie de maldição. Para Lacerda, o país passava por uma situação curiosa, porque o povo queria ordem, mas o governo não. Cita outros exemplos de desencontro entre o governo e o povo e critica a proposta do governo federal de fazer reformas de base. Ele nega que a agricultura</p>



<p>América Latina, nação sofria de uma espécie de maldição, desencontro entre o governo e o povo, crítica às reformas de base, industrialização financiada pela venda de produtos agrícolas, reforma agrária, Plano Trienal, Celso Furtado tamanho ideal, propriedade agrícola, construção de hospitais, inflação, obra da água, recursos dos Estados Unidos, verba dos impostos, plebiscito, parlamentarismo</p> <p>2.2 Faixa 2 Trata-se do Mesmo Áudio Apresentado na Fita de Rolo 370, Faixa 1</p>			<p>estivesse obsoleta ou anacrônica e diz que a industrialização no Brasil tinha sido financiada pela venda de produtos agrícolas. Defende que a reforma agrária deveria ser feita para industrializar a agricultura. Lacerda critica o orçamento do Ministério da Agricultura, de apenas 4 %. Refere-se à página 141, do Plano Trienal, elaborado por Celso Furtado e aprovado pelo presidente da República, em que estava escrito que o tamanho ideal de qualquer propriedade agrícola, para ser economicamente rentável, deveria ser de, no mínimo, 50 hectares, e um máximo de 10 mil hectares. Ele diz que Celso Furtado ainda explica que, para baixo, seria minifúndio, não daria certo, para cima, seria latifúndio, não convinha, explica Celso Furtado. Lacerda esclarece que no Plano Trienal também constava uma estatística que demonstrava que mais de 70 % das propriedades agrícolas no Brasil tinham menos de 50 hectares. Lacerda considera que apenas 1% das propriedades agrícolas no Brasil tinham mais de 10 mil hectares e propõe que a reforma agrária começasse pelos minifúndios. Assinala que sozinho não poderia fazer nada, porque não era mágico, mas acredita que, junto com a população, poderia fazer muita coisa pelo Brasil, em cinco anos. Lacerda fala sobre o seu governo na Guanabara, ressaltando a construção de hospitais. Reclama da inflação que encarecera a obra da água na Guanabara. Ele nega que recebesse muitos recursos dos Estados Unidos, garante que a maior parte da verba do governo era originária dos impostos. Menciona que iria voltar à cidade para pedir votos. Ironiza os legalistas que, segundo ele, haviam jurado defender a Constituição e o parlamentarismo, porém, depois, decidiram reformar a Constituição e fazer um plebiscito para acabar com o parlamentarismo.</p> <p><i>Faixa 2</i> Trata-se do Mesmo Áudio Apresentado na fita de Rolo 370, Faixa 1.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.368</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Marcha da Família com Deus Pela Liberdade - Escadaria do Palácio Guanabara</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Festa da justiça, vitória sem guerra sobre o comunismo, vontade do povo, elogio às Forças Armadas, defender a liberdade, a unidade e a integridade do Brasil,</p>	<p>F1: 42 min</p>	<p>F1: 02/04/1964</p>	<p><i>Faixa 1</i> Marcha da Família com Deus Pela Liberdade - Escadaria do Palácio Guanabara Carlos Lacerda anuncia que, em toda parte do Brasil, estava sendo celebrada a festa da justiça. Pede que todos rendessem graças a Deus que realizara o milagre, que até então não havia acontecido em nenhum lugar do mundo, uma vitória sem guerra sobre o comunismo. Afirma que os brasileiros tinham dado uma lição de como se continham os agressores, com a vontade do povo. Elogia as Forças Armadas do Brasil, naquele momento culminante de sua luminosa história de amor e fidelidade à pátria. Conta que não sabia de outro instante, da vida militar brasileira, em que as Forças Armadas tivessem sido chamadas com tanta urgência a defender a</p>



<p>elogios aos generais Costa e Silva, Castelo Branco, Amaury Krueel, Mourão Filho e Eurico Gaspar Dutra, evitar a guerra civil, povo brasileiro altamente politizado, diferença entre demagogia e democracia, reforma das mentalidades, povo na rua era advertência aos dirigentes, comunismo na Petrobras, colunas marchando em defesa da liberdade</p>			<p>liberdade, a unidade e a integridade do Brasil. Acha que as Forças Armadas mereciam a confiança da população. Faz elogios aos generais Costa e Silva, Castelo Branco, Amaury Krueel e Mourão Filho. Considera que este último teve a compreensão da necessidade de agir rapidamente para evitar a guerra civil e, ao mesmo tempo, a escravidão para os brasileiros. Assinala que devia uma palavra de reconhecimento ao eminente marechal Eurico Gaspar Dutra. Acha que se alguma coisa poderia ser considerada animadora no Brasil era que o povo brasileiro estava altamente politizado, capaz de compreender a diferença entre demagogia e democracia. Lacerda afirma que o povo brasileiro queria as reformas e elas teriam que ser feitas, mas que o povo queria as reformas através da reforma das mentalidades, dos métodos, dos modos de governar o Brasil. Acredita que a ida do povo à rua servia como uma advertência aos dirigentes do Brasil. Comemora a posse do novo presidente da Petrobras, general Mourão Filho. Mesmo que alguém diga que ele não entendia de petróleo, Lacerda argumenta que os que lá estavam também não entendiam. Mas, ele pensa que para haver petróleo era preciso não haver comunismo na Petrobras. Agradece ao povo por não desanimar, e conta um segredo; que ao receber, na avenida Brasil, as colunas do general Muricy, do general Mourão, do coronel Linhares e de seus valorosos camaradas, ouviu de um major do Regimento Sampaio que tinha sido mandado para combater os seus irmãos e com eles acabou por confraternizar, que não poderia mais aparecer em casa, se desse um tiro contra os que defendiam a liberdade no Brasil.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.369</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1.1 Faixa 1a Entrevista com Mané Garrincha</p> <p>1.1.2 Faixa 1b Discurso do Presidente Jânio Quadros</p> <p>2.2 Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Família de flamenguistas, Mané Garrincha defendia as cores do Botafogo, transferência para o exterior, passarinho “Maynard”</p> <p>2.2 Faixa 2 Conjuntura político-econômica, conjuntura internacional, luta conta a ditadura, reformas no</p>	<p>F1: 29:45min</p>	<p>F1a: [1962/1965] F1b: [1964/1965]</p>	<p><i>Faixa 1a</i> Entrevista com Mané Garrincha No início da fita, até aos 01:58, trata-se de uma entrevista com Mané Garrincha, falando sobre vários assuntos. Menciona que na sua família todos eram flamenguistas, inclusive ele, que havia sido flamenguista quando era garoto, mas que, naquele momento, era Botafogo, pois eram as cores do Botafogo que ele defendia. Discorre sobre a possibilidade de ele se transferir para o exterior e, indo jogar lá fora, levaria seu passarinho, o “Maynard”. Ele agradece ao governador Carlos Lacerda pela gentileza de ter encaminhado o passarinho à sua casa. Após a entrevista de Garrincha, a gravação sofre um corte e entra outro áudio, cujas informações são as que se seguem.</p> <p><i>Faixa 1b</i> Discurso do Presidente Jânio Quadros O ex-presidente da República, Jânio Quadros, discorre sobre a conjuntura político-econômica numa perspectiva micro, a partir do estado da Guanabara, a uma macro, que dizia respeito ao</p>



<p>Brasil, diretrizes do país no campo internacional, insatisfação da UDN, invasão russa, relação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, golpe de 1964, crise institucional, conflito dos poderes, papel dos militares, sistema parlamentarista</p>			<p>Brasil, em relação à conjuntura internacional. Narra o travamento entre democratas e comunistas e a luta contra a ditadura. Comenta as reformas no Brasil e as diretrizes do país no campo internacional. Alude a uma declaração de Carlos Lacerda sobre a política exterior do Brasil, em que ele afirma que ela estava destruindo a unidade do sentimento americano e colocando o Brasil como cabeça do corpo diplomático, para a Rússia completar o que militarmente iniciara em Cuba. Ele menciona a insatisfação da UDN (União Democrática Nacional) com a política que se praticava no período. Fala, também, sobre a relação entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo no Brasil e sobre a destituição do Poder Executivo Federal, quando do golpe de 1964. Comenta a crise institucional, o conflito dos poderes, o papel dos militares. o sistema parlamentarista implantado no Brasil.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.370</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1</p> <p>Conteúdo Igual ao da Fita 367</p> <p>Discurso em Bebedouro, na Câmara Municipal, Quando o Governador Recebeu o Título de Cidadão da Cidade – Bebedouro – SP</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1</p> <p>Maior centro de fruticultura da América Latina, nação sofria de uma espécie de maldição, desencontro entre o governo e o povo, crítica às reformas de base, industrialização financiada pela venda de produtos agrícolas, reforma agrária, Plano Trienal, Celso Furtado tamanho ideal da propriedade agrícola, voto ao analfabeto empobrecimento nacional, SUPRA, crítica à <i>Última Hora</i>, Darcy Ribeiro conhecia economia em língua tupi-guarani, reforma agrária italiana, salto sobre o atraso, Partido Comunista, crédito para o agricultor, oferta de escola para as crianças, sindicatos livres, peste do trabalhismo, modernização da agricultura.</p>	<p>F1: 35:54min</p>	<p>F1: 21/03/1964</p>	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Conteúdo Igual ao da Fita 367</p> <p>Discurso do Governador Carlos Lacerda em Bebedouro, na Cerimônia de Entrega do Título de Cidadão Bebedourense</p> <p>Carlos Lacerda menciona que o título que acabara de receber tinha sido o primeiro que recebia em São Paulo, naquela fase de sua tumultuosa vida pública. Ele discorre sobre a ligação entre ele e o povo de Bebedouro que resultou no projeto da Câmara de Bebedouro de conferir-lhe o título recebido. Refere-se à vocação de centro de fruticultura latino-americano da cidade de Bebedouro e diz que foi criado entre árvores de frutas e cresceu chupando mangas cultivadas por sua avó e, por conta disso, fala da emoção e compreensão fraterna com que recebia, na terra da fruticultura, o diploma que vinha como o “perfume da infância”, quase com o sabor na boca das frutas de sua meninice... Ele ressalta que não tinha ido aos cidadãos de Bebedouro falar do passado político e de todas as brigas, querelas, intrigas, calúnias, desentendimentos... Assegura que não tinha tempo para falar do passado, pois não tinha tempo de odiar ninguém. Salienta a juventude do país e o fato de ela ser a maioria, que vivia metida no presente e debruçada sobre o futuro. Comunica que vinha falar sobre o presente, mas para limpá-lo e preparar o futuro. Assinala a expansão do Brasil, o crescimento em termos de população, capacidade, esperança, trabalho. Mas, diz que o Brasil ainda sofria com uma espécie de maldição, uma espécie de praga, que não havia encontrado ainda o seu inseticida, uma espécie de mosca do Mediterrâneo... Diz que havia uma situação curiosa no país: o povo inteiro querendo ordem e o governo dizendo: “não, ordem não!” O povo inteiro querendo trabalhar e o governo dizendo: “Não, só tem garantia quem não quiser trabalhar!” Um povo se matando para pagar um exército para defendê-lo e o Exército se</p>



fartando para garantir os traidores da pátria. Um povo inteiro querendo progredir, e progredindo, querendo reformas e o governo dizendo: “reformas, não! Só depois de rasgar a Constituição!” O povo querendo escolas e um governo, trinta anos depois de fundar o MEC (Ministério de Educação e Cultura), dizendo: “Desista de escolas, vamos dar logo o voto ao analfabeto, porque nunca ensinaremos ninguém a ler!” Ele exalta os trabalhadores do Brasil, cita os trabalhadores rurais, o roceiro, o matuto de Monteiro Lobato, o caipira bom, leal e generoso, o valente, o bravo, o valoroso sertanejo. menciona que o trabalhador brasileiro estava sendo usado contra si mesmo, depois de reduzido à miséria, estava tendo sua pobreza explorada pelos que enriqueceram à custa do empobrecimento nacional. Lacerda mostra-se contra a reforma de base, da qual diziam que carecia o país. Ele salienta que o problema não era um problema de estrutura de base. Adverte que a agricultura, que chamavam de anacrônica e obsoleta, tinha sido a que sustentara o país até então, financiando Brasília, a industrialização, etc. Acredita que as fábricas do Brasil haviam sido feitas com o dinheiro das laranjas exportadas. Sustenta que o Brasil necessitava no não era a reforma agrária que consistia em retalhar a terra, mas, sim, aquela que previa a industrialização da lavoura. Lacerda fala do “moço da SUPRA (Superintendência de Reforma Agrária)” que andava saindo pelas portas dos fundos de várias faculdades... Que era um jornalista da *Última Hora*, “jornal fundado com o dinheiro do Banco do Brasil e que, durante a guerra, recebia dinheiro da embaixada nazista”, sendo um jornal “facadista, vigarista, picareta, achacador”, que passara a dirigir um órgão que valia mais do que o Ministério da Agricultura, pois Lacerda salienta que, quanto mais se falava em reforma agrária, menos dinheiro se dava ao Ministério, que ocupava 4% do orçamento da República. Lacerda diz que não sabia se o autor consultado pelo presidente da República era o professor Darcy Ribeiro que, segundo ele, conhecia economia em língua tupi-guarani e conseguira ser reitor de universidade, sem ser professor, e ser professor catedrático, sem nunca ter feito concurso. Reafirma que não tinha certeza se era ele, mas diz que gostaria que o presidente da República, que segundo o governador, estava lhe dedicando vários discursos, o que muito o honrava, pois nunca, um presidente só, falara tantas vezes sobre um candidato só, soubesse que a Itália. que ele tinha citado como exemplo, fizera uma reforma agrária completamente diferente do que ele pensava. Conta que a Itália fizera a revolução pelas mãos de um democrata cristão que não escondia suas opiniões: (Alcide) De Gasperi. Sustenta Lacerda que a reforma agrária



			<p>italiana era um exemplo de salto sobre o atraso, de um ato de confiança e fé no valor do trabalhador agrícola. Era, portanto, completamente diferente da reforma da picaretagem, do achaque, da coação e da subversão... Afiança que o Partido Comunista acreditava na salvação do povo no dia em que ele estivesse sozinho no poder, numa ditadura, imposta através de uma revolução. Afirma que o partido não podia querer uma reforma boa, pois com uma reforma boa ele não teria jeito de fazer a sua revolução. Conclui que o comunismo não queria reforma. Sobre a reforma agrária, ele defende a concessão de crédito para o agricultor, a oferta de escola para as crianças, não só para ensinar a ler, também para formar os jovens líderes da reforma agrária no campo. Ele assinala a necessidade dos sindicatos serem livres, livres dos patrões, livres dos partidos, da peste do trabalhismo que era o pelego. Prega eleições sindicais autênticas e livres, sob a garantia da Justiça do Trabalho e não do Ministério do Trabalho. Ele acredita que reforma agrária seria começar a trabalhar numa determinada direção, com planejamento, fazendo primeiro o que deveria ser feito primeiro, e fazendo primeiro o que interessava a um maior número de brasileiros, deixando para depois o que se poderia deixar para depois, reconhecendo que um governo não poderia fazer tudo, mas deveria fazer tudo o que podia, dando, a cada um, a consciência da sua importância e da sua responsabilidade. Assim, a reforma estaria se fazendo. Acrescenta que o que se estava conseguindo era lançar brasileiros contra brasileiros, em nome de uma reforma a favor do Brasil. Lacerda lembra que a reforma agrária russa produzira 7 milhões de mortos de fome. Critica as reformas agrárias no México e cita a página 141, do Plano Trienal, aprovado pelo presidente da República: “o tamanho ideal de qualquer propriedade agrícola, para ser economicamente rentável, para se poder viver com ela, deveria ser de, no mínimo, 50 hectares, e, no máximo de 10 mil hectares. Para baixo, era minifúndio; para cima, latifúndio. Ele cita o recenseamento de 1950, a percentagem de propriedade agrícola no Brasil com menos de 50 hectares era mais de 70%. Ou seja, segundo a definição do Plano Trienal, do governo João Goulart, mais de 70% das propriedades agrícolas no Brasil eram minifúndios, sendo que apenas 1,1% de tais propriedades tinham mais de 10 mil hectares. Lacerda pergunta: “Onde está o latifúndio?” Ele sugere a modernização da agricultura.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.371</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1</p>	<p>F1; 35 min</p>	<p>F1: 18/08/1961</p>	<p>Faixa 1</p> <p>Entrevista do Governador Carlos Lacerda à Imprensa, no Palácio Guanabara</p> <p>O repórter pergunta se Lacerda havia rompido com o governo federal e o que ele achava da</p>



<p>Entrevista do Governador Carlos Lacerda à Imprensa, no Palácio Guanabara</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1</p> <p>Rompimento com o governo federal, política externa do governo, reatamento de relações com a Rússia, infiltração da Rússia no Brasil, defende-se da acusação de ser direitista, Critica Jânio Quadros e Fidel Castro, democracia direta de Che Guevara, Cuba é democracia de fuzilamento, conceitos de esquerda e direita</p>			<p>política externa do governo. Lacerda responde que não havia motivos para rompimento e declara que não era contra ao reatamento de relações com a Rússia, mas contra a infiltração da Rússia no Brasil. Explica que aproximação com os países da Cortina de Ferro estava sendo conduzida de maneira errada. Compara a situação com a época da Alemanha de Hitler, quando havia muita gente impressionada com os mercados do Eixo, dando uma importância excessiva, como solução para a produção brasileira. Lacerda alerta que o Brasil não estava preparado para enfrentar a responsabilidade de uma convivência com os comunistas, sem cair na mão deles. Ele despreza o oferecimento de medalhas a caixeiros viajantes da Rússia no Brasil. O que Lacerda achava grave era não perceberem que o problema não seria agradar ao americano, mas defender o Brasil. Lacerda se defende da acusação de ser direitista e reacionário e diz que estas pessoas que o acusavam eram as mesmas que chamavam de comunistas os que não queriam se aproximar do fascismo. Critica a preocupação apenas com a autodeterminação do Congo Belga, enquanto não se falava sobre a autodeterminação dos alemães em Berlim. Critica Jânio Quadros por tratar a Rússia melhor do que os aliados do Brasil e afirma que tinha apoiado Fidel Castro, enquanto ele dizia que não era comunista. Para Lacerda, a maioria do povo brasileiro não apoiava o comunismo, porque se apoiasse, o comunismo já teria sido implantado aqui, devido às condições favoráveis, como a pobreza, ignorância, revolta e injustiça. Lacerda cobra protestos da esquerda pela negação do direito de greve na Rússia ou em Cuba. Pede que se manifestem sobre o conceito de democracia direta de Che Guevara, ou seja, na praça pública o sujeito dava gritos, ele interpretava e executava o que tinha sido gritado. Lacerda diz que Cuba era uma democracia de fuzilamento. Falando sobre os conceitos de esquerda e direita, Lacerda conta uma conversa que teve com o ministro Horta, em que este lhe disse que, na sua juventude, considerava-se de esquerda, porque defendia o direito de greve, eleições livres, liberdade de pensamento, julgamentos apenas com pleno direito de defesa do réu, entre outras coisas. Quem era contra isso era de direita. Mas, o ministro reclama que então era o contrário, os que defendiam Cuba, Rússia e a Alemanha comunista eram os de esquerda. E ele, que continuava defendendo as mesmas coisas, era chamado de reacionário, direitista.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.372</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1</p> <p>Posse do Novo Secretário de Viação, Enaldo Cravo Peixoto</p>	<p>F1: 15 min</p>	<p>F1: 24/04/1962</p>	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Posse do Novo Secretário de Viação, Enaldo Cravo Peixoto</p> <p>O governador Carlos Lacerda elogia os servidores do estado da Guanabara. Critica a imprensa que, de acordo com ele, procurava sempre acentuar o erro, pôr em relevo o desacerto, mas esquecia</p>



<p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1</p> <p>Elogio aos servidores do estado, crítica à imprensa, deputados vendidos, funcionários recebem propinas, projetos substanciais não tinham sido votados, recusava-se a comprar votos, elogio a Cravo Peixoto, criação da SURSAN, esvaziamento da Secretaria de Viação, reforma estrutural completa, crítica ao excesso de burocracia</p>			<p>sempre, e sempre menosprezava, todo o esforço sincero e todo o resultado autêntico. Comenta que no estado tinham se instalado forças infernais, mas não ocultas, porque todos as conheciam. Eram deputados que se vendiam, funcionários que trocavam por propinas os seus despachos nos papéis dos contribuintes, homens que se alugavam, que se destruíam a si próprios, moralmente. Reclama que depois de quase um ano, projetos substanciais para a vida do estado ainda não tinham sido votados e corriam o risco de serem desfigurados, a despeito da resistência de uma bancada merecedora do seu apreço. Lacerda afirma que esta situação ocorria porque o seu governo recusava-se a comprar votos. Elogia Cravo Peixoto, que assumiria a Secretaria de Viação, acumulando o cargo de presidente da SURSAN (Superintendência de Urbanização e Saneamento). Diz que a criação da SURSAN tinha esvaziado a Secretaria de Viação. Menciona que, com a entrada de Cravo Peixoto, o objetivo era integrar o DER (Departamento de Estrada de Rodagem) à Secretaria de Viação e à SURSAN. Para Lacerda, a Secretaria de Viação precisava de uma reforma estrutural completa, para que um papel da Diretoria de Obras não tivesse que passar seis vezes pelo Gabinete do secretário, antes de obter um despacho final. Lacerda critica o excesso de burocracia e defende uma estrutura mais sólida e, ao mesmo tempo, mais leve.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.373</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1</p> <p>Governador Carlos Lacerda em Uruguiana – RS</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1</p> <p>Revolução através das reformas, reforma agrária, Rússia compra trigo dos Estados Unidos, crise de desabastecimento na Guanabara, crítica ao modelo de reforma agrária do governo federal, Ministério da Educação, reforma de base, acabar com o analfabetismo, crítica ao Ministério da Saúde, volta da malária, inflação</p>	<p>F1; 50 min</p>	<p>F1: 22/02/1964</p>	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Governador Carlos Lacerda em Uruguiana – RS</p> <p>O governador Carlos Lacerda confessa que estava emocionado pela recepção fraterna que estava tendo no Rio Grande do Sul. Lacerda fala sobre a caravana, pelo estado, que fizera com o seu pai, quando era criança. O governador diz que do ódio só conhecia o que tinham contra ele, e comunica que trazia uma mensagem de esperança e pede que o povo se unisse, para devolver ao Brasil a coragem perdida. Discorre sobre o seu governo na Guanabara que, segundo ele, era baseado na aplicação de três princípios que estavam nos Evangelhos e na Constituição. Lacerda anuncia que pretendia fazer a revolução através das reformas. Ele admite que era preciso fazer uma reforma agrária, mas não uma semelhante á da Rússia. Lacerda ressalta que, como resultado da reforma agrária, a Rússia tivera que comprar trigo dos Estados Unidos. Comenta a crise de desabastecimento na Guanabara e acusa os políticos do Rio Grande do Sul de reterem o arroz, para fazer, do trabalho dos trabalhadores dos arrozais gaúchos, moeda para troca de votos. Volta a criticar o modelo de reforma agrária proposta pelo governo federal. Defende que o Rio Grande do Sul não fosse apenas o celeiro do Brasil, mas também tivesse um parque industrial. Afirma que apenas o RS e Santa Catarina podiam se gabar de ter o carvão na porta de casa. Lacerda</p>



			<p>acha que o Ministério da Educação precisava de uma reforma de base, para acabar com o analfabetismo. Critica o Ministério da Saúde por não ter evitado a volta da malária. Ironiza o governo federal, por queixar-se das coisas que ele próprio tinha feito ou deixara de fazer. Fala que a inflação não era como a seca, um flagelo da natureza, e que não era Deus que, de noite, entrava na Casa da Moeda e imprimia moeda falsa, para aguar o salário dos trabalhadores. Lacerda admite que já cometera erros e talvez o maior deles tenha sido deixar que confundissem a sua indignação, sem rancores, com o ódio com que outros tinham procurado destruí-lo. Assegura que nunca odiara ninguém, mas nunca perdera a capacidade de se indignar e de lutar. Garante que o mandato que recebesse, força nenhuma poderia tirar, nem forças ocultas. Salienta que havia formado sua consciência no cárcere, na escola e no trabalho.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.374</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Governador Carlos Lacerda Recebe o Título de Cidadão Sergipano – Sergipe</p> <p>1.2 Faixa 2 Continuação da Faixa 1</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Anúncio da candidatura à Presidência, objeções à candidatura, explicar a “Revolução” no exterior, resistência desmoraliza militarmente o adversário, reforma no governo, construído na base do improvisado, UDN merecia crédito, “Revolução” contra o comunismo e a corrupção, destino da democracia no país, não fazia oposição ao presidente Castelo Branco, não desejavam o êxito da sua candidatura</p> <p>2.2 Faixa 2 Elogia o povo carioca, cercado no palácio Guanabara, Critica os jornais, jornais não conseguiam ludibriar o povo, nação entregue a um homem honrado, desenvolvimento com inflação, deflação sem desenvolvimento.</p>	<p>F1: 65 min F2: 70 min</p>	<p>F1: 01/11/1964 F2: 01/11/1964</p>	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Governador Carlos Lacerda Recebe o Título de Cidadão Sergipano – Sergipe</p> <p>O governador Carlos Lacerda comenta que os adversários da UDN (União Democrática Nacional) estavam interessados em adiar o anúncio da sua candidatura à Presidência. Ele começa a responder às objeções mais frequentes à sua candidatura. A primeira era que o governo da “Revolução” precisava de paz e não de agitação, para cumprir a sua missão. Lacerda nega que iria fazer agitação contra o governo. Fala que, depois de explicar a “Revolução” no exterior, precisava explicá-la para o povo brasileiro. Esclarece que o governo fora entregue ao general Castelo Branco por sua iniciativa e dos outros governadores. Admite que todos esperavam que o adversário oferecesse mais resistência. Conta que se recusara a sair do Palácio Guanabara e que a sua resistência havia contribuído para desmoralizar militarmente o adversário e garantir mais adesões à “Revolução”. Lacerda rejeita a opinião dos que não fizeram a “Revolução”, dos que não quiseram e dos que aderiram a ela nos últimos minutos, sobre como ele deveria agir para salvá-la. Considera que era necessário fazer uma reforma no governo, que fora construído na base do improvisado, contando com membros da UDN, mas também de outros partidos e técnicos que serviam a qualquer governo. Ele acha normal que a UDN recebesse críticas por tudo que a “Revolução” não fizesse ou fizesse errado. Entretanto, Lacerda considera que a UDN merecia crédito por tudo que a “Revolução” fizesse de certo. Assinala que o povo tinha entendido que a “Revolução” fora contra o comunismo e a corrupção, mas ainda não sabia a favor do que ela tinha sido feita. Para ele, caberia às forças políticas democráticas do país formarem um programa de ação que, canalizasse, para o</p>



regime de transição, a ordem, a lei e a preparação de eleições livres e limpas, garantindo, assim, a continuidade da “Revolução”. Lacerda diz que a UDN era o intermediário entre o povo e o governo. Acredita que a convenção e o resultado dela transcendiam os limites do partido e interessavam a integrantes de outros partidos, ou mesmo a quem, fora dos partidos, tivesse a preocupação sincera com o destino da democracia no país. Explica que a outra objeção, que sempre ouvia, era a de que a convenção e a candidatura se colocariam em oposição ao presidente Castelo Branco. Lacerda acredita que, quem mais dizia isso, era um grupo de forças que não desejava o êxito da sua candidatura, nem o êxito do presidente Castelo Branco. O governador nega que houvesse qualquer desavença entre ele e o presidente. Menciona a objeção de que a candidatura, lançada com muita antecedência, iria se desgastar. Ele comenta que não era a primeira vez que ouvia alguém confiar temerariamente na sua capacidade de se desgastar. Afiança que cada vez que o julgavam desgastado, ele ressurgira consolidado. Considera mesquinha a tese de que, afastado o perigo do comunismo, e tendo razões para acreditar que a corrupção iria cessar, não seria mais preciso que ele se candidatasse.

Faixa 2

Continuação da Faixa 1

O deputado Gilton Garcia diz que Lacerda merecia a homenagem do título honorário de cidadão sergipano, em virtude dos altos e relevantes serviços que ele vinha prestando ao país e às instituições democráticas. Afirma que os parlamentares sergipanos tinham prestado apoio unânime à concessão do título ao governador Lacerda. Destaca que, no dia 1º de abril, a Assembleia Legislativa estava ao lado do governador Carlos Lacerda. Elogia o povo carioca por ter ficado ao lado do governador quando ele estava cercado no palácio Guanabara. Critica os jornais *Correio da Manhã*, *O Globo* e *Última Hora*, por combaterem o governador. Mas afirma que esses jornais não conseguiam ludibriar o povo que reconhecia o bom trabalho de Lacerda, como governador da Guanabara. Carlos Lacerda lembra que, depois da criação do estado da Guanabara, Sergipe não era mais o menor estado do Brasil. Ele rememora que, de Sergipe para o Brasil, partiram alguns dos seus melhores cidadãos. Agradece a homenagem e diz ao povo de Sergipe, e a seus representantes, algumas palavras que traduziam, com simplicidade e sinceridade, as simples e sinceras emoções que lhe enchiam o coração. Lacerda pede que se desse menos atenção às brigas do passado e mais atenção para as ruidosas construções dos esforços do futuro. Ele afirma que a nação tinha sido entregue a um homem honrado, que teve a virtude



			heróica de tomá-la para devolver ao povo o sentimento de tranquilidade. Sugere que devia ser buscado um terceiro caminho de integração e desenvolvimento nacional, que não fosse o do desenvolvimento com inflação, nem o da deflação sem desenvolvimento. Para Lacerda, seria necessário buscar o caminho do trabalho, gozar a liberdade com responsabilidade e preparar o povo para a tarefa em que ele era insubstituível, a tarefa de construir o seu destino e o de seus filhos. Lacerda considera que o homem precisava de três requisitos, assim como se dava o óleo e o combustível a qualquer máquina manejada pelo homem: a educação, a confiança em si, na autoridade legítima, em Deus e a constância, a perseverança, a capacidade de desprezar o ódio e apegar-se ao amor.
BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.375	F1: 90 min F2: 2 min F3: 90 min F4: 13 min F5: 7 min F6: 10 min F7: 2 min F8: 55 min F9: 17min F10: 40 min	F1: [1964] F2: 01/04/1963 F3: [1964] F4: 10/02/1961 F5: 24/01/1963 F6: 11/12/1962 F7: 03/06/1963 F8: 10/03/1963 F9: 11/06/1963 F10:12/06/1963	<i>Faixa 1</i> Convenção da UDN na Guanabara Defesa da candidatura de Carlos Lacerda à Presidência da República, na convenção carioca da UDN (União Democrática Nacional). Leitura do nome dos presentes à convenção, entre deputados e secretários estaduais. Anúncio da aprovação, pelo Diretório Regional da UDN, da indicação do deputado Bilac Pinto como candidato à presidência do partido. É dito que essa candidatura contava com o apoio do governador Carlos Lacerda. São apresentadas proposições de louvor a parlamentares da UDN e de regozijo às bancadas estadual e federal do partido. Um representante do Departamento Estudantil, no Diretório – Pedro Ernesto Azevedo –, em nome do Departamento Estudantil, solicita, a todos os estudantes democratas da Guanabara, que comparecessem à sede do partido e prestigiassem o movimento. Ele pretende que o movimento se ampliasse para todo o Brasil, e informa que os estudantes iriam à convenção nacional. O deputado Danilo Nunes comenta o clima de extrema gravidade, a atmosfera de pólvora que estavam respirando. Acha que nunca a UDN (União Democrática Nacional) tivera tanta responsabilidade sobre o destino do Brasil. Ele menciona a tentativa do governo federal de intervir na Guanabara, motivada por ódio, ambição e convicção ideológica. Ressalta que o governador agiu com absoluta cautela e serenidade, colocando-se acima de tudo, como o comandante da suprema batalha pela sobrevivência do regime democrático no Brasil. Elogia o governador por não ter ódio no seu coração. Alerta para o perigo de uma nova tentativa de intervenção na Guanabara. Considera que a luta pela sobrevivência do país exigia serenidade e paciência. O deputado Amaral Neto assinala que a disposição da UDN era a de que o país continuasse a respirar democraticamente, apesar daqueles que o queriam sufocar. Afirma que as divergências do partido ocorriam porque
1. Assunto			
1.1 Faixa 1 Convenção da UDN na Guanabara			
1.2 Faixa 2 Continuação da Entrevista na TV Tupi			
1.3 Faixa 3 Mesmo conteúdo da Faixa 1, da Fita 375			
1.4 Faixa 4 Inauguração da Vila Aliança, em Bangu			
1.5 Faixa 5 Entrevista à TV Tupi			
1.6 Faixa 6 Inauguração de 4 Linhas de Ônibus Elétricos			
1.7 Faixa 7 Nota Oficial do Governador Carlos Lacerda pelo Falecimento do Papa João XXIII			
1.8 Faixa 8 Governador Carlos Lacerda no Auditório do Jornal <i>O Globo</i>			
1.9 Faixa 9 Inauguração de Agência do BEG, em Copacabana			
1.10 Faixa 10 Posse de Médicos			



2. Temas

2.1 Faixa 1

Defesa da candidatura de Carlos Lacerda à Presidência da República, convenção carioca da UDN, Bilac Pinto candidato à presidência do partido, estudantes democratas prestigiassem o movimento, Danilo Nunes comenta o clima de extrema gravidade, acusam governo federal de intervir na Guanabara, sobrevivência do regime democrático, Amaral Neto assinala divergências do partido, Geraldo Ferraz lembra a Jornada de Libertação Nacional, Guanabara não tinha medo do Exército

2.2 Faixa 2

Encontro de Lacerda com o embaixador da União Soviética, capitalismo chegaria ao socialismo muito antes do que o comunismo

2.3 Faixa 3

Mesmo Conteúdo da Faixa 1, da Fita 375

2.4 Faixa 4

Convênio entre os Estados Unidos e o estado da Guanabara, verba da Aliança para o Progresso no bairro de Bangu, esforço da Fundação Leão XIII, favela bairro renovado, crítica aos institutos de previdência, enumera motivos para surgimento das favelas, reforma agrária, indústrias não construíam casas para operários, crítica à CEPAL, proibição de crédito para a construção civil, déficit de 100 mil casas, crítica a João Goulart

2.5 Faixa 5

Ameaça de greve geral, caráter político e finalidade subversiva, direito de greve regulado pelo Ministério do Trabalho, comunismo proibido pela Constituição, greve de autarquias organizada por agentes revolucionários a serviço da Rússia, direito de greve legítimo

2.6 Faixa 6

seus integrantes eram democratas e constituíam uma prova de força, porque demonstravam que eram livres para poderem ser unidos, embora, às vezes, discordando. Acha que o governo da Guanabara era o bastião da democracia brasileira. Alerta que, naquele momento de ameaças, era preciso dizer que não estavam sozinhos, que havia deputados de outros partidos que estavam ajudando a UDN na luta. Garante que depois da Semana Santa, a bancada da UDN sairia da defensiva e partiria para a ofensiva. O deputado Geraldo Ferraz lembra que a UDN fora criada em 1945, quando enfrentaram a Jornada de Libertação Nacional, pela implementação do regime democrático no país. Recorda que travaram uma luta gigantesca contra os ditirambos da ditadura, contra aqueles que agora tinham um representante no poder. Cita os fundadores da UDN e lembra que Lacerda tinha sido escolhido como candidato ao Governo do Estado por aclamação. Conta que Lacerda era um motivo de orgulho para o partido, o melhor administrador do país e, por isso, fora aclamado pelo diretório como candidato à Presidência da República pelo partido. Para Geraldo Ferraz, Lacerda encarnava os anseios de todo o povo brasileiro. O deputado Eurípedes de Menezes fala que todos estavam ansiosos para ouvir Lacerda, grande estadista, por isso seria breve. Lembra que sugerira a candidatura de Lacerda à Presidência, e fica feliz que ela tivesse sido aprovada por unanimidade. Considera Lacerda o maior representante da UDN, um homem com H maiúsculo, com todas as letras maiúsculas. O governador Carlos Lacerda assinala que a vida pública desfigurava os homens e abjura a pressa com que descreviam seus atos e penetravam, ou pensavam penetrar, suas intenções mais remotas. Destaca que tinha visto, inclusive, atribuírem-lhe palavras, atos, gestos e mesmo pensamentos que jamais lhe tinham ocorrido. Atos que nunca praticara e intenções que estavam nas cabeças de quem as atribuía a ele. Garante que nunca se preocupou com a vida privada das outras pessoas, e que a sua vida estava sendo devassada. Reclama que ofenderam a honra de sua mãe e de sua esposa e que nunca fez referência à vida privada de seus adversários. Acredita que a gravidade da situação fazia com que tivesse que dizer exatamente o que pensava, porque não tinha medo das ameaças. Lacerda sustenta que a Guanabara não tinha medo do Exército, porque sabia que ele não marcharia contra um governo legítimo, democrático e honrado. Também não tinha medo das Forças Armadas, porque sabia que elas não trairiam o mandato que ele recebera do povo.

Faixa 2

Continuação da Entrevista na TV Tupi



Linha Anhangá-Cidade, substituição dos bondes da Zona Sul por ônibus elétricos, abrir concorrência construção do segundo túnel Rio Comprido-Lagoa, modernizar a frota de táxis, falta de apoio da Caixa Econômica Federal. problema do metrô, transportes ferroviários suburbanos, acordo com o governo francês, Light não cumpre compromissos, crítica aos trilhos dos bondes da Light, Petrobras com déficit não fornece asfalto e é assaltada por um grupo de comunistas

2.7 Faixa 7

Facciosos deturparam a missão do Papa, Pio XII, homem do céu vindo à terra, João XXIII, um homem da terra a caminho do céu

2.8 Faixa 8

Cessão do auditório de O Globo, lançamento do livro do deputado sobre o comunismo, democrata e anticomunista, revolução comunista feita por milionários corruptos, crítica ao ministro da Agricultura, radio Mairynk Veiga domina a opinião pública, dívida do filho de Antenor Mairynk Veiga com o DNER, acusa Mário Henrique Simonsen de montar mais luxuosa emissora de televisão do mundo, dinheiro do contrabando de café do IBC

2.9 Faixa 9

Critica à reforma agrária, desapropriação de terras, crítica ao PTB e integrantes do PSD, Estados Unidos apoiou Mao Tse Tung e Fidel Castro enganados pela proposta de reforma agrária, não haveria guerra civil.

2.10 Faixa 10

Concurso para todas as categorias profissionais, desprestígio da rede hospitalar, dar pleno rendimento aos leitos, elogio à SUSEME, abertura do hospital Salgado Filho, no Méier, reabertura do Hospital dos Radialistas, na Zona Sul, um bilhão e meio na reforma e construção de novos hospitais,

Um jornalista fala sobre o encontro de Lacerda com o embaixador da União Soviética, em que o governador teria dito ao embaixador que não se preocupasse, porque nenhum dos dois convenceria o outro sobre as suas ideias, e que o capitalismo chegaria ao socialismo muito antes do que o comunismo. O jornalista pergunta se Lacerda realmente teve este diálogo com o embaixador e pede para ele explicar a declaração sobre o capitalismo. Lacerda responde que houve um diálogo parecido com o que o jornalista havia relatado. Explica que tinha falado ao embaixador que as democracias capitalistas estavam chegando aos ideais do socialismo muito melhor, mais depressa e com muito menos sacrifício do que a Rússia, que se transformara em uma ditadura, para impor o socialismo.

Faixa 3

Mesmo Conteúdo da Faixa 1, da Fita 375

Faixa 4

Inauguração da Vila Aliança, em Bangu

O governador Carlos Lacerda anuncia que fora assinado um convênio entre os Estados Unidos e o estado da Guanabara que possibilitaria a utilização de uma pequena parte da verba da Aliança para o Progresso, no bairro de Bangu. Agradece o esforço da Fundação Leão XIII para que uma parte da obra fosse inaugurada naquele dia. Comenta que era uma obra séria, que o governo estava mostrando que confiava nos moradores das favelas. Espera que o chefe de família das favelas pudesse comprar uma casa com o seu trabalho, o seu esforço, transformando a favela em um bairro reformado e renovado. Critica os institutos de previdência que detinham a maior parte dos terrenos da Guanabara e não construíam e nem deixavam construir. Acusa os institutos de serem administrados de forma desonesta. Diz que esta obra não teria sido possível sem o apoio do povo dos Estados Unidos. Enumera os motivos para o surgimento das favelas: ausência de reforma agrária, abandono do homem do campo, processo de industrialização que trouxera muita gente para a cidade, falta de transportes que obrigava o morador a ficar perto do seu local de trabalho e, principalmente, o fato de que o programa de construção popular tinha sido entregue à Previdência Social. Como a previdência falira, não fez as casas que deveria fazer. E as indústrias não construíam casas para os seus operários, porque foram convencidas pelos governos de que bastava pagar a previdência deles. Por isso, a cada indústria nova correspondia uma favela nova. Critica a CEPAL (Comissão Econômica Para a América Latina) que tinha considerado as casas como bem de consumo e não bem de produção, o que levava à proibição de crédito nos



obra do Miguel Couto adiantada, aumento dos vencimentos dos médicos

bancos e nas instituições de crédito, no Brasil, para a indústria da construção civil. Afiança que esta proibição de crédito para a construção civil tinha criado um déficit de 100 mil casas no Rio de Janeiro. Lacerda critica a Aliança para o Progresso por ter escolhido como orientador, na América do Sul e no Brasil, o pai da inflação, a mãe da falta de crédito para os favelados, o pai da corrupção, o homem que mais exportara dinheiro do Brasil para o estrangeiro, que não promovera a reforma tributária, que tinha protegido todos aqueles que sonegavam impostos, os especuladores, os negociastas, o ex-presidente, que se convertera em conselheiro da Aliança.

Faixa 5

Entrevista à TV Tupi

O governador Carlos Lacerda declara que, pela sétima vez, em menos de dois anos, havia uma ameaça de greve geral, de caráter político e finalidade subversiva. Ele afirma que a lei brasileira não admitia a greve política e o interesse nacional não recomendava a greve subversiva. Defende que o direito de greve deveria ser decidido pelo Ministério do Trabalho. Lacerda acredita que o comando da greve era contrário a toda organização sindical, era um órgão de inspiração comunista, e o comunismo, pela Constituição do Brasil, estava proibido. Salienta dois pontos: a greve não era e nunca fora geral, a estratégia era fazer uma greve dos transportes, impedindo que os trabalhadores chegassem ao seu local de trabalho. Era uma greve de autarquias, do governo contra si mesmo e contra a população. Denuncia que a greve estava sendo organizada por agentes revolucionários, a serviço da Rússia, patrocinados e ajudados, no Brasil, por órgãos que deveriam combatê-los. O segundo ponto era que a greve política custava, por dia, cerca de 150 milhões de cruzeiros ao estado da Guanabara. Ao Brasil, o prejuízo seria de 17 bilhões de cruzeiros por dia, no caso de uma greve geral. Lacerda manifesta seu respeito pelo direito de greve legítimo, mas não admite greve contra a Constituição.

Faixa 6

Inauguração de 4 Linhas de Ônibus Elétricos

O governador Carlos Lacerda comemora a inauguração, em Copacabana, da linha Anhangá-Cidade e anuncia que, até março daquele ano, todos os bondes da Zona Sul seriam substituídos por ônibus elétricos. Promete que, em 1963, a Zona Norte também teria ônibus elétricos. Informa que, até o fim daquele ano, iria abrir concorrência para a construção do segundo túnel Rio Comprido- Lagoa. O primeiro túnel já estava em construção, o que saía da Lagoa e terminava no Cosme Velho. O segundo túnel iria do Cosme Velho até o Rio Comprido. Considera que ainda



seria preciso modernizar a frota de táxis do Rio de Janeiro, reclama da falta de apoio da Caixa Econômica Federal. Lembra que também havia o problema do metrô e dos transportes ferroviários suburbanos, que era um problema federal. Garante que assim que o governo brasileiro chegasse a um acordo com o governo francês, seria assinado um contrato para o início da construção do metrô. Saúda a chegada de um representante da oposição que fazia parte da Companhia de Transportes do Estado, e afirma que o seu governo não tinha nada a temer. Lacerda diz que a Light não conseguia mais cumprir seus compromissos na energia, no transporte e no telefone. Ele reclama que já tinha a solução para o telefone, mas não podia implementá-la, porque o governo federal havia feito uma intervenção para proteger a Light e até aquele dia não solucionara o problema do telefone. Lacerda critica os trilhos dos bondes da Light, que criavam buracos nas ruas, e que a Light teria a obrigação de consertar, mas não consertava. Lacerda avisa que os trilhos seriam retirados para a pavimentação definitiva que estava sendo retardada, porque a Petrobras, pela primeira vez na sua história, estava com um déficit de 40 bilhões de dólares e não fornecia asfalto para que o Governo do Estado pavimentasse as ruas. Diz que a Petrobras tinha sido assaltada por um grupo de comunistas e por um grupo de gatunos.

Faixa 7

Nota Oficial do Governador Carlos Lacerda pelo Falecimento do Papa João XXIII

O governador Carlos Lacerda diz que morrera, naquele em dia, em Roma, um homem de fé, que encontrara força de espírito suficiente para concentrar todo o esforço da Igreja em retomar as suas funções pastorais. Denuncia que, em vão, quiseram os facciosos deturpar a sua missão. Lembra Lacerda de sua própria ironia, ao comentar como Kruchev simulava espanto ao vê-lo falar de paz. O que queria ele, que eu falasse em guerra? pergunta Lacerda. Lembra da sua resposta ao convite que fez para visitar o Brasil: "Isto aqui é uma prisão, na qual cumpro uma pena que me exalta e me dá esperanças. A prisão em que vivo é para melhor servir a Deus." Para Lacerda, Pio XII e João XXIII eram homens que se completavam. Pio XII, um homem do céu vindo à terra, João XXIII, um homem da terra a caminho do céu.

Faixa 8

Governador Carlos Lacerda no Auditório do Jornal *O Globo*

O governador Carlos Lacerda agradece ao jornal *O Globo* por ter cedido o seu auditório para o lançamento do livro do deputado sobre o



comunismo. Lacerda comenta que uma das coisas mais difíceis no Brasil, naquele momento, era ser democrata e anticomunista, porque usava-se mais a cumplicidade com o comunismo do que a tolerância com o anticomunismo. Defende que a revolução comunista no Brasil não era uma revolução feita por operários, mas por milionários corruptos, degenerados. Alerta que o ministro da Agricultura seria responsável pelo sangue dos seus coestaduanos pernambucanos, porque ele pagara as armas com que os pernambucanos iriam ser mortos, em troca de uma cadeira de senador e em troca da indulgência em relação à sua tentativa de monopolizar o alumínio no Brasil. Lacerda denuncia que a opinião pública estava sendo dominada através da rádio Mairynk Veiga. Conta que a rádio fora vendida para pagar uma dívida do filho de Antenor Mairynk Veiga, dono da rádio, com o DNER (Departamento Nacional de Estradas de Rodagem), e que fora comprada por Brizola, com dinheiro da Petrobras. Acusa Mário Henrique Simonsen de estar montando a mais luxuosa emissora de televisão do mundo, com dinheiro do contrabando de café do IBC (Instituto Brasileiro do Café), que era entregue no estrangeiro, inclusive na Rússia, e revendido contra o Brasil. Desafia os jornais que ainda tinham liberdade a publicarem estas denúncias. Questiona porque a condessa Pereira Carneiro, católica, conservadora, não publicava esta notícia no *Jornal do Brasil*. Enfatiza que se o *Correio da Manhã* não estava arrendado ao Banco Nacional de Minas Gerais que publicasse estes fatos ou contestasse-os, se pudesse. Critica a proposta de reforma agrária do governo federal que propunha pagar a desapropriação das terras com títulos do governo. Critica o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e alguns integrantes do PSD (Partido Social Democrático) por apoiarem esta proposta. Lacerda afirma que não era preciso mudar a Constituição para fazer a reforma agrária. Acredita que se o presidente começasse a governar, o que ainda não fizera, os comunistas teriam que voltar ao começo, teriam que voltar aos comícios do senhor Luís Carlos Prestes, coisa que nem os comunistas mais aturavam. Teriam que voltar à fase da conspiração minoritária, porque eram minoria. Lacerda faz uma advertência à população, para que não esperassem que os Estados Unidos salvassem o Brasil do comunismo. Lacerda apregoa que os Estados Unidos tinham apoiado Mao Tse Tung, porque acreditaram que ele queria apenas fazer a reforma agrária e a autodeterminação da China. Cita o exemplo de Fidel Castro, que também fora apoiado pelos Estados Unidos porque dizia ter interesse apenas em fazer a reforma agrária e em melhorar a qualidade de vida da população, negando que os comunistas fossem fazer parte do seu governo. Pede para que lesem o livro que



estava sendo lançado. Avisa que não ligassem para a chantagem da guerra civil, porque se a maioria da população se manifestasse e impusesse a sua vontade, não haveria guerra civil.

Faixa 9

Inauguração de Agência do BEG, em Copacabana
O governador Carlos Lacerda fala que devia uma palavra de gratidão e de estímulo ao corpo de funcionários do Banco do Estado, que constituía uma viva demonstração de que o que faltava no Brasil era exatamente o que estava por cima, porque o que estava por baixo e no meio era bom. Para Lacerda, a multiplicação do banco era resultado de um multiplicando, que decorria do crédito público e de um esforço do governo, e um multiplicador, que era a qualidade do funcionalismo do banco. Critica o governo federal por não resolver o problema de energia na Guanabara, que era de sua responsabilidade, porque a concessão à Ligth era federal e federal era a CHEVAP (Companhia Hidrelétrica do Vale do Paraíba), encarregada de resolver o problema, na qual a Guanabara tinha uma pequena participação societária. Diz que o estado da Guanabara tinha avisado ao governo federal que haveria racionamento, naquele ano, se não fossem tomadas providências, mas, mesmo assim, o governo não havia tomado providências. Lacerda assegura que o objetivo do governo federal era sabotar o esforço do estado, impedir a compra de geradores, para que houvesse racionamento e desemprego na Guanabara. Lacerda comenta que o racionamento representava prejuízo econômico para o estado e garante que compraria os geradores. Salienta que, se em outubro não tivesse acabado o racionamento da Guanabara, a culpa seria do governo federal, por impedir o estado de comprar geradores. Lacerda afirma que a compra dos geradores, a obra da água, a obra do esgoto, o pagamento do salário móvel ao funcionalismo, e outras providências do governo estadual só tinham sido possíveis pela reconstrução e expansão do Banco do Estado da Guanabara.

Faixa 10

Posse de Médicos

O doutor Ernesto Lopes comemora a realização do concurso para médicos, depois de muitos anos de espera. Elogia o governador por promover concursos para todas as categorias profissionais. Fala que ao assumirem o cargo, os médicos viam as perspectivas de co-participação, na responsabilidade do governo da Guanabara em cumprir os compromissos assumidos com a população. O governador Carlos Lacerda ressalta que a rede hospitalar tinha decaído em instalações, infraestrutura e em pessoal. Para Lacerda, os hospitais deixaram de ser uma



			<p>organização a serviço dos doentes para se tornarem uma organização a serviço dos que procuravam serviço nele. Aponta esta como uma das razões do desprestígio da rede hospitalar do estado, que já tinha sido o paradigma do serviço de saúde do país. Lacerda conta que, em 1946, quando foi eleito vereador, fora relator do orçamento para a saúde e teve que estudar o sistema hospitalar da Guanabara. Verificou que, em média, o rendimento do leito era de um mês por doente/leito, uma das piores médias do mundo. Desde então, se convencera de que o mais fácil seria construir leitos e o mais difícil mantê-los e dar-lhes pleno rendimento. Quando assumira o governo, verificara que a média dos leitos continuava igual e, naquele momento, com a nova estrutura autárquica que era a SUSEME (Superintendência de Serviços Médicos), única fórmula pela qual se poderia assegurar uma reforma básica do sistema hospitalar do estado, poderia ser reduzido de um mês, para 15 dias, o rendimento de um leito. Menciona a abertura do hospital Salgado Filho, no Méier, e anuncia a abertura do Hospital dos Radialistas, na Zona Sul da cidade. Lacerda informa que o estado estava investindo, naquele ano, um bilhão e meio na reforma e construção de novos hospitais. Destaca que a obra no Miguel Couto estava 60 dias adiantada, fato raro nas obras públicas. Lacerda lembra que, antes de assumir o governo, o vencimento inicial dos médicos do estado era de 22 mil cruzeiros e, a partir de setembro daquele ano, o vencimento inicial seria de 100 mil cruzeiros. E os que já tinha mais de três anos de serviço, passariam a receber 130 mil cruzeiros. Lacerda menciona, para efeito de comparação, que os médicos federais recebiam 50 mil cruzeiros e, com o aumento prometido, os do estado passariam a receber 85 mil.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.376</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Homenagem Jubileu de Prata da Fundação Tupi S/A</p> <p>1.2 Aniversário da Cidade de Joinville e da Fundação Tupi</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Crítica a proposta de reforma agrária do governo federal, ignorava processo de formação da propriedade agrícola, problema da habitação popular, incentivo à iniciativa privada e à indústria da</p>	<p>F1: 38 min F2: 85 min</p>	<p>F1: [1964] F2: [1964]</p>	<p><i>Faixa 1</i> Homenagem Jubileu de Prata da Fundação Tupi S/A</p> <p>O governador Carlos Lacerda critica a proposta de reforma agrária do governo federal, afirmando que não seria necessário mudar a Constituição para implementá-la. Ressalta que esta proposta ignorava completamente o processo de formação da propriedade agrícola no Vale do Itajaí, em Santa Catarina, e ignorar o que era a obra civilizadora na região catarinense. Ironiza os órgãos estatais que chamavam para si a responsabilidade da solução do problema da habitação popular, enquanto ele, como governador, em dois anos obtivera uma média de construção de habitações para favelados superior à média anual de todos os institutos de previdência somados, durante os 35 anos de suas existências. Garante que a solução para a moradia não passava pela estatização, mas pelo incentivo à iniciativa privada e à indústria da construção</p>



construção civil, aumento da rede de esgoto e do abastecimento d'água, criação da COPEG, empréstimo do BID, críticas ao capitalismo estão cem anos atrasadas, revolução do consumidor, novos hábitos de consumo

2.2 Faixa 2

Elogios ao estado de Santa Catarina, educação como prioridade, revolução tecnológica substitui a revolução social, déficit de 100 mil vagas nas escolas estaduais, 25 mil vagas sobrando, 13 de maio para o sindicalismo brasileiro, sindicalismo livre, confusão entre demagogia e democracia, remoção dos favelados, importância de combater a pobreza, maior parte da população é jovem, Lacerda defensor da democracia e bom administrador, Fundação Tupi é orgulho nacional, clima de harmonia entre os colaboradores e a direção

civil. Lacerda conta que o Rio de Janeiro tinha, havia dois anos, um abastecimento de um bilhão de litros d'água por dia, mas, antes do fim do quarto ano de seu mandato, o abastecimento seria de 2 bilhões e 400 milhões de litros por dia. Lacerda conta que havia aumentado a rede de esgoto em 20%. Discorre sobre a criação da COPEG (Companhia de Progresso Industrial do Estado da Guanabara), que, até aquele momento, financiara indústrias privadas, com um montante superior a 600 milhões. Anuncia que a COPEG conseguiu um empréstimo de 4 milhões de dólares do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) para indústrias privadas, porque entendia ser mais barato entregar aos outros a incumbência de trabalhar e pagar impostos, para poder dar ao povo o que ele esperava, quando trabalhava e pagava impostos. Diz que as críticas ao capitalismo que se faziam então estavam cem anos atrasadas. Para Lacerda, a maior revolução que já se fizera no país, era a revolução do consumidor, a revolução do homem que nada tinha e que começava a descobrir que poderia ter, que começava a ler *Seleções* e que começava a ouvir rádio e a ver televisão. Diz que o homem começa a querer progredir, e esta é a revolução do progresso que através da produção cria novos hábitos de consumo.

Faixa 2

Aniversário da Cidade de Joinville e da Fundação Tupi

O governador Carlos Lacerda elogia o estado de Santa Catarina por, em sucessivas administrações, colocar a educação como prioridade do governo. Diz que Santa Catarina já começara a revolução tecnológica que substituíria a revolução social. Lacerda lembra que, quando assumira o governo da Guanabara, havia um déficit de 100 mil vagas nas escolas estaduais e, naquele momento, havia 25 mil vagas sobrando nas escolas. Defende um 13 de maio para o sindicalismo brasileiro, que não deveria depender de um partido ou de todos os partidos, e não poderia depender do Ministério do Trabalho. Deveriam os trabalhadores ter o direito de se organizarem livremente. Lacerda diz que em Santa Catarina, na cidade de Joinville, o sindicalismo era livre. Para Lacerda, seria preciso pôr um basta, no Brasil, à confusão entre demagogia e democracia. Ressalta que o demagogo servia-se dos humildes, que o demagogo prometia o que nunca faria e fazia o que nunca teria coragem de prometer. Lacerda fala sobre a remoção dos favelados na Guanabara, garantindo que nenhum deles tinha sido removido à força. Ele explica que seria importante que o trabalhador pagasse pela casa em que iria morar, para não dever favor a ninguém. Lacerda fala sobre a importância de combater a pobreza. Afirma que o pobre não queria ouvir promessas



			<p>falsas e que, os que mais duramente ganhavam a vida, eram os que mais deviam ter interesse em preservar a sua liberdade. Informa que o Brasil era um país em que a maior parte da população era jovem e só havia uma coisa a fazer, educar os moços, dar trabalho aos moços, dar salário aos moços, dar lugar aos moços, porque eles construiriam a nação. Um orador não identificado assinala que Joinville era uma cidade de trabalho, de ordem, de respeito à lei, democrática, que sabia tributar suas homenagens, seu respeito e sua admiração a quem, em outras paragens, levava a efeito um trabalho de redenção da pátria, um trabalho dedicado aos menos favorecidos, um trabalho invejável, pelo que ele tinha de grandioso. Elogia Lacerda que, por sua personalidade, pela sua perseverança, pelo seu espírito de lutador corajoso, pela sua intransigente defesa das ideais democráticas, merecia uma homenagem especial porque representava um obstáculo firme àqueles que ameaçavam o regime. Elogia o governador como defensor da democracia e como administrador. Um orador não identificado falando sobre a Fundação Tupi. Salaria que a fábrica era um orgulho nacional, empregando aproximadamente três mil empregados. Afirma que era preciso, para que qualquer empresa crescesse, que fosse estabelecido um clima de harmonia entre os colaboradores e a direção. Seria necessário, também, que houvesse um espírito de grupo, de luta, para que fossem alcançados os objetivos. Para que houvesse esse clima de harmonia, continua, seria preciso dar aos operários condições de vida dignas e humanas. Ele assegura que a Fundação Tupi era um exemplo para todos no campo da assistência social, preocupando-se, constantemente, com o bem-estar e a saúde de seus colaboradores.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.377</p> <p>1.Assunto</p> <p>1,1 Faixa 1 Entrevista a Rádio e TV Marajoara, em Belém – PA</p> <p>1.2 Faixa 2 Reunião da UDN em São Luís – MA</p> <p>2.Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Candidato a presidente, elogios ao governador do Pará, eleições em 1966</p> <p>2.2 Faixa 2</p>	<p>F1: 60 min F2: 68 min</p>	<p>F1: 29/10/1964 F2: 30/10/1964</p>	<p><i>Faixa 1</i> Entrevista a Rádio e TV Marajoara, em Belém – PA Perguntam porque Carlos Lacerda era candidato a presidente. Ele responde que era candidato, porque seus companheiros de partido acharam que era a hora de passar da Guanabara para o Brasil. Mas, ressalta que não pretendia governar sozinho. Faz elogios ao governador do Pará, ao prefeito de Belém, e a outros governadores, para dizer que era quase inevitável que o Brasil melhorasse, desde que tivesse uma equipe de homens públicos, com integridade e disposição para trabalhar. Lacerda diz que tinha aceitado a candidatura por acreditar que possuía condições de fazer alguma coisa. Ele afirma que, para ser um governante, não era preciso saber fazer muitas coisas, mas saber escolher os que sabiam. Lacerda conta que estava mais paciente e, toda vez que lhe atiravam uma pedra, ele pegava a pedra e fazia uma escola com ela. Perguntam</p>



Eleição prevista em lei, adversários militares ou civis, aliança da UDN com o PTB, respeitava os eleitores do PTB, estrada Belém – Brasília grande caminho de integração nacional, construção de Brasília, campanha contra a convenção da UDN, consolidar a “Revolução”, favorito era presidente Johnson, posição a Cuba, perigo comunista, presidente Kennedy, Quarto Centenário, procissão para São Sebastião, comemorações carnavalescas, Festival Internacional de Música e Dança, Concurso Internacional de Bandas de Música, exposições, feiras

2.2 Faixa 2

Anos anteriores a 31 de março de 1964, Maranhão palco de violência, desmando, pilhagem e corrupção, elogio à capacidade administrativa do governador, diretório do Maranhão aprova candidatura Lacerda, amigo José Sarney, excesso de centralização, bom governo de Castelo Branco, governo de transição, restabelecer a paz, defende reforma agrária não baseada no Estatuto da Terra

porque ele acreditava que haveria eleições em 1966? Lacerda retruca que deveriam perguntar, aos que não acreditavam que iria haver eleições, porque eles tinham esta opinião. Assegura que a eleição estava prevista em lei. Perguntam se ele achava que seus adversários seriam militares ou civis. Lacerda responde que, para ele, não existia diferença entre civis e militares, que se não existisse militarismo no Brasil, não haveria necessidade de ter civilismo. Perguntam sobre uma possível aliança da UDN (União Democrática Nacional) com o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro), com vistas às eleições presidenciais. Lacerda acredita que fosse possível, desde que o PTB deixasse os seus antigos chefes onde eles estavam. Assinala que respeitava os eleitores do PTB e que recebia votos de todos os homens de bem do país. Perguntam sobre como Lacerda via a estrada Belém – Brasília e qual a importância dela para a Amazônia. O governador responde que considerava a Belém-Brasília um grande caminho de integração nacional. Afirma que a rodovia fora o único bom resultado da construção de Brasília. Para ele, seria melhor construir a rodovia e não construir a cidade, do que o contrário. Perguntam, quais os motivos reais da viagem que Lacerda estava realizando. Ele responde que os motivos reais eram os aparentes, e que um dos motivos era que alguns jornais do Rio de Janeiro, e de outros lugares, começaram a fazer campanha contra a convenção da UDN. De acordo com Lacerda, a convenção da UDN consolidava a “Revolução”. Perguntam quem era o favorito para vencer a eleição presidencial dos EUA e que influência o resultado desta eleição poderia ter no Brasil. Lacerda responde que o favorito era o então presidente Johnson, mas acreditava que o senador (Barry) Goldwater teria menos votos, se o Partido Democrata tivesse definido melhor sua posição em relação a Cuba, ao perigo comunista, ao perigo de guerra no mundo, e tivesse sido mais viril em certos aspectos da sua política. Acredita que os eleitores gostariam de eleger um líder como o presidente Kennedy. Lacerda acredita que Johnson iria ganhar, porque seu adversário era muito pior. Perguntam a respeito do Quarto Centenário. Lacerda diz que, no primeiro trimestre, seriam feitas comemorações religiosas, como uma procissão para São Sebastião, e outras comemorações carnavalescas. A partir de março, começaria, ao longo de cada mês, uma série de manifestações, como o Festival Internacional de Música e Dança, um Concurso Internacional de Bandas de Música, exposições, feiras. Comunica que anunciaria, em breve, todas as previsões que teriam a colaboração de outros estados e de outros países.

*Faixa 2*

Reunião da UDN em São Luís – MA

Um orador não identificado recorda que estavam vivos, na memória de todos, os anos anteriores a 31 de março de 1964, em que, com justificado receio, assistiram ao desenrolar dos acontecimentos nacionais, provocados pelos dirigentes que pareciam conscientemente querer conduzir o país ao caos. Lembra que o Maranhão era um dos palcos mais destacados de violência, desmando, pilhagem e corrupção. Mencionam que Lacerda vinha lutando, há vários anos, contra todos os abusos através da imprensa falada e escrita, da tribuna da Câmara e em comícios país afora. Elogia Lacerda e diz que a palavra vibrante dele tinha feito tremer quantos pretenderam usar o Brasil como propriedade privada. Elogia a capacidade administrativa do governador, que vinha enfrentando as mais sérias dificuldades, inclusive as que lhe foram criadas pelo próprio poder central, antes de 31 de março de 1964. Exalta a coerência do ponto de vista de Lacerda, manifestada em várias circunstâncias. Lembra que, naquela semana, comemorar-se-ia o centenário de nascimento do poeta Gonçalves Dias e dá as boas vindas ao governador à terra das Palmeiras e dos sabiás. O governador Carlos Lacerda manifesta um sentimento misto de prazer e de pesar, por ficar tão pouco tempo em São Luís. Faz elogios a Gonçalves Dias e ao povo maranhense, de modo geral. Assinala que fazia saudações ao Maranhão, em nome do povo carioca. Conta que, antes de desembarcar, recebera a boa notícia de que o diretório do Maranhão havia aprovado, por unanimidade, a sua candidatura. Lamenta a ausência do seu velho e caro amigo José Sarney, que encontraria em Brasília, quando acabasse a sua peregrinação. Sustenta que a força da UDN consistia em sempre surpreender o adversário, sendo conhecido como o partido das divergências unânimes, onde se debatia, com todo vigor. Lacerda afirma que o Brasil estava sofrendo uma crise, principalmente pelo excesso de centralização do poder pela União. Lacerda defende que a União passasse para estados e municípios tudo que estes pudessem fazer mais rapidamente e melhor. Diz que a descentralização administrativa tinha funcionado na Guanabara. Lacerda menciona que a vantagem de escolher cedo um candidato a presidência, era garantir a realização das eleições. Considera que Castelo Branco estava fazendo um bom governo, mas que era um governo de transição, necessário para restabelecer a paz no país. Conta que aprendera a governar na oposição, onde se aprendia a ser paciente, a não ser oportunista, a ser firme nas suas convicções e, ao mesmo tempo, tolerante com as reações humanas, com as imperfeições humanas; onde se aprendia a ser firme nos princípios, mas



			compreensivo com as fraquezas e as realidades de cada um e de cada região. Lacerda considera que a ideia da justiça social não era dividir a terra entre todos, mas o uso do que a terra produzia, para dar a todos de comer. A ideia de justiça social, segundo Lacerda, era a de que as pessoas pudessem comprar, com seus salários, os alimentos produzidos pela terra. Defende uma reforma agrária, mas não baseada no Estatuto da Terra.
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.378</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1</p> <p>Discurso do Governador na Câmara de Osasco – SP</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1</p> <p>Ministério do Planejamento é ficção científica, estatística digna de crédito, “Revolução” se popularizasse, inimigo tentaria voltar, propaganda eleitoral momento ideal para o esclarecimento e a mobilização do povo, aumentar a produção, melhorar o abastecimento e conter o aumento do custo de vida, devolver ao produtor agrícola a confiança perdida, consolidar a obra da “Revolução”, prorrogação dos mandatos, voto dos analfabetos, ação entre amigos no Congresso, expropriação com o pagamento em títulos garantidos contra a inflação, arrombamento do Tesouro Nacional, latifúndio melhor negócio do Brasil, falta de adubo mérito, do presidente Castelo Branco</p>	F1: 38 min	F1: [1964/1965]	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Discurso do Governador na Câmara de Osasco – SP</p> <p>O governador Carlos Lacerda acha que a existência de um Ministério do Planejamento no Brasil ainda era um capítulo de ficção científica, pois não havia como ter planejamento onde ainda não havia sequer estatística digna de crédito. Sustenta que a “Revolução” ou continuaria popular e se consolidaria muito antes de 1965, ou não seria nunca mais nem popular, nem vitoriosa, seria mais uma das tantas do cemitério de revoluções do Brasil. Lacerda alerta que o inimigo sempre tentaria voltar. Para ele, a propaganda eleitoral era o momento ideal para o esclarecimento e a mobilização do povo. Lacerda faz recomendações para que a “Revolução” se popularizasse: aumentar a produção, melhorar o abastecimento e conter o aumento do custo de vida. Em vez de se preocupar em adiar a eleição, antecipassem o dia em que se poria mais feijão no prato do pobre. Ele afirma que não precisava de milagre para que isso acontecesse, apenas de um esforço orgânico, de uma real mobilização, de uma concentração das atenções gerais e, sobretudo, de devolver ao produtor agrícola a confiança perdida. Lacerda acredita que, em março de 1965, com as colheitas, poderia estar consolidada a obra da “Revolução”, com a abundância nas cidades. Mas, a primeira condição para isto seria restituir aos produtores a confiança perdida e que, recuperada com o fato social, político e militar da “Revolução”, estava sendo abalada por dois fatores negativos: a desconversa, da maioria absoluta, sobre a prorrogação dos mandatos, do voto dos analfabetos, no clube fechado, na ação entre amigos no Congresso, e as medidas inoportunas ou inconvenientes. Além disso, o alarme que ia se alastrando no país, com a notícia de que se insistia na expropriação, já agora transformando-a em um excessivamente bom negócio, com o pagamento em títulos garantidos contra a inflação, como se isto não arrombasse brutalmente o Tesouro Nacional, transformando o latifúndio no melhor negócio do Brasil. Alerta que a “Revolução”, para popularizar-se, precisava de mais sementes de milho, feijão e arroz do que das sementes maninhas das emendas constitucionais. Explica que a agricultura</p>



			<p>brasileira praticamente não consumia adubo e que este poderia ser um grande trunfo na próxima colheita. Lacerda demonstra satisfação pelo governo federal estar se inspirando no governo da Guanabara nas áreas de saúde, educação e habitação. Afirma que o mérito era do presidente Castelo Branco que se apropriava destas experiências.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.379</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1.1 Faixa 1a Recepção do Prefeito de Santos ao Governador Carlos Lacerda</p> <p>1.2.1 Faixa 1b Solenidade de Formatura de Turma de Jornalismo, em Santos</p> <p>2. Faixa 2 Igual à Faixa 2, da 376</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1.1 Faixa 1a Elogios mútuos, semelhança entre as duas cidades litorâneas, diferenças partidárias, ocupação de Cuba, dividir entre si homens de bem</p> <p>2.1.2 Faixa 1b Relembrar Maurício de Lacerda, Carlos Lacerda homem de imprensa, figura simbólica, jornalista militante, contra a corrupção do regime, vigilância sobre a liberdade, domínio da razão sobre as procelas ideológicas que sopravam de além mar, Brasil infiltrado por comunistas, Partido Comunista ilegal, procurou no comunismo a liberdade do mundo, mas encontrou a traição do mundo</p> <p>2.2 Faixa 2 Igual à Faixa 2, da 376</p>	<p>F1: 90 min F1a: 17min F1b: 75 min F2: 85min</p>	<p>F1a: 07/03/1963 F1b: 07/03/1963 F2: [1964]</p>	<p><i>Faixa 1a</i> Recepção do Prefeito de Santos ao Governador Carlos Lacerda José Gomes, prefeito de Santos, fala que a população de Santos comparecera à cerimônia, para homenagear o governador do estado – maravilha de todos os estados brasileiros. O prefeito assinala que Santos era a cidade enamorada do Brasil. Agradece a acolhida que sempre recebera do governador e de membros de seu governo e a visita do governador Carlos Lacerda à cidade de Santos. O governador Carlos Lacerda pede que o prefeito fosse portador da saudação que trazia ao povo irmão da Guanabara, ao povo bravo, leal e denodado da cidade de Santos. Afirma que estes encontros transcendiam as naturais divergências de opinião, para que pudessem ambos manifestá-las, manifestando sempre, porém, a firme convicção de que o Brasil não se deixaria dividir, a ponto de seus filhos não poderem mais apertarem-se as mãos. Lacerda discorre sobre a semelhança entre as duas cidades litorâneas. Ele considera que os dois governavam dois povos que jamais se deixariam escravizar. Ressalta que as diferenças partidárias não podiam impedir a colaboração estreita entre Santos e a Guanabara. E que não temia as tentativas de separá-lo do povo santista, pois elas demonstravam a ele que era hora de sair pelo Brasil, antes que fossem isolados, antes que fossem intrigados uns com os outros. Lacerda recorda que fora assim que começara a ocupação de Cuba e de nações livres, dividindo entre si homens de bem, separando os trabalhadores da classe média, separando os políticos, através do estímulo às suas ambições, aos seus ódios pessoais e rancores, para depois de dividi-los, esmagá-los, e assim dominar todo o povo.</p> <p><i>Faixa 1b</i> Solenidade de Formatura de Turma de Jornalismo, em Santos O orador diz que se sentia muito feliz pelo fato de sua turma ter escolhido Carlos Lacerda como paraninfo, um homem de luta, de princípios, filho de Maurício de Lacerda, o deputado laborioso, defensor de todas as liberdades, verdadeiro terror de todos os politiqueros e negociastas. Afirma que Carlos Lacerda seguira fielmente as pegadas de seu pai, tornando-se, como homem de imprensa, uma figura simbólica, que se colocava, como jornalista militante, acima dos partidos políticos e</p>



			<p>das próprias instituições. Político, administrador, homem de luta, que não fugira às suas responsabilidades, tinha se revelado sentinela em defesa de todas as liberdades do povo brasileiro, em defesa da democracia verdadeira que se baseava na lei natural. Ele continua imputando a Lacerda o fato de representar uma reserva moral do país, pois continuava a sua luta contra a corrupção do regime e contra os abusos do poder. O orador afirma que Lacerda também servia de exemplo como jornalista, função que exercia com competência, altruísmo e espírito de humanidade, com caráter de verdadeiro missionário. Assinala que a comparação de jornalista com missionário não era por acaso, porque o jornalista deveria ter o desprendimento dos justos, a honestidade dos santos e a serenidade dos juízes. O governador Carlos Lacerda agradece o convite que considera uma das mais gratas incumbências que poderia se dar a um jornalista, o patrocínio da formatura dos seus colegas. Lembra de quando trabalhou na imprensa de São Paulo com o patrono da turma, que considerava um grande jornalista. Lacerda crê que não era demais salientar que os povos de Santos e da Guanabara tinham sob a sua guarda e vigilância não só a liberdade dos mares, não só a soberania brasileira sobre os mares, mas, sobretudo, o domínio da razão sobre as procelas ideológicas que sopravam de além mar e aqui procuravam derrubar, em cada consciência, tudo aquilo que deveria permanecer intacto. Lacerda afirma que o Brasil estaria sendo infiltrado por comunistas e que ninguém poderia negar isso. Recorda que o Partido Comunista era considerado ilegal pela Justiça, no entanto, a seu ver, a nação estava sendo entregue ao domínio comunista. Relata as etapas do plano comunista para dominar o Brasil e afiança que não se conhecia, até tão, um só exemplo de nação que tivesse, voluntariamente, majoritariamente, pacificamente, democraticamente, escolhido o lado da Rússia. Lacerda confessa que, na sua juventude, havia procurado no comunismo a liberdade do mundo, mas encontrara a traição do mundo. Deseja aos recém-formados uma vida profissional dura e brilhante, pois não conhecia brilhante jornalismo com molezas. Alerta para os jornalistas não se tornarem picaretas, que era uma doença do jornalismo.</p> <p><i>Faixa 2</i> Igual à Faixa 2, da 376</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.380</p> <p>1. Assunto</p> <p>1. Faixa 1</p> <p>Primeiros 35 minutos Iguais aos da Faixa 1, da Fita 376 - Homenagem Jubileu de Prata da</p>	<p>F1: 73 min F2: 67 min F3: 73 min</p>	<p>F1: [1964] F2: [1963] F3: [1963]</p>	<p><i>Faixa 1</i></p> <p>Primeiros 35 minutos Iguais aos da Faixa 1, da Fita 376</p> <p>Homenagem Jubileu de Prata da Fundação Tupi S/A</p> <p>Carlos Lacerda comenta que aquela era uma das ocasiões em que sentia maior dificuldade de iniciar um discurso, porque não sabia por onde</p>



<p>Fundição Tupi S/A</p> <p>2.2 Faixa 2 Entrevista com o Governador Carlos Lacerda</p> <p>2.3 Faixa 3 Continuação da Entrevista com o Governador Carlos Lacerda</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Mudança atabalhoada da capital para a Brasília, crítica à criação de um novo estado em 48 horas, compromisso de cumprir o programa da UDN, acabar com o problema do abastecimento de água, recuperação do Banco do Estado da Guanabara, construção de 600 quilômetros de rede de esgoto, reforma e construção de hospitais</p> <p>2.2 Faixa 2 San Tiago Dantas candidato à Presidência da República, não possuía afinidade ideológica com Juscelino, medo de ser chamado de comunista ou de reacionário, apóia movimento sindical livre, demitira um médico do estado por ele ter ido a Rússia sem autorização, defesa de seu governo</p> <p>2.3 Faixa 3 Prorrogação do prazo de pagamento da dívida do Brasil com os EUA, crítica a San Tiago Dantas, governo Goulart vivia dividido, morte dos mendigos, assassinos foram presos, crítica ao Plano Trienal, feito de maneira improvisada, critica a aproximação do Brasil com países da cortina de ferro e de Ademar de Barros</p>		<p>começar, mas iria tentar começar do início. Assinala que tinha sido criada uma imagem sobre ele, de que era um homem capaz somente de atacar, de criticar os outros. Lembra que relutara em aceitar se candidatar ao governo do estado, mas tinha aceitado o desafio. Critica a mudança atabalhoada da capital para a Brasília e a criação de um novo estado em 48 horas. Assegura que procurava deixar a imagem de um homem fiel às suas ideias e capaz de praticar tudo aquilo que aprendera e que ensinara e que fora com este espírito que havia entrado para o governo da Guanabara. Logo, percebeu que era necessário resgatar a autoconfiança da população. Conta que tinha implementado no governo o programa do seu partido, e que reunira o Diretório, da sessão carioca da UDN (União Democrática Nacional), para ouvir críticas a seu governo. Depois de ouvi-las, responde que em dois anos e dois meses de governo nunca recebera um nome da UDN para funções que fossem de sua escolha, que tivesse recusado ou não escolhido. Nunca admitiu no governo, em função proeminente, qualquer força adversária, se não precedida do compromisso de cumprir o programa da UDN. Fala sobre as obras do seu governo para acabar com o problema do abastecimento de água no estado e sobre a recuperação do Banco do Estado da Guanabara, iniciada em seu governo, com o aumento do número de depósitos e a inauguração de mais agências. Garante que o banco nunca fora utilizado politicamente. Promete a construção de 600 quilômetros de rede de esgoto e a reforma e construção de hospitais da rede estadual.</p> <p><i>Faixa 2</i> Entrevista com o Governador Carlos Lacerda Pergunta o repórter a Lacerda se ele acreditava que San Tiago Dantas tinha ambição de se candidatar à Presidência da República. Lacerda responde que não era doutor em San Tiago Dantas, mas acreditava que era possível que ele tivesse esta ambição, porque ele tinha muitas ambições. O repórter pergunta se a candidatura de San Tiago Dantas o aproximaria de Juscelino, com o qual tinha uma proximidade ideológica. Lacerda responde que não possuía afinidade ideológica com Juscelino, porque nenhum dos dois tinha ideologia. Ele afirma que a ideologia limitava a ação. Lembra que era apenas um democrata. Para explicar sua posição, explica que quando tinha que resolver o problema da água no seu estado, não queria saber se a resolução do problema da água iria ajudar aos comunistas que precisavam escovar os dentes e tomar banho, ou aos democratas, que também precisavam escovar os dentes e tomar banho. O repórter ressalta que no sindicalismo brasileiro havia o medo de ser chamado de comunista ou de reacionário e pergunta como se poderia resolver isso. Lacerda</p>
---	--	---



retruca que era preciso apoiar todo movimento sindical livre, e que o sindicato estava precisando de um 13 de maio para se emancipar. O repórter cita uma declaração do deputado Amaral Neto, dizendo que Lacerda tinha falado mal do governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, em uma reunião da UDN, na Guanabara. Ele pergunta se Lacerda confirmava esta declaração. Lacerda adianta que Amaral Neto negara ter dado esta declaração. Salienta que quando queria criticar Magalhães Pinto, ele falava diretamente com o governador, e que suas críticas eram públicas, não havia nada a esconder. Lacerda desmente a informação de que demitira um médico do estado por ele ter ido a Rússia. Ele esclarece que o médico fora a um congresso na Rússia, sem ter recebido autorização e, por isso, fora demitido. Lacerda admite que até ele gostaria de ir à Rússia, desde que tivesse a garantia de que lá não seria tangido como boi em um matadouro. Lacerda faz uma confidência, comenta que, a certa altura, o que mais o havia fascinado em disputar e conquistar o governo do estado, fora dar a si mesmo a prova de que tinha razão e não era apenas um falastrão; a certeza de que era capaz de fazer o que os outros não fizeram ou fizeram errado. Lacerda não crê que podia ser chamado de reacionário quem promovia a educação do povo. Cita a transformação do déficit de 100 mil vagas, nas escolas estaduais da Guanabara, em 25 mil vagas não preenchidas durante o seu governo. Fala sobre a ampliação de vagas nos ginásios estaduais.

Faixa 3

Continuação da Entrevista com o Governador Carlos Lacerda

Perguntam a Lacerda sobre a declaração do secretário americano de que acreditava no sucesso da missão do ministro San Tiago Dantas nos Estados Unidos, ao contrário do que previa o governador. Lacerda diz que acreditava que o ministro da Fazenda conseguisse a prorrogação do prazo de pagamento da dívida do Brasil com os EUA. Só não achava necessário, que o ministro viajasse para Washington, para conseguir isso. Perguntam ao governador sobre o que ele achava da posição do secretário dos Estados Unidos que não criticara a posição do ministro San Tiago Dantas na conferência de Punta del Este, ao contrário de Lacerda. Ele responde que não se preocupava em saber a opinião do secretário americano antes de dar a sua. Afiança que sua opinião estava baseada no que San Tiago Dantas tinha dito e não na interpretação que o secretário americano fizera. Pergunta ao governador se as divergências existentes no governo federal não faziam parte do processo democrático brasileiro. Lacerda questiona se era democrático um governo que vivia dividido. O



			<p>repórter cita o exemplo do governo de Jânio Quadros, do qual Lacerda discordava da política externa. Lacerda retruca que não fazia parte do governo Jânio Quadros, era governador e Jânio presidente. Perguntam sobre o caso da morte dos mendigos e o governador responde que assim que soube das mortes, tinha mandado investigar e em oito dias os assassinos foram presos. Ele afirma que a matança de mendigos começara em 1956, e que o responsável pelas mortes fazia parte dos quadros da Polícia, antes de começar o seu mandato como governador. Perguntam se Getúlio Vargas, no caso do atentado da rua Toneleros, estaria na mesma situação de Lacerda, no caso dos mendigos, de não saber do crime antes de ele acontecer. Lacerda responde que estaria se tivesse, imediatamente, demitido, preso e processado os autores do crime. Afiança que o grande erro de Vargas foi não ter tomado estas medidas. Perguntam sobre o Plano Trienal. O governador critica o plano, diz que três meses era pouco tempo para elaborar um plano nacional para um país como o Brasil, com 70 milhões de habitantes. Ele afirma que não havia estatísticas para embasar este plano, que tinha sido feito de maneira improvisada. Critica a aproximação do Brasil com países da cortina de ferro. O repórter lembra que Lacerda fora um dos maiores críticos de Ademar de Barros, mas pergunta se naquele momento ele poderia ser aliado de Ademar de Barros. Lacerda responde que respeitava Ademar como governador de São Paulo, que não poderia ser ignorado na resolução dos problemas do Brasil. Ressalta que esperava que Ademar de Barros fizesse um bom governo em São Paulo.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.381</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Carlos Lacerda Discute Grandes Temas Nacionais</p> <p>1.2 Faixa 2 Igual à Faixa 2, da fita 376 Aniversário da Cidade de Joinville e da Fundação Tupi</p> <p>1.3 Faixa 3 20 Primeiros Minutos Iguais aos 20 Minutos Finais da Fita 379</p> <p>2. Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Sociedade humana imperfeita, reduzir a pobreza e a injustiça, impossível eliminá-las, UDN defendia a reforma agrária,</p>	<p>F1: 86 min F2: F3: 86 min</p>	<p>F1: [1963/1964] F2: [1964] F3: 07/03/1963</p>	<p><i>Faixa 1</i> Carlos Lacerda Discute Grandes Temas Nacionais Carlos Lacerda afirma que era preciso admitir que a sociedade humana era imperfeita e que seria necessário melhorá-la, mas que só se conseguiria isso fazendo esforço, embora nunca se fosse alcançar uma sociedade perfeita, em que não houvesse pobreza e injustiça. Lacerda diz que a luta era para reduzir a pobreza e a injustiça e não para eliminá-las, o que seria impossível. Ressalta que UDN (União Democrática Nacional) defendia a reforma agrária e explica que só não a tinha realizado na Guanabara por falta de terras para distribuir. Porém, garante que todos os governadores, com quem havia conversado, disseram ter terras disponíveis para a reforma agrária. Então, Lacerda pergunta porque ter o prejuízo de tirar a terra alheia, antes de distribuir a que o próprio poder público tinha? Lacerda não considera o latifúndio o principal problema fundiário do Brasil e também não achava necessário que se alterasse a Constituição, para que fosse feita a reforma agrária no Brasil. Para Lacerda, a reforma agrária a ser feita seria a da racionalização dos métodos e dos meios de</p>



Guanabara não tem terras para distribuir, contra tirar a terra alheia, a favor de distribuir as terras que o poder público possuía, desnecessário alterar a Constituição, racionalização dos métodos e dos meios de trabalho no campo, fazendeiro mendigando no Banco do Brasil, COFAP tabela os produtos agrícolas e solta os industriais, aceitar a Aliança para o Progresso, candidato à Presidência da República, centralização do poder, crítica a Brizola

2.2 Faixa 2

Igual à Faixa 2, da fita 376

Aniversário da Cidade de Joinville e da Fundação Tupi

2.3 Faixa 3

Campanha da imprensa contra Lacerda, candidato à Presidência da República, defende a República, Jânio Quadros eleito sem ter programa de governo, candidatura de Magalhães Pinto, soluções socializantes para alguns problemas e liberais para outros, missão de San Tiago Dantas em Washington, desprezo pelos rótulos de esquerda direita e centro, computador mais importante que o Manifesto Comunista

2.4 Faixa 4

Igual à Faixa 1, da Fita 379

trabalho no campo. Elogia a mobilização dos estudantes em favor da reforma agrária, mas pede para que eles não a tratassem como um mito, como uma palavra mágica, ou como um destes slogans que acabavam servindo aos totalitários. Ele considera natural que os estudantes se revoltassem quando tinham contato com o drama dos homens do campo, mas, pede para que eles acompanhassem os passos de um pequeno, ou de um grande fazendeiro, mendigando no Banco do Brasil. Ele questiona como era possível fazer uma reforma agrária, se a COFAP (Companhia Federal de Abastecimento e Preços) só tabelava os produtos agrícolas e soltava os industriais. Lacerda destaca que a Aliança para o Progresso era um grande programa para ajudar à promoção, propulsão por cada uma das nações americanas, do seu próprio progresso. Portanto, seria preciso que estas nações tivessem governos dispostos a aceitar a Aliança e os seus objetivos. Lacerda diz que do lado americano as dificuldades tinham sido enormes, por causa das desconfianças do Partido Republicano, da terrível burocracia americana, entre outros problemas. Do lado brasileiro, continua, havia problemas, como a mania que nós tínhamos de atribuir aos outros a responsabilidade de resolver os nossos problemas. Então, ressalta, a Aliança para o Progresso se transformava em solução para todos os problemas. Porém, havia um problema oposto, de pessoas ligadas ao presidente dizerem, em público, que não precisavam dos recursos da Aliança e depois o presidente mandar seu ministro da Fazenda aos EUA, para buscar recursos da Aliança. Adverte que não se poderia achar que a Aliança faria mais pelo Brasil do que os próprios brasileiros. Lacerda defende que não se deveria discutir a escolha de homens para serem candidatos, antes de se escolher um programa de governo. Por isso, comunica que poderia ser ou não candidato à Presidência da República, em 1965. Lacerda nega que existisse um eixo Guanabara – São Paulo, defende que fosse criado um eixo nacional do Oiapoque ao Chuí. Critica a centralização do poder no governo federal e propõe que fosse dado aos estados o que era dos estados. Defende, também, a descentralização administrativa. Lacerda explica que o sucesso de Leonel Brizola, na Guanabara, poderia ser explicado por ele não ser conhecido no estado. Ele garante que receberia mais votos do que Brizola, se tivesse disputado aquela eleição. Compara Brizola com Hitler, lembra que quando a Alemanha estava enfrentando uma grava crise, Hitler colocou a culpa nos judeus e conseguiu uma grande votação. Lacerda afirma que um candidato receber uma grande votação não o tornava um democrata.



Igual à Faixa 2, da fita 376

Aniversário da Cidade de Joinville e da Fundação Tupi

Faixa 3

20 Primeiros Minutos Iguais aos 20 Minutos Finais da Fita 379 – Faixa 1.

Entrevista com o Governador Carlos Lacerda na Casa do Deputado Abreu Sodré, em São Paulo

Perguntam ao governador Carlos Lacerda como ele vinha lidando com uma campanha, organizada, por parte da imprensa, contra ele. Lacerda responde que estava reagindo com uma certa indiferença, uma forte ironia e uma ponta de melancolia. Acredita que o povo brasileiro era muito inteligente para se deixar orientar por tantos burros, ladrões e assassinos em potencial. Pergunta se as visitas aos estados já significavam um início de campanha como candidato à Presidência da República. Lacerda nega, diz que estava viajando para rever seus companheiros, retomar o contato com os cidadãos de todo o país, para defender a República e não para pleitear a Presidência. Perguntam se Lacerda tinha um encontro com o governador de São Paulo. Ele responde que se reuniria, no dia seguinte, com o governador de São Paulo. Afirma que o governador tinha sido eleito pelos paulistas e seria um desrespeito não encontrá-lo. Esclarece que os aspectos políticos da visita ficariam sob a responsabilidade da UDN (União Democrática Nacional) de São Paulo. Afirma que a campanha presidencial deveria ser baseada primeiro em um programa de governo, não na escolha de um candidato, que poderia acabar sendo visto como um messias. Cita o exemplo de Jânio Quadros, que segundo ele, fora eleito sem ter um programa de governo. Perguntam sobre o lançamento da candidatura do governador de Minas, Magalhães Pinto. Lacerda considera o lançamento da candidatura prematuro, e acha que o governador punha em risco as suas chances de vencer as eleições. Menciona que o programa da UDN, dos partidos brasileiros vigentes, era o mais realista. Considera que a flexibilidade do programa, que contemplava soluções socializantes para alguns problemas e liberais para outros, seria a grande vantagem em relação ao programa de outros partidos. Sustenta que o programa não era de esquerda, direita ou centro. Perguntam sua opinião a respeito da missão de San Tiago Dantas, em Washington. Lacerda responde que, como brasileiro, torcia para que a missão fosse bem sucedida, mas, considerava importante advertir, brasileiros e americanos, sobre o perigo da chamada encampação das concessionárias de serviço público. Ele alerta que não seria uma encampação, e sim uma compra em condições favoráveis para os acionistas, mas muito desfavoráveis para o Brasil. Lacerda admite ter



			<p>um grande desprezo pelos rótulos de esquerda, direita e centro, dados aos políticos. Afirma que estes rótulos eram mais úteis para esportes, como o futebol. Acha cômico que tentassem dividir o Brasil entre as ideias de Marx e de Adam Smith. Para Lacerda, naqueles dias, o computador era muito mais importante que o Manifesto Comunista. Lacerda conta que aprendera, com Lênin, a desprezar a rigidez da doutrina comunista.</p> <p><i>Faixa 4</i> Igual à Faixa 1, da Fita 379</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.382</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Encontro do Governador Carlos Lacerda com Líderes Sindicais, em Joinville – SC</p> <p>Temas</p> <p>2.1 Faixa 1 Abandonara o comunismo porque a vida dos trabalhadores não era melhor, comunismo implantava a injustiça, Fidel castro enganou a todo o mundo, autodeterminação inexistente em Cuba</p>	F1: 23 min	F1: 09/03/1963	<p><i>Faixa 1</i> Encontro do Governador Carlos Lacerda com Líderes Sindicais, em Joinville – SC Um sindicalista pergunta a Lacerda porque ele abandonara o comunismo. Ele responde que tinha revisto sua posição, porque verificara que depois de muitos anos de comunismo, na Rússia, a situação dos trabalhadores lá não era melhor do que a situação dos trabalhadores em países que não eram comunistas. Ao contrário, ela era pior do que nos países que já haviam atingido um grau elevado de democracia. Outro motivo foi por ele ter percebido que o comunismo agitava causas justas, mas implantava a injustiça. Lacerda acusa os comunistas de inverterem o sentido das palavras, quando falavam em paz, pensavam em guerra, quando falavam em liberdade, pensavam em escravidão. Cita um livro do inglês George Orwell, “A Fazenda dos Animais”, para explicar suas críticas ao comunismo. Lacerda menciona que tivera uma longa conversa com Fidel Castro, quando ele esteve no Rio. A certa altura, Lacerda perguntou se ele tinha medo de perder o controle da revolução, ao aceitar a participação dos comunistas no seu governo. Fidel respondeu que não era tolo, que os comunistas apoiaram o Batista, e só mudaram para o seu lado quando viram que a revolução venceria. Fidel disse que eram poucos comunistas e que eles queriam influir para sabotar o seu governo, e, como ele tinha o povo inteiro ao seu lado, não precisava dos comunistas para dividir o seu prestígio com eles. Dois meses depois, Fidel declarou que sempre tinha sido comunista e que havia enganado a todo mundo. Diz que a autodeterminação já não existia em Cuba havia muito tempo.</p>
<p>BR RJAGCRJ.CL.FAM.1.383</p> <p>1. Assunto</p> <p>1.1 Faixa 1 Mesmo Conteúdo da Fita 381, Faixa 3, a partir dos 20 Minutos Daquela Faixa Entrevista com o governador Carlos Lacerda na casa do</p>	F1:18 min	F1: 07/03/1963	<p><i>Faixa 1</i> Mesmo Conteúdo da Fita 381, Faixa 3, a partir dos 20 Minutos Daquela Faixa Entrevista com o governador Carlos Lacerda na casa do deputado Abreu Sodré, em São Paulo</p>

AGCRJ



Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

deputado Abreu Sodré, em São Paulo			
---------------------------------------	--	--	--